



BMEP

Boletim Mensal de Economia Portuguesa

N.º 01 | janeiro 2019



Gabinete de Estratégia e Estudos
Ministério da Economia

GPEARI

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação
e Relações Internacionais

Ministério das Finanças

Ficha Técnica

Título: Boletim Mensal de Economia Portuguesa

Data: janeiro de 2019

Elaborado com informação disponível até ao dia 28 de janeiro.

Editores:

Gabinete de Estratégia e Estudos

Ministério da Economia

Rua da Prata, 8

0149-077 Lisboa

Telefone: +351 217 921 372

Fax: +351 217 921 398

URL: <http://www.gee.min-economia.pt>

E-Mail: gee@gee.min-economia.pt

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais

Ministério das Finanças

Av. Infante D. Henrique n.º. 1 – 1.º

0100 – 278 Lisboa

Telefone: +351 21 8823397

Fax: +351 21 8823399

URL: <http://www.gpeari.gov.pt>

ISSN: 1747-9072



(Esta publicação respeita as regras do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa)

Índice

Conjuntura	5
Sumário	7
1. Enquadramento Internacional	11
2. Conjuntura Nacional	15
3. Comércio Internacional	27
Artigos	33
Em Análise	35
Alterações estruturais da economia portuguesa, produto potencial e produtividade	35
Sector da Cortiça em Portugal	47
Comércio internacional da pesca, preparações, conservas e outros produtos do mar (janeiro a setembro de 2017 e 2018)	56
Iniciativas e Medidas Legislativas	73
Lista de Acrónimos	79

Conjuntura

Sumário

Enquadramento Internacional

- * No conjunto dos meses de outubro e novembro de 2018, a produção industrial mundial desacelerou para 2,4% em termos homólogos (2,8% no 3.º trimestre) devido ao abrandamento das economias avançadas. O comércio mundial de mercadorias também recuou, afetando as trocas comerciais tanto das economias avançadas como dos países emergentes e em desenvolvimento.
- * No quarto trimestre de 2018, assistiu-se a um menor dinamismo da economia mundial. De entre as economias avançadas, registou-se um abrandamento da atividade económica dos EUA (produção industrial; vendas a retalho e exportações de mercadorias) apesar de uma evolução favorável do mercado de trabalho, cuja taxa de desemprego diminuiu para 3,8% (4,1% no 4.º trimestre de 2017). Da mesma forma, assistiu-se a um enfraquecimento acentuado da economia da área do euro, em parte, provocado por choques temporários associados ao impacto do novo regulamento europeu sobre emissões de gases, com impacto no setor automóvel. De entre os países emergentes, o PIB da China desacelerou para 6,4% em termos homólogos reais no 4.º trimestre de 2018 e para 6,6% no conjunto do ano (6,9% em 2017) associado à combinação da restritividade reguladora para reduzir o endividamento privado e às tensões comerciais com os EUA. Estas últimas levaram a uma quebra das exportações da China em dezembro de 2018 (-4,4% em termos homólogos), refletindo as taxas aduaneiras sobre os produtos chineses impostos pelos EUA.
- * No 4.º trimestre de 2018, o indicador de sentimento económico diminuiu quer para a União Europeia (UE), quer para a área do euro (AE), tendência que se estendeu à generalidade dos indicadores de confiança, com exceção da construção. Os indicadores quantitativos para a área do euro indicam uma diminuição da produção industrial; uma melhoria das vendas a retalho e um crescimento moderado das exportações de bens. O mercado de trabalho da economia europeia registou uma melhoria ao longo de 2018, salientando-se uma descida da taxa de desemprego para a UE e AE, situada em 6,7% e 7,9%, respetivamente, em novembro de 2018 (7,2% e 8,6%, em dezembro de 2017). Em dezembro de 2018, a taxa de inflação homóloga da área do euro desceu para 1,6% (1,9% em novembro) devido sobretudo à desaceleração dos preços de energia. Contudo, para o conjunto do ano de 2018, a taxa de inflação global aumentou, em média, para 1,7% (1,5%, em média, em 2017) refletindo essencialmente uma aceleração dos preços de energia, os quais aumentaram para 6,4% (5,0% em 2017).
- * Em janeiro de 2019 e, até ao dia 28, o preço spot do petróleo Brent aumentou, para se situar, em média, em 60 USD/bbl (53 €/bbl), influenciado, em parte, pelo acordo de finais de 2018 no corte de produção de petróleo entre a OPEP e os restantes parceiros.
- * No início de 2019, a taxa Euribor a 3 meses estabilizou para a área do euro, situando-se, em -0,31%, em média, até ao dia 28 de janeiro (-0,32%, em média, em 2018) e no domínio das medidas não convencionais de política monetária, iniciou-se em 2019, a conclusão das compras líquidas de ativos mensais pelo BCE. Para os EUA, assistiu-se a um movimento ascendente das taxas de juro de curto prazo para 2,31%, em média, em 2018 (1,26% em 2017).
- * Os índices bolsistas internacionais recuperaram recentemente, revelando algum otimismo em torno das negociações entre os EUA e a China; resultados empresariais positivos e o acordo, a 25 de janeiro, que pôs fim ao shutdown mais longo dos EUA. Também, em janeiro de 2019, o euro depreciou-se ligeiramente face ao dólar (1,14) no dia 28, seguindo a trajetória descendente registada ao longo de 2018 (1,20 no final de 2017).

Conjuntura Nacional

- * De acordo com os dados publicados pelo INE referentes a dezembro de 2018, o indicador de clima económico registou uma ligeira desaceleração face ao trimestre precedente, mantendo-se próximo dos valores observados durante o 2.º trimestre.
- * No mês de novembro, o Índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho cresceu, em termos homólogos, 4,1%, o que compara com o crescimento de 5,6% registado no mês de outubro.
- * O indicador de confiança dos consumidores deteriorou-se no último trimestre do ano. Por seu turno, o indicador de opinião de procura interna de bens de consumo a retalho melhorou ligeiramente.
- * O Indicador de Máquinas e Equipamentos do INE registou um crescimento homólogo de 8,4% em novembro de 2018, o que representa um aumento de 4,7 p.p. face ao registado no 3.º trimestre.
- * Até novembro de 2018, o défice acumulado da balança corrente foi de 1057 milhões de euros, o que representa um agravamento em 1917 milhões de euros, em termos homólogos.
- * A estimativa provisória do INE aponta para que a taxa de desemprego no trimestre centrado em novembro se tenha fixado nos 6,6%, o mesmo valor dos dois meses precedentes.
- * A variação do IPC, no ano de 2018, foi de 1,0%, enquanto o IPC subjacente cresceu menos três décimas (0,7%). Já o IPPI registou um crescimento de 3,2% (menos 0,1 p.p que em 2017).
- * No final do ano de 2018, a execução orçamental das Administrações Públicas registou um saldo global negativo de 2.083 milhões de euros, correspondente a uma melhoria de 475 milhões de euros relativamente ao saldo registado no ano anterior. Este resultado assentou principalmente na receita efetiva, cujo crescimento (5,2%) superou o aumento concomitante da despesa efetiva (4,5%). O saldo primário cifrou-se num excedente de 6.344,2 milhões de euros, valor que corresponde a um aumento de 604 milhões de euros face a 2017.
- * Por sectores, a Administração Central apresentou um saldo negativo de 4.487 milhões de euros, enquanto a Administração Regional e Local apresentou um saldo excedentário em 434 milhões de euros (contributos de -32 e 466 milhões de euros, respectivamente). A Segurança Social obteve um saldo de 1.970 milhões de euros.
- * O Estado registou, no final do mês de dezembro, um saldo global negativo de 3.583 milhões de euros, valor que representa uma melhoria de 1.203 milhões de euros relativamente ao período homólogo.
- * A dívida das Administrações Públicas (critério de Maastricht) em novembro aumentou 397 milhões de euros face ao mês anterior, fixando-se em 251.476 milhões de euros. Quando comparada com o final de 2017, a dívida das Administrações Públicas aumentou 8.672 milhões de euros (+3,6%). A dívida das Administrações Públicas líquida de depósitos das Administrações públicas fixou-se em 225.046 milhões de euros, mais 574 milhões de euros que no mês anterior e mais 2.073 milhões de euros que no final de 2017.
- * Em dezembro, a dívida direta do Estado atingiu 245.558 milhões de euros, menos 1.805 milhões de euros que no final do mês anterior e mais 7.295 milhões de euros que no final do ano anterior. A dívida após cobertura cambial atingiu 244.987 milhões de euros, menos 1.662 milhões que no mês anterior e mais 7.410 milhões de euros que no final de 2017.

Comércio Internacional

- * Os resultados preliminares das estatísticas do comércio internacional recentemente divulgados¹ apontam para um crescimento homólogo das exportações de mercadorias de 4,9% nos primeiros onze meses de 2018. Neste mesmo período, as importações aumentaram 7,9%, o que levou a um agravamento do défice da balança comercial (fob-cif) de 19,4%, correspondendo a 2 522 milhões de euros. A taxa de cobertura das importações pelas exportações foi de 77,5%, menos 2,2 p.p. que em igual período de 2017.
- * Nos primeiros onze meses de 2018, o crescimento homólogo das exportações de mercadorias (5,1%), excluindo os produtos energéticos, foi superior ao crescimento das exportações totais. As importações registaram um crescimento (7,3%) superior ao das exportações o que levou a um agravamento do saldo negativo da respetiva balança comercial em 18,5%.
- * No último ano a terminar em novembro de 2018, as exportações de mercadorias cresceram 4,5% em termos homólogos, sendo que a generalidade dos grupos contribuiu positivamente para este comportamento. Destaca-se o contributo dos “Material de transp. terrestre e suas partes” (2,9 p.p.), dos “Produtos acabados diversos” (0,6 p.p.) e dos “Minérios e metais” (0,5 p.p.). Nos primeiros onze meses de 2018, deve igualmente destacar-se o contributo positivo dos produtos “Material de transp. terrestre e suas partes” (2,9 p.p.), seguido do contributo dos “Minérios e metais” e dos “Produtos acabados diversos” (ambos com 0,6 p.p.).
- * De janeiro a novembro de 2018, as exportações para o mercado comunitário cresceram, em termos homólogos, 7,5 % e contribuíram em 5,6 p.p. para o crescimento das exportações totais de mercadorias. As exportações para os países da UE-15 registaram uma taxa de variação homóloga positiva de 6,7 % e as exportações para os países do Alargamento 22,5 %, sendo os respetivos contributos para o crescimento do total das exportações de 4,7 p.p. e 0,9 p.p. As exportações para Espanha, o principal mercado de destino das exportações portuguesas de mercadorias (25,5% do total de janeiro a novembro de 2018), registaram o maior contributo Intra UE-15 (1,5 p.p.) para o crescimento das exportações, seguidas das exportações para Itália e a França (0,9 p.p. e 0,8 p.p., respetivamente).
- * Nos primeiros onze meses de 2018, as exportações para os Países Terceiros registaram uma taxa de variação homóloga negativa (2,6%), passando a representar 23,9 % do total das exportações nacionais (-1,8 p.p. face ao período homólogo). Destaca-se o comportamento positivo das exportações para a Turquia (16,1%), Canadá (14,2%) e México (8,5%).
- * De acordo com os dados da Balança de Pagamentos divulgados para o mês de novembro de 2018, as Exportações de Bens e Serviços registaram um crescimento homólogo de 5,6% nos primeiros onze meses de 2018. A componente de Serviços registou um melhor desempenho relativamente à dos Bens (6,3% e 5,2%, respetivamente). No entanto, a componente de Bens foi a que mais contribuiu para o crescimento do total das exportações (3,4 p.p.).

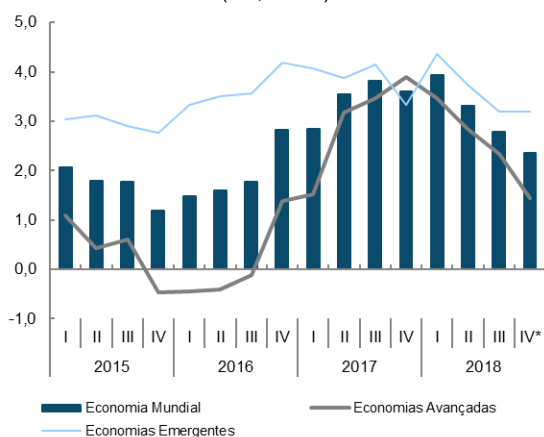
¹ Resultados mensais preliminares de janeiro a novembro de 2018.

1. Enquadramento Internacional

Atividade Económica Mundial

No conjunto dos meses de outubro e novembro de 2018, a produção industrial mundial desacelerou para 2,4% em termos homólogos (2,8% no 3.º trimestre) devido ao abrandamento das economias avançadas.

Figura 1.1. Produção Industrial
(VH, em %)



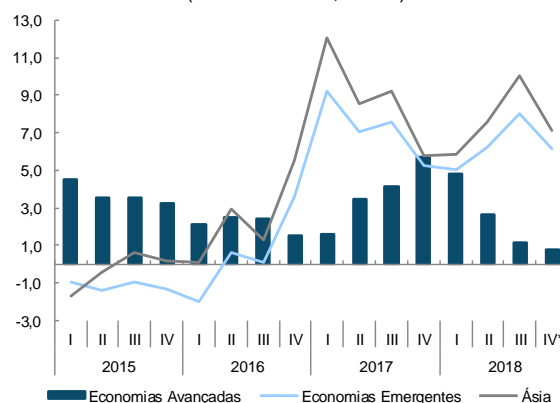
Fonte: CPB. * Média de outubro e novembro.

Igualmente, o comércio mundial de mercadorias também recuou, em resultado da deterioração tanto das importações como das exportações mundiais.

De facto, no conjunto dos meses de outubro e novembro de 2018 e, em termos homólogos reais:

- o comércio mundial abrandou para 2,9% (3,7% no 3.º trimestre);
- as importações e exportações mundiais desaceleraram, ambas, para 2,9% (3,9% e 3,4%, respetivamente, no 3.º trimestre).

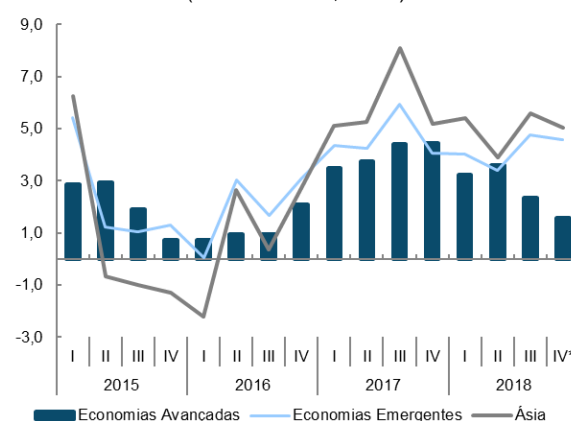
Figura 1.2. Importações de Mercadorias
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB. * Média de outubro e novembro.

Os dados disponíveis para o 4.º trimestre de 2018 indicam um enfraquecimento global das trocas comerciais mundiais. Para os países emergentes e em desenvolvimento (com destaque para a Ásia) foram as importações que mais desaceleraram; enquanto para as economias avançadas, o abrandamento deu-se sobretudo nas exportações.

Figura 1.3. Exportações de Mercadorias
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB. * Média de outubro e novembro.

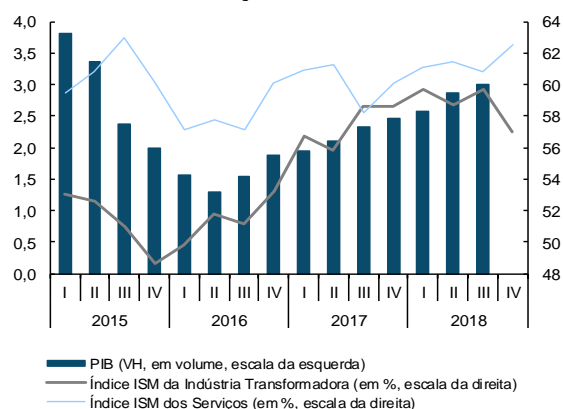
Quadro 1.1. Indicadores de Atividade Económica Mundial

Indicador	Unidade	Fonte	2017	2017			2018			2018			
				3T	4T	1T	2T	3T	ago	set	out	nov	
Índice de Produção Industrial Mundial	VH	CPB	3,5	3,8	3,6	3,9	3,3	2,8	2,9	2,5	2,9	1,8	
Economias Avançadas	VH	CPB	3,0	3,5	3,9	3,5	2,8	2,3	2,4	2,1	2,2	0,6	
Economias Emergentes	VH	CPB	3,9	4,1	3,3	4,4	3,7	3,2	3,3	2,9	3,5	2,8	
Comércio Mundial de Mercadorias	VH	CPB	4,7	5,3	4,9	4,2	3,8	3,7	3,9	2,6	5,1	0,7	
Importações Mundiais	VH	CPB	5,1	5,5	5,5	4,9	4,1	3,9	4,4	2,5	4,9	0,9	
Economias Avançadas	VH	CPB	3,7	4,1	5,7	4,8	2,6	1,2	1,0	0,7	1,9	-0,4	
Economias Emergentes	VH	CPB	7,2	7,6	5,3	5,1	6,2	8,0	9,5	5,0	9,4	2,8	
Exportações Mundiais	VH	CPB	4,3	5,1	4,3	3,6	3,5	3,4	3,4	2,7	5,2	0,5	
Economias Avançadas	VH	CPB	4,0	4,4	4,4	3,2	3,6	2,4	2,2	1,7	3,6	-0,4	
Economias Emergentes	VH	CPB	4,6	5,9	4,1	4,0	3,4	4,8	5,0	3,9	7,4	1,7	

Atividade Económica Extra-UE

No 4.º trimestre de 2018, assistiu-se a uma moderação da atividade económica dos EUA; a um abrandamento acentuado da área do euro, em contraste com um reforço da produção industrial do Japão. Em finais de 2018, a taxa de inflação homóloga desacelerou para a média da OCDE (2,7%, em novembro) e para alguns países emergentes (Índia, Brasil); embora para o conjunto do ano tenha apresentado um crescimento mais forte.

Figura 1.4. PIB e Índices de Confiança da Indústria e Serviços dos EUA

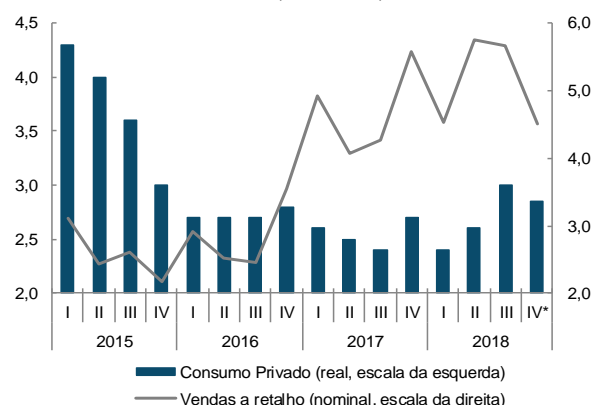


Fontes: Bureau of Economic Analysis e ISM.

Os indicadores para o 4.º trimestre de 2018 para os EUA deram sinais de algum abrandamento da atividade económica; embora o mercado de trabalho tivesse continuado a evoluir favoravelmente. Com efeito, neste período, em termos homólogos nominais:

- a produção industrial desacelerou para 4,0% (5,0% no 3.º trimestre), em linha com a diminuição da confiança dos empresários da indústria;
- as vendas a retalho abrandaram para 4,5% (5,7%, no 3.º trimestre) seguindo a tendência do consumo privado;
- as exportações de mercadorias recuaram, tendo aumentado para 3,8%, em volume, no conjunto dos meses de outubro e novembro de 2018 (5,1% no 3.º trimestre);
- a taxa de desemprego estabilizou em 3,8% e a taxa de inflação homóloga diminuiu para 2,2% (2,6% no 3.º trimestre).

Figura 1.5. Consumo Privado e Vendas a Retalho dos EUA (VH, em %)

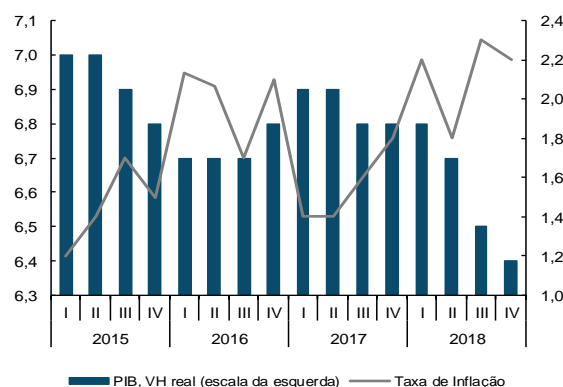


Fontes: Bureau of Economic Analysis; Census Bureau. * Média dos meses de outubro e novembro.

No 4.º trimestre de 2018, o PIB da China desacelerou para 6,4% em termos homólogos reais (6,5% no 3.º trimestre) associado à combinação da restritividade reguladora para reduzir o endividamento e às tensões comerciais com os EUA. De facto, as exportações chinesas caíram 4,4% em termos homólogos em dezembro de 2018, refletindo as taxas aduaneiras sobre os produtos chineses impostos pelos EUA.

Para o conjunto do ano, o PIB desacelerou para 6,6% em 2018 (6,9% em 2017) embora as exportações de bens tenham aumentado para 9,9% (7,9% em 2017).

Figura 1.6. PIB e Taxa de Inflação da China



Fonte: Instituto de Estatística da China.

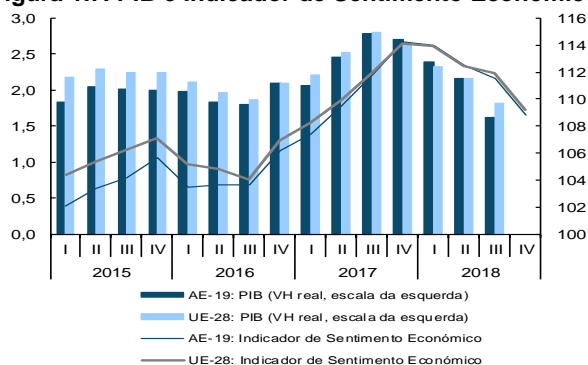
Quadro 1.2. Indicadores de Atividade Económica Extra-UE

Indicador	Unidade	Fonte	2018	2017				2018				
				4T	1T	2T	3T	4T	set	out	nov	dez
EUA – PIB real	VH	BEA	:	2,5	2,6	2,9	3,0	:	-	-	-	-
Índice de Produção Industrial	VH	BGFRS	4,0	3,0	3,4	3,4	5,0	4,0	5,5	4,1	4,1	3,9
Índice ISM da Indústria Transformadora	%	ISM	58,8	58,7	59,7	58,7	59,7	57,0	59,8	57,7	59,3	54,1
Índice ISM dos Serviços	%	"	61,5	60,1	61,1	61,4	60,8	62,5	65,2	62,5	65,2	59,9
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE	Michigan	98,4	98,4	98,9	98,3	98,1	98,1	100,1	98,6	97,5	98,3
Taxa de Desemprego	%	BLS	3,9	4,1	4,1	3,9	3,8	3,8	3,7	3,8	3,7	3,9
China – PIB real	VH	NBSC	6,6	6,8	6,8	6,7	6,5	6,4	-	-	-	-
Exportações	VH	OMC	9,9	9,5	17,1	11,5	11,7	4,6	13,9	14,3	3,9	-4,4
Japão – PIB real	VH	COGJ	:	2,2	2,4	1,2	1,4	0,1	-	-	-	-

Atividade Económica da UE

No 4.º trimestre de 2018, o indicador de sentimento económico diminuiu tanto para a União Europeia (UE) como para a área do euro (AE), tendência que se estendeu à generalidade dos indicadores de confiança, com exceção da construção. De acordo com o indicador previsional do Banco de Itália, de dezembro de 2018, o PIB trimestral em cadeia da área do euro tornou a recuar (+ 0,2%, no 3.º trimestre de 2018).

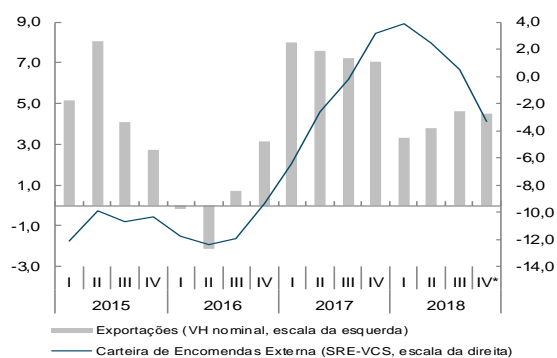
Figura 1.7. PIB e Indicador de Sentimento Económico



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

Os indicadores quantitativos disponíveis para o conjunto dos meses de outubro e novembro de 2018 para a área do euro indicam um enfraquecimento significativo da produção industrial, especialmente do setor automóvel, resultando, em parte, do impacto do novo regulamento europeu sobre emissões de gases. Contudo, neste período, as vendas a retalho aceleraram e as exportações de bens mantiveram um crescimento moderado em termos nominais.

Figura 1.8. Exportações e Encomendas Externas da Área do Euro

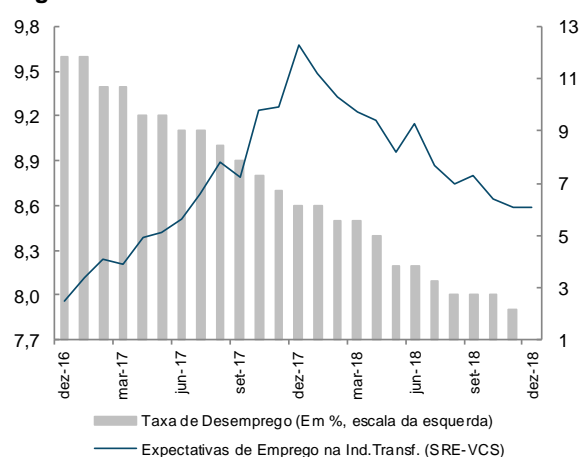


Fontes: Comissão Europeia; Eurostat. * P/Exportações, média de outubro e novembro.

Em novembro de 2018, a taxa de desemprego estabilizou em 6,7% para a UE e, desceu para 7,9% para a área do euro (8,0% no mês precedente) representando, para o último caso, a taxa mais baixa desde finais de 2008.

Em dezembro de 2018, as expectativas dos empresários da área do euro quanto à criação de emprego pioraram para os setores dos serviços, comércio a retalho e construção; enquanto estabilizaram para a indústria transformadora.

Figura 1.9. Mercado de Trabalho da Área do Euro



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

Em dezembro de 2018, a taxa de inflação homóloga da área do euro desceu para 1,6% (1,9% em novembro) devido sobretudo à desaceleração dos preços de energia, os quais aumentaram para 5,4% em termos homólogos, comparado com 9,1% em novembro.

No entanto, para o conjunto do ano de 2018, a taxa de inflação global aumentou para 1,7% em média anual (1,5% em 2017) refletindo essencialmente a aceleração dos preços de energia, a qual se situou, em média, para 6,4%, no ano de 2018 (5,0%, no ano de 2017); visto que a taxa de inflação subjacente apenas subiu para 1,2% (1,1% em 2017).

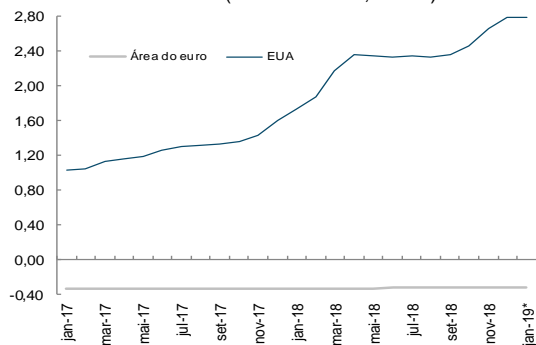
Quadro 1.3. Indicadores de Atividade Económica da UE

Indicador	Unidade	Fonte	2018	2017					2018			
				4T	1T	2T	3T	4T	set	out	nov	dez
União Europeia (UE-28) – PIB real	VH	Eurostat	:	2,8	2,6	2,3	2,1	:	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	111,9	114,1	114,0	112,5	111,9	109,2	111,2	110,4	109,6	107,6
Área do Euro (AE-19) – PIB real	VH	Eurostat	:	2,8	2,7	2,4	2,2	:	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	111,7	114,3	114,0	112,5	111,5	108,8	110,9	109,7	109,5	107,3
Índice de Produção Industrial	VH	Eurostat	:	4,0	3,1	2,4	0,7	:	0,6	0,9	-3,2	:
Índice de Vendas a Retalho	VH real	"	:	1,9	1,7	1,7	1,1	:	0,3	2,2	0,9	:
Taxa de Desemprego	%	"	:	8,7	8,5	8,3	8,0	:	8,0	8,0	7,9	:
IHPC	VH	"	17	14	13	17	2,1	19	2,1	2,2	1,9	16

Mercados Financeiros e Matérias-Primas

Até ao dia 28 de janeiro de 2019, a taxa Euribor a 3 meses estabilizou, para se situar, em média, em -0,31% (-0,32%, em média, no ano de 2018). Para os EUA, após um ligeiro recuo no início de 2019 (para 2,78%), assistiu-se a um movimento ascendente ao longo de 2018 (de 2,31%, em média).

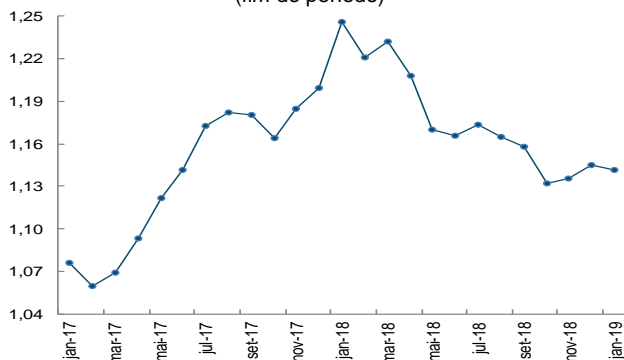
Figura 1.10. Taxa de Juro a 3 meses do Mercado Monetário (Média mensal, em %)



Fonte: BCE; IGCP. * Média até ao dia 28.

Em dezembro de 2018, as taxas de juro de longo prazo diminuíram tanto para os EUA como para a área do euro, refletindo um cenário macroeconómico mais incerto e acrescido de tensões geopolíticas globais. No entanto, para o conjunto do ano de 2018, assistiu-se a uma evolução crescente destas taxas, com destaque para os EUA (2,9%, que compara com 2,3% em 2017) influenciando a obtenção de um diferencial expressivo face à área do euro, pelo 5.º ano consecutivo.

Figura 1.11. Taxa de Câmbio do Euro face ao Dólar (fim do período)

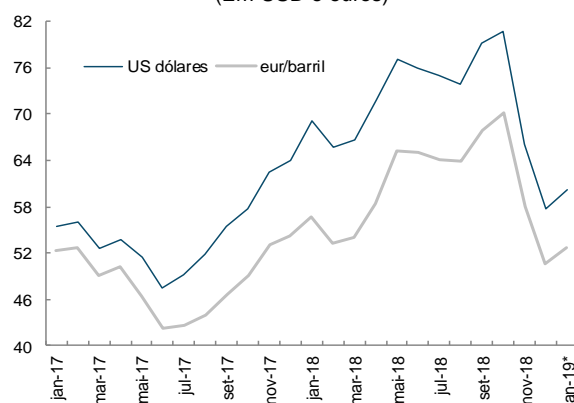


Fonte: Banco de Portugal. Para janeiro, o valor é do dia 28.

Em janeiro de 2019, o euro depreciou-se ligeiramente face ao dólar, tendo atingido 1,14 no dia 28, seguindo a trajetória descendente registada ao longo de 2018 (1,20 no final de 2017), refletindo o efeito de políticas monetárias divergentes entre a área do euro e os EUA e o enfraquecimento significativo da economia da área do euro. Também, recentemente, o euro depreciou-se face à libra esterlina (cerca de -3% face ao final de 2018) num período em que se avolumou a incerteza em torno do desfecho do *Brexit*.

Em dezembro de 2018, o índice de preços relativo ao preço do petróleo importado baixou para 46,2 (por memória atingiu o valor 100 durante a crise petrolífera de 1979).

Figura 1.12. Preço médio Spot do Petróleo Brent (Em USD e euros)



Fontes: DGEG, IGCP e BP. * Média até ao dia 28.

Até ao dia 28 de janeiro de 2019, o preço do petróleo *Brent* ascendeu, em média, a 60 USD/bbl (53€/bbl), influenciado, em parte, pelo acordo no corte de produção de petróleo entre a OPEP e os restantes parceiros, concretizado a partir do início deste ano. Esta evolução ascendente interrompeu a quebra abrupta registada no último trimestre de 2018.

Quadro 1.4. Indicadores Monetários e Financeiros Internacionais

Indicador	Unidade	Fonte	2018	2017					2018			
				4T	1T	2T	3T	4T	set	out	nov	dez
Taxa Euribor a 3 meses*	%	BP	-0,31	-0,33	-0,33	-0,32	-0,32	-0,31	-0,32	-0,32	-0,32	-0,31
Yield OT 10 anos – EUA**	%	Eurostat	2,91	2,37	2,76	2,92	2,93	3,04	3,00	3,15	3,12	2,84
Yield OT 10 anos – Área do euro**	%	"	1,27	0,99	1,16	1,22	1,30	1,39	1,32	1,56	1,41	1,21
Taxa de Câmbio*	Eur/USD	BP	1,145	1,199	1,232	1,166	1,158	1,145	1,158	1,132	1,136	1,145
Dow Jones*	VC	Yahoo	-5,6	10,3	-2,5	0,7	9,0	-11,8	1,9	-5,1	1,7	-8,7
DJ Euro Stoxx50*	VC	"	-14,3	-2,5	-4,1	1,0	0,1	-11,7	0,2	-5,9	-0,8	-5,4
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	USD/bbl	DGEG	71,54	61,38	67,19	74,90	75,98	68,09	79,11	80,61	65,98	57,67
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	VH	"	30,6	19,97	22,85	47,09	45,60	10,94	42,5	39,8	5,7	-10,0
Spot do Petróleo Brent em euros/bbl**	VH	DGEG e BP	24,8	9,8	6,4	35,7	47,1	14,4	45,6	43,1	9,2	-6,5
Preço Relativo do Petróleo em euros***	1979=100	GEE	53,7	45,6	48,8	54,1	56,7	58,5	57,1	63,7	56,0	46,2

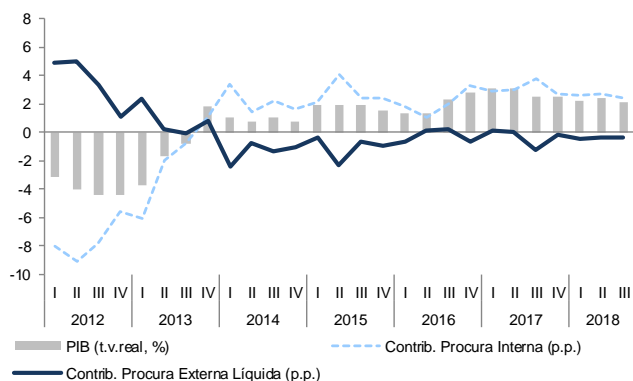
* Fim de período; ** Valores médios; *** Preço Relativo do Petróleo é o rácio entre o preço de importação de ramas de petróleo bruto em euros e o deflador do PIB em Portugal.

2. Conjuntura Nacional

Atividade Económica e Oferta

De acordo com os dados publicados pelo INE para o 3.º trimestre de 2018, a economia portuguesa cresceu 2,1%, desacelerando 0,4 p.p. em termos homólogos. Esta desaceleração foi influenciada pelo abrandamento do consumo privado, pelo contributo negativo menos intenso da procura externa líquida e positivamente pela evolução do Investimento (FBCF).

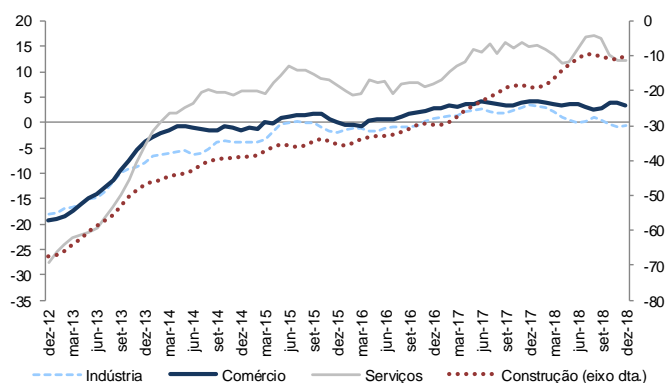
Figura 2.1. Produto Interno Bruto
(VH, %)



Fonte: INE.

No 4.º trimestre do ano, registou-se uma ligeira melhoria do indicador de confiança no setor do comércio a retalho e uma estabilização deste indicador no setor da construção, face ao registado no trimestre anterior. Pelo contrário, os indicadores de confiança relativos ao setor dos serviços e da indústria registaram uma ligeira deterioração no último trimestre do ano.

Figura 2.2. Indicadores de Confiança
(SRE, MM3)



Fonte: INE

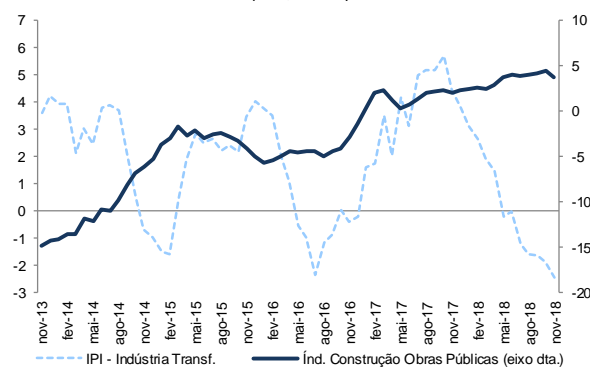
Quadro 2.1. Indicadores de Atividade Económica e Oferta

Indicador	Unidade	Fonte	2018	2017	2018				2018				
				4T	1T	2T	3T	4T	ago	set	out	nov	dez
PIB – CN Trimestrais	VH Real	INE	:	2,5	2,2	2,4	2,1	:	:	:	:	:	:
Indicador de Clima Económico*	SRE-VE	"	2,3	1,9	2,1	2,5	2,4	2,2	2,5	2,4	2,4	2,3	2,2
Indicador de Confiança da Indústria	SRE-VCS	"	0,5	3,5	2,1	0,0	0,4	-0,6	1,6	-1,2	-1,1	-0,7	0,0
Indicador de Confiança do Comércio	"	"	3,3	4,2	3,5	3,5	2,8	3,4	2,6	3,9	4,8	2,7	2,8
Indicador de Confiança dos Serviços	"	"	14,1	14,8	13,2	14,4	16,5	12,2	14,5	16,7	8,6	11,7	16,2
Indicador de Confiança da Construção	"	"	-11,9	-19,0	-16,5	-10,7	-10,3	-10,0	-9,9	-11,6	-11,2	-10,3	-8,6
Índice de Produção Industrial – Ind. Transf.	VH	"	:	3,8	1,9	0,0	-1,7	:	-3,1	-0,9	-1,5	-4,9	:
Índice de Volume de Negócios – Ind. Transf.	"	"	:	1,9	-2,1	2,0	3,8	:	4,8	5,0	5,1	2,4	:
Índice de Volume de Negócios - Serviços	"	"	:	5,7	5,5	6,6	5,6	:	5,6	4,8	5,0	2,5	:

*valores mensais referem-se à média móvel a 3 meses

Relativamente ao 4.º trimestre de 2018, o indicador de clima económico do INE registou uma ligeira deterioração face ao 3.º trimestre. No trimestre terminado em novembro de 2018, o indicador de atividade económica do INE apresentou uma ligeira deterioração face ao trimestre precedente, atingindo, até ao momento, o valor mínimo do ano.

Figura 2.3. Índices de Produção
(VH, MM3)



Fonte: INE

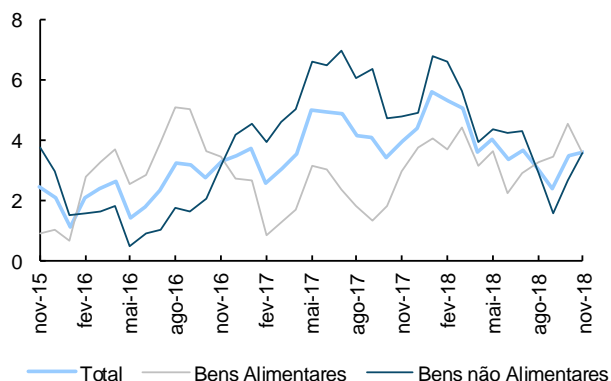
Os dados quantitativos disponíveis relativos ao trimestre terminado em novembro, mostram que, em termos médios homólogos:

- na indústria transformadora, o Índice de Produção registou uma variação de -2,5% e o Índice de Volume de Negócios apresentou uma variação de 4,2% (-1,7% e 3,8% no 3.º trimestre de 2018, respetivamente);
- o Índice de Produção na Construção e Obras Públicas apresentou um aumento de 3,8%, desacelerando 0,4 p.p. face ao registado no 3.º trimestre de 2018;
- o Índice de Volume de Negócios nos Serviços apresentou um aumento quando comparado com o período homólogo de 4,1% (-1,5 p.p. face ao 3.º trimestre de 2018);
- o Índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho registou um crescimento de 3,6%, valor inferior em 1,2 p.p. quando comparado com o 3.º trimestre do ano.

Consumo Privado

No mês de novembro de 2018, o Índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho cresceu 4,1% em termos homólogos (-1.5 p.p. do que em outubro). Por sua vez, a componente alimentar teve uma evolução homóloga de 3,4%, enquanto a componente não-alimentar cresceu 4,7%.

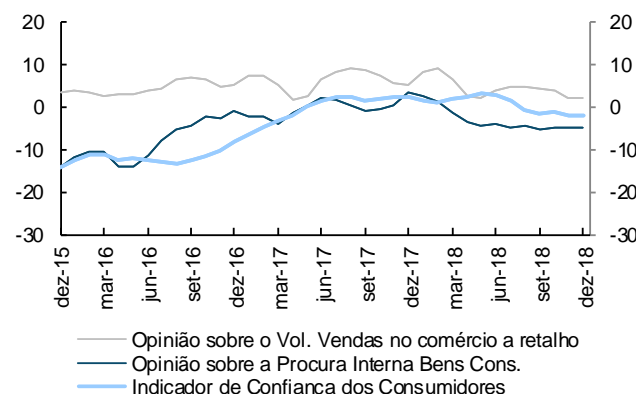
Figura 2.4. Índice do Volume de Negócios no Comércio a Retalho (MM3, VH)



Fonte: INE.

No último trimestre de 2018, quer o indicador de confiança dos consumidores quer o indicador de opinião do volume de vendas no comércio a retalho apresentaram uma deterioração relativamente ao terceiro trimestre. Já o indicador de opinião de procura interna de bens de consumo melhorou ligeiramente.

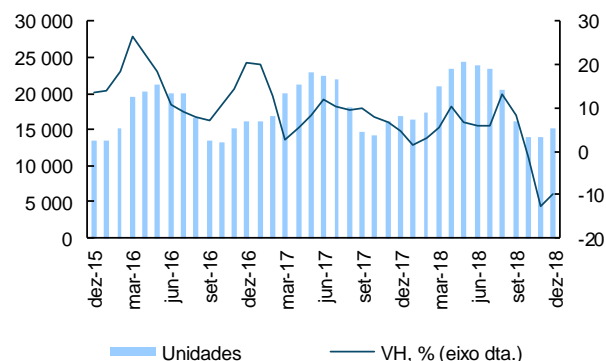
Figura 2.5. Opiniões dos Empresários e Confiança dos Consumidores (SRE-VE, MM3)



Fonte: INE.

Nos três últimos meses de 2018 foram vendidos 45 579 veículos ligeiros de passageiros, um decréscimo de 9,9% face ao período homólogo, e menos 2 538 do que no terceiro trimestre. No conjunto do ano foram vendidos quase 230 mil veículos, mais 2,8% do que em 2017.

Figura 2.6. Venda de Automóveis Ligeiros de Passageiros (MM3)



Fonte: ACAP.

Quadro 2.2. Indicadores de Consumo Privado

Indicador	Unidade	Fonte	2018	2017					2018				
				4T	1T	2T	3T	4T	ago	set	out	nov	dez
Consumo Privado - CN Trimestrais	VH real	INE	:	2,2	2,2	2,7	2,3	:	-	-	-	-	-
Indicador de Confiança dos Consumidores	SER-VE	"	0,3	2,3	2,0	2,8	-1,4	-2,2	-1,3	-1,5	-0,4	-3,4	-2,7
Confiança Comércio Retalho: Vendas últimos 3 meses	SER-VE	"	4,3	5,4	6,5	3,9	4,4	2,4	4,4	3,5	3,2	0,3	3,6
Índice de Vol. De Negócios no Comércio a Retalho*	VH	"	:	4,4	5,1	3,4	2,4	:	3,9	1,0	5,6	4,1	:
Bens Alimentares	VH	"	:	3,8	4,4	2,2	3,5	:	6,2	2,6	4,8	3,4	:
Bens não alimentares	VH	"	:	4,9	5,6	4,3	1,6	:	2,0	-0,2	6,3	4,7	:
Vendas de Automóveis Ligeiros de Passageiros**	VH	ACAP	2,8	4,5	5,6	6,0	8,5	-9,9	28,7	-14,0	-12,2	-12,3	-5,3
Importação de Bens de Consumo***	VH	INE	:	6,6	2,6	5,4	2,5	:	2,7	-1,5	10,1	9,3	:

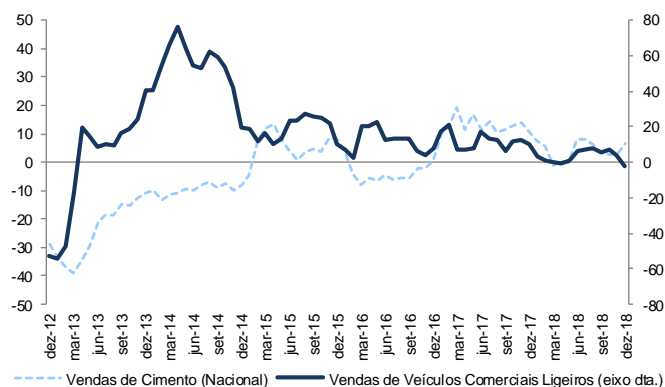
* Índices deflacionados, corrigidos de sazonalidade e de dias úteis; de acordo com a nova base 2015=100; ** Inclui veículos Todo-o-Terreno e Mono volumes com mais de 2300 Kg; *** Exclui material de transporte.

Investimento

Os dados disponíveis para o investimento no 4.º trimestre de 2018, mostram que, em termos médios homólogos:

- as vendas de veículos comerciais ligeiros diminuíram para -2,1% (-7,4 p.p. face ao 3.º trimestre de 2018), enquanto as vendas de veículos comerciais pesados registaram uma diminuição para -8,0%, representando uma recuperação face ao 3.º trimestre do ano (-6,0 p.p.);
- as vendas de cimento registaram uma variação de 6,5% (+3,0 p.p. comparativamente ao 3.º trimestre de 2018);
- as opiniões dos empresários sobre o volume de vendas de bens de investimento no comércio por grosso registaram uma melhoria significativa, o que contrasta com valores negativos observados no 3.º trimestre.

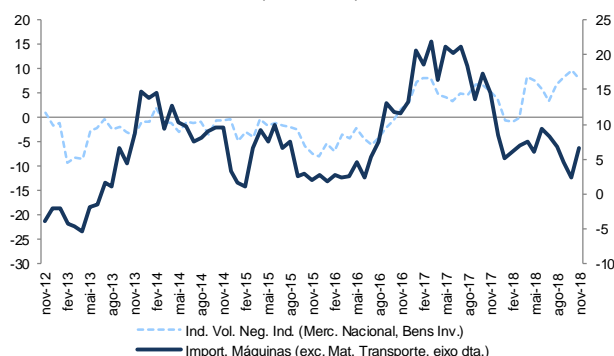
Figura 2.7. Vendas de Cimento e de Veículos Comerciais Ligeiros
(VH, MM3)



Fonte: ACAP, Secil, Cimpdor.

Contrastando com o crescimento médio a dois dígitos no decorrer de 2017, o Indicador de Máquinas e Equipamentos do INE, no trimestre terminado em novembro, registou um crescimento homólogo de 8,4%, o que representa um aumento de 4,7 p.p. face ao registado no 3.º trimestre de 2018.

Figura 2.8. Bens de Equipamento
(VH, MM3)

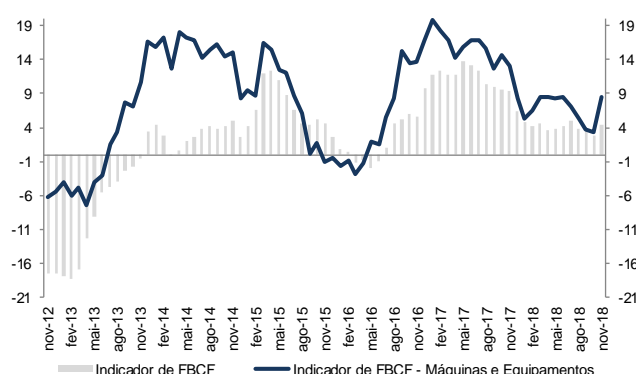


Fonte: INE.

Outros dados quantitativos disponíveis relativos ao trimestre terminado em novembro, mostram que, em termos médios homólogos:

- o Índice de Volume de Negócios da Indústria de Bens de Investimento para o mercado nacional registou uma variação de 7,9% (8,3% no 3.º trimestre de 2018);
- as importações de máquinas e outros de bens de capital exceto material de transporte, em termos nominais, cresceram 6,7% (4,6% no 3.º trimestre do ano).

Figura 2.9. Indicador de FBCF e Componentes
(VH, MM3)



Fonte: INE.

Quadro 2.3 Indicadores de Investimento

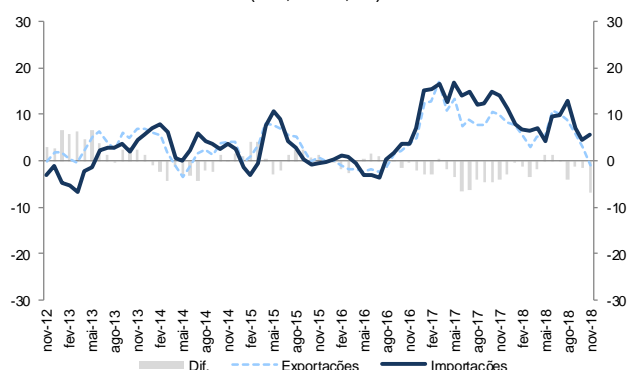
Indicador	Unidade	Fonte	2018	2017	2018					2018				
				4T	1T	2T	3T	4T	ago	set	out	nov	dez	
FBC – CN Trimestrais	VH Real	INE	:	6,9	6,1	4,4	4,4	:	:	:	:	:		
da qual, FBCF	VH Real	"	:	6,1	4,3	4,1	4,5	:	:	:	:	:		
Indicador de FBCF	VH/mm3	"	:	6,4	4,6	4,2	3,6	:	3,8	3,6	2,9	4,5	:	
Vendas de Cimento	VH	SECIL e CIMPOR	4,3	11,0	-1,1	8,0	3,5	6,5	0,8	-1,7	8,9	0,0	12,0	
Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros	VH	ACAP	2,2	10,2	-0,2	6,3	5,4	-2,1	16,1	4,8	3,0	5,0	-11,1	
Vendas de Veículos Comerciais Pesados	VH	"	-2,3	6,3	-0,8	3,7	-2,0	-8,0	1,8	17,4	13,2	-13,5	-22,2	
Volume Vendas Bens de Investimento*	SRE-VE	INE	6,8	2,8	4,9	4,4	3,5	14,6	11,2	-3,9	1,9	17,7	24,3	
Licenças de Construção de fogos	VH	"	:	17,5	316	46,2	33,0	:	55,2	3,3	60,2	46,1	:	
Importações de Bens de Capital**	VH	"	:	8,5	6,9	9,4	4,6	:	1,5	0,7	4,5	14,6	:	
Índice Vol. Negócios da IT de Bens de Inv.***	VH	"	:	4,0	0,0	5,8	8,3	:	10,7	6,1	12,4	5,5	:	

* no Comércio por Grosso; ** excepto Material de Transporte; *** para o Mercado Nacional.

Contas Externas

Em termos médios homólogos nominais, os dados relativos ao comércio internacional de bens, divulgados pelo INE, tendo em conta o trimestre terminado em novembro, apontam para uma diminuição das exportações de -1,0% e um aumento das importações em 5,8% (6,0% e 7,0% no 3.º trimestre de 2018).

Figura 2.10. Fluxos do Comércio Internacional
(VH, MM3, %)



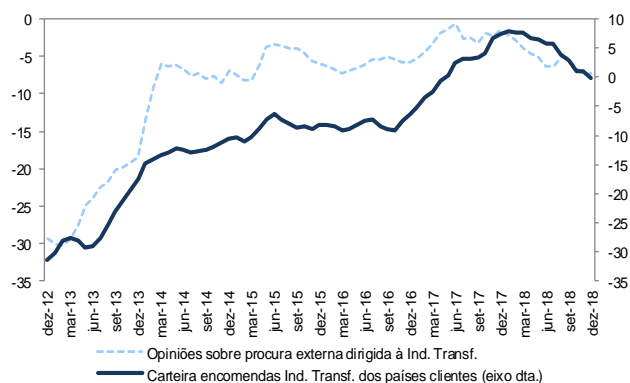
Fonte: INE.

Também para o trimestre terminado em novembro, e em termos médios homólogos nominais:

- a componente extracomunitária das exportações diminuiu para -8,0%, desacelerando 7,6 p.p. face ao trimestre terminado em setembro de 2018. Já as exportações para o mercado intracomunitário aumentaram 1,3%, desacelerando 6,9 p.p. em relação ao 3.º trimestre de 2018;
- nas importações de bens, o mercado intracomunitário aumentou 4,9%, enquanto o mercado extracomunitário registou um acréscimo de 8,8% (+1,8 p.p. e -10,7 p.p. face ao 3.º trimestre de 2018, respetivamente). Em termos acumulados, a taxa de cobertura do comércio internacional de bens situa-se atualmente em 77,5%.

No 4.º trimestre de 2018, as opiniões sobre a procura externa na indústria foram ligeiramente mais negativas que no trimestre anterior. De forma menos acentuada, a carteira de encomendas da indústria transformadora dos países clientes continuou a tendência de deterioração desde o início do ano.

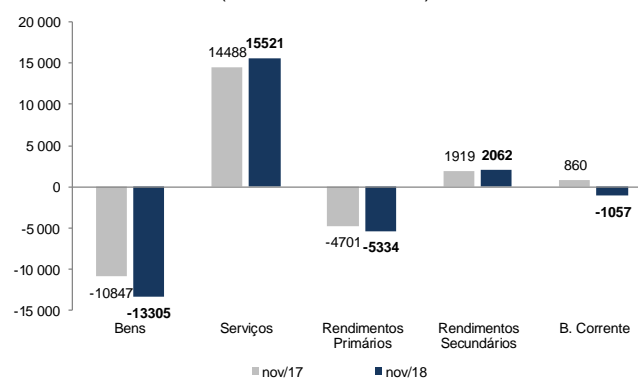
Figura 2.11. Procura Externa dirigida à Indústria



Fonte: INE.

Até novembro de 2018, o défice acumulado da balança corrente foi de 1057 milhões de euros, o que representa uma deterioração de 1917 milhões de euros, em termos homólogos. Este resultado traduz o decréscimo do saldo da balança de bens e do saldo da balança de rendimentos primários, apesar da evolução positiva do saldo da balança de serviços de rendimentos secundários.

Figura 2.12. Balança Corrente: composição do saldo
(em milhões de euros)



Fonte: BdP.

No mesmo período, a balança corrente e de capital apresentou uma capacidade de financiamento de 863 milhões de euros (uma diminuição de 1651 milhões de euros face ao mesmo período de 2017).

Quadro 2.4. Indicadores de Contas Externas

Indicador	Unidade	Fonte	2017	2017			2018			2018				
				3T	4T	1T	2T	3T	jul	ago	set	out	nov	
Exportações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	INE	7,8	6,2	7,2	4,9	7,1	3,1	:	:	:	:	:	
Importações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	"	8,1	8,7	7,2	5,6	7,5	3,5	:	:	:	:	:	
Saldo de Bens e Serviços*	% PIB	"	0,8	0,8	0,8	0,7	0,7	0,7	:	:	:	:	:	
Capacidade de financiamento da economia*	% PIB	"	1,1	1,1	1,1	1,1	0,7	0,5	:	:	:	:	:	
Saídas de Bens	VH nom	"	10,0	7,7	8,3	3,1	10,8	6,0	14,0	2,2	10	5,3	-8,7	
Entradas de Bens	VH nom	"	13,5	12,4	11,2	6,6	9,5	7,0	13,2	7,8	0,3	5,4	11,5	

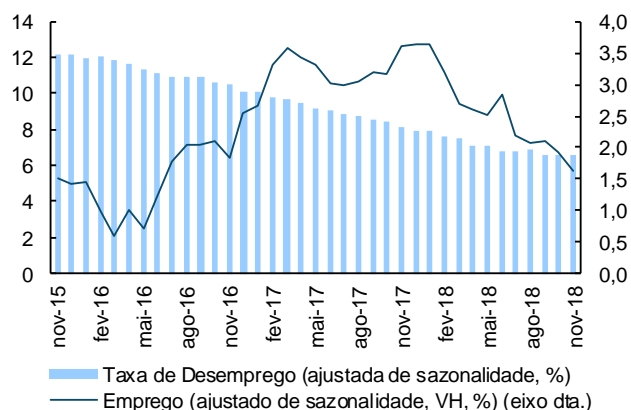
*Dados trimestrais referem-se ao ano terminado no respetivo trimestre.

Indicador	Unidade	Fonte	2017	2017			2018			2017	2018	Dif.
				3T	4T	1T	2T	3T	jan-nov	jan-nov		
Saldo Balança Corrente e de Capital	10 ⁶ euros	BdP	2 699	2412	1123	-78	-1600	2140	2513	863	-1651	
Saldo Balança de Bens	"	"	-12 108	-3151	-3446	-3075	-3498	-3554	-10847	-13305	-2459	
Saldo Balança de Serviços	"	"	15 619	5581	3943	2563	4195	5995	14488	15521	1033	
Saldo Balança de Rendimentos Primários	"	"	-4 859	-1136	-562	-379	-3233	-1594	-4701	-5334	-634	
Saldo Balança de Rendimentos Secundários	"	"	2 226	625	600	483	533	641	1919	2062	143	

Mercado de Trabalho

A estimativa mensal do INE aponta para que a taxa de desemprego, no mês de novembro, se tenha fixado em 6,6% (o mesmo valor que em outubro). Para esta evolução contribuiu uma redução homóloga da população desempregada em 17,8% e um aumento de 1,6% do emprego.

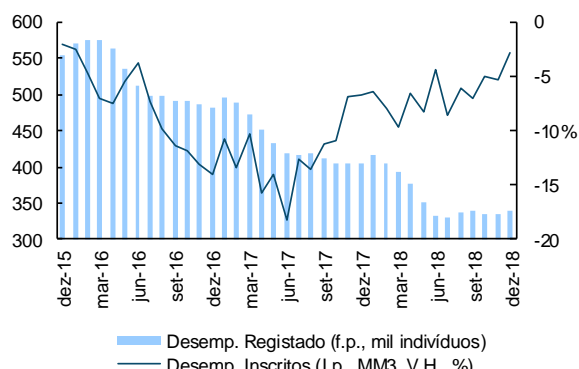
Figura 2.13. Taxa de desemprego e Emprego



Fonte: INE.

No final de 2018, encontravam-se registados cerca de 339 mil desempregados, uma redução de 16,0% face ao valor registado no final de 2017. Já o desemprego inscrito ao longo do quarto trimestre ascendeu aos de 147 mil pedidos, traduzindo uma descida de 2,8% quando comparado com os últimos três meses de 2017. No conjunto do ano, o número de desempregados inscritos caiu 6,1%.

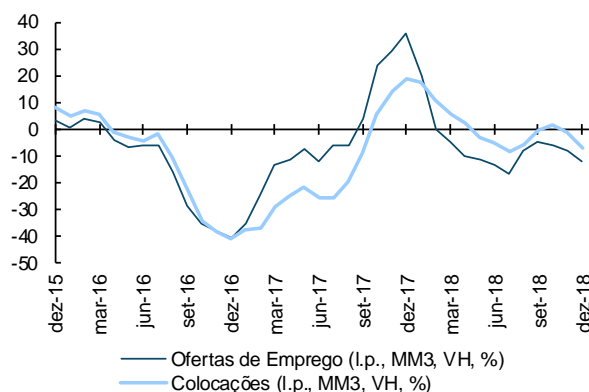
Figura 2.14. Desemprego



Fonte: IEFP.

Esta evolução reflete uma diminuição das colocações que, no quarto trimestre, desceram 7,1%, em termos homólogos, para as 19 mil colocações. As ofertas de emprego seguiram um padrão similar; durante o último trimestre do ano diminuíram 12%. Assim, o rácio entre ofertas e colocações foi, no quarto trimestre, de 66,7%, -0,7 p.p. do que no trimestre precedente.

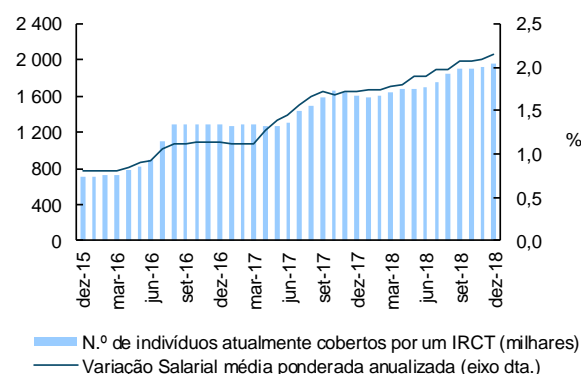
Figura 2.15. Ofertas de Emprego e Colocações
(MM3, VH)



Fonte: IEFP.

No final de 2018, estima-se que cerca de 1,951 milhões de trabalhadores se encontrassem abrangidos por Instrumentos de Regulação Coletiva de Trabalho, um aumento de aproximadamente 22,3% face a 2017. Já o aumento das remunerações médias implícitas fixou-se nos 2,2%, valor 0,4 p.p. acima do registado no final de 2017.

Figura 2.16. Contratação Coletiva



Fonte: MESS, estimativas GPEARI.

Quadro 2.5. Indicadores do Mercado de Trabalho

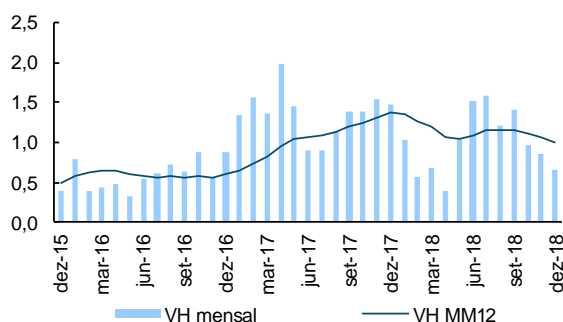
Indicador	Unidade	Fonte	2018	2017					2018				
				4T	1T	2T	3T	4T	ago	set	out	nov	dez
Taxa de Desemprego*	%	INE	:	8,1	7,9	6,7	6,7	:	6,9	6,6	6,6	6,6	:
Emprego Total*	VH	"	:	3,5	3,2	2,4	2,1	:	2,1	2,1	1,9	1,6	:
Desemprego Registado (f.p.)	VH	IEFP	-16,0	-16,3	-16,6	-20,5	-17,5	-16,0	-19,1	-17,5	-17,4	-17,2	-16,0
Desempregados Inscritos (l.p.)	VH	"	-6,1	-6,8	-9,7	-4,4	-7,0	-2,8	-4,1	-8,5	-1,9	-5,4	-0,4
Ofertas de Emprego (l.p.)	VH	"	-8,7	36,0	-4,8	-13,2	-4,6	-12,0	-0,3	0,6	-14,8	-8,1	-11,6
Contratação Coletiva	VH	MTSSS	2,2	1,7	1,8	1,9	2,1	2,2	2,0	2,1	2,1	2,1	2,2
Índice do Custo do Trabalho** - Portugal	VH	INE	:	4,1	-1,4	1,1	1,5	:	-	-	-	-	-
Índice do Custo do Trabalho** - AE	VH	Eurostat	:	1,8	2,3	2,5	2,7	:	-	-	-	-	-

*Valores Trimestrais do Inquérito Trimestral ao Emprego. Valores mensais das Estimativas Mensais (ajustadas de sazonalidade). **Total, excluindo Administração Pública, Educação, Saúde e Outras Atividades; f.p. - no fim do período; l.p. ao longo do período.

Preços

No ano de 2018, o índice de Preços no Consumidor (IPC) registou uma variação homóloga de 1,0% (1,4% em 2017).

Figura 2.17. Taxa de Variação do IPC
(VH, %)

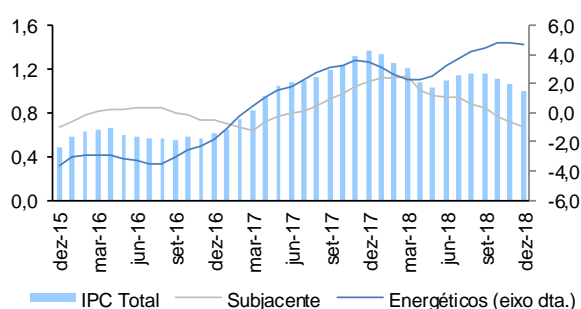


Fonte: INE.

Por seu lado, o IPC dos Bens cresceu apenas 0,5% (0,9% em 2017) enquanto o IPC dos Serviços registou uma subida de 1,7% (2,1% o ano passado).

Já o IPC subjacente, isto é, o IPC excluindo produtos energéticos e alimentares não processados, cresceu 0,7%, uma desaceleração de 0,4 p.p. face a 2017. A diferença deste face ao IPC total reflete sobretudo um forte aumento da componente energética (4,7%).

Figura 2.18. Taxa de Variação do IPC (Subjacente e Energéticos)
(MM12, VH, %)



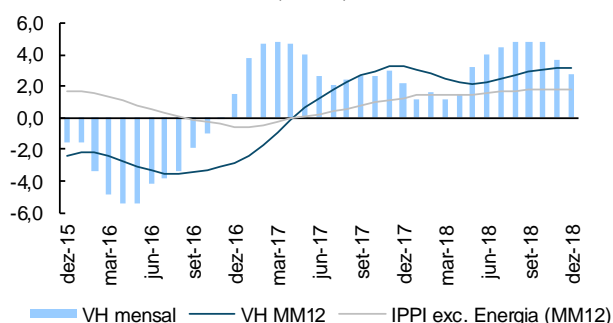
Fonte: INE.

Em 2018, ao nível das classes do IPC, as que registaram a maior quebra foram o Vestuário (-3,4%) e Acessórios para o Lar (-0,4%), enquanto os Transportes (3,1%), Bebidas Alcoólicas (2,3%) e a Habitação (2,2%) foram as que mais aumentaram.

A variação homóloga do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) nacional, em 2018, foi de 1,2% (0,4 p.p. abaixo do valor de 2017). Por seu turno, a variação homóloga do IHPC na zona euro foi de 1,7% (+0,2 p.p. do que no ano anterior), pelo que o diferencial do IHPC de Portugal e do IHPC médio da zona euro se fixou nos -0,5 p.p.

Já o Índice de preços na Produção Industrial foi marcado por uma aceleração na segunda metade do ano, tendo a variação homóloga do IPPI se fixado em 3,2%, ligeiramente abaixo dos 3,3% registados em 2017.

Figura 2.19. Taxa de Variação do IPPI
(VH, %)



Fonte: INE.

A tendência intra-anual encontra-se fortemente condicionada pela componente energética que apresentou uma variação média mensal superior a 8%. Por sua vez, o agrupamento de Bens Intermediários foi, a seguir à componente energética, o agrupamento que mais pressionou positivamente a evolução do IPPI.

Quadro 2.6. Indicadores de Preços

Indicador	Unidade	Fonte	2018	2018											
				abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez			
Índice de Preços no Consumidor	VC	INE	:	0,7	0,4	0,1	-0,6	-0,3	1,1	-0,1	-0,4	-0,2			
Índice de Preços no Consumidor	VH	INE	1,0	0,4	1,0	1,5	1,6	1,2	1,4	1,0	0,9	0,7			
Índice de Preços no Consumidor	VM12	"	:	1,1	1,0	1,1	1,1	1,2	1,2	1,1	1,1	1,0			
IPC - Bens	VH	"	0,5	0,3	0,6	1,3	1,1	1,0	0,9	0,8	0,4	0,1			
IPC - Serviços	"	"	1,7	0,6	1,7	1,9	2,3	1,6	2,2	1,3	1,5	1,6			
IPC Subjacente*	"	"	0,7	0,2	0,6	1,0	1,0	0,6	0,9	0,4	0,5	0,6			
Índice de Preços na Produção industrial	VH	"	3,2	1,5	3,2	4,0	4,5	4,8	4,8	4,8	3,7	2,7			
IHPC	"	"	1,2	0,3	1,4	2,0	2,2	1,3	1,8	0,8	0,9	0,6			
Diferencial IHPC PT vs. AE	p.p.	Eurostat	-0,5	-1,0	-0,5	0,0	0,1	-0,7	-0,3	-1,4	-1,0	-1,0			

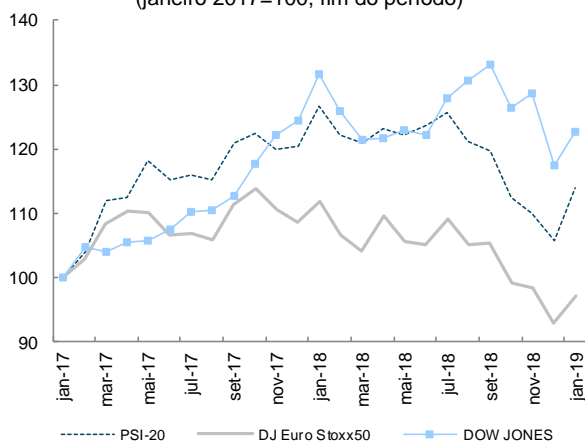
*IPC subjacente exclui os bens alimentares não transformados e energéticos.

Mercado de Capitais, Crédito e Taxas de Juro

No início de 2019, os índices bolsistas internacionais recuperaram quer para as economias avançadas, quer para os países emergentes (principalmente asiáticos), revelando algum otimismo sobre as negociações entre os EUA e a China; resultados empresariais positivos e o acordo, a 25 de janeiro, que pôs fim ao *shutdown* mais longo dos EUA.

Assim, a 28 de janeiro de 2019, os índices *Dow Jones* e *Euro Stoxx50* apreciaram-se cerca de 4,5%, face ao final de 2018 (ano em que os mercados financeiros encerraram numa quebra acentuada).

Figura 2.20. Índices Bolsistas
(janeiro 2017=100, fim do período)

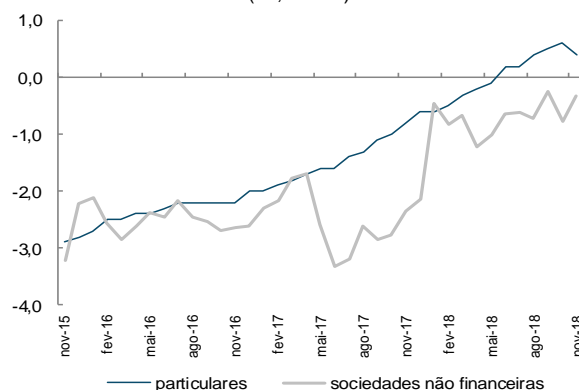


Fontes: CMVM; *Finance Yahoo*. Para janeiro, o valor é do dia 28.

À semelhança da evolução favorável dos mercados financeiros internacionais, o índice PSI-20 também se valorizou fortemente em finais de janeiro de 2019, tendo, no dia 28, apreciado 7,7% face ao final de 2018 (-12,2% em termos homólogos, no final de 2018).

Em novembro de 2018, a variação anual dos empréstimos ao setor privado não financeiro foi de 0,1% em termos anuais (igual ao mês precedente). Mas, enquanto o crédito atribuído às empresas não financeiras melhorou; o destinado às famílias foi menos positivo.

Figura 2.21. Empréstimos ao Setor Privado
(va, em %)

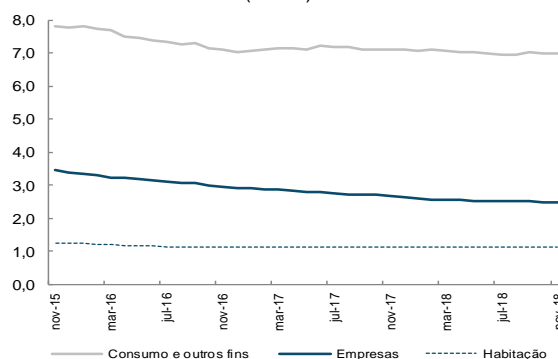


Fonte: Banco de Portugal.

Com efeito, a diminuição dos empréstimos destinados aos particulares em novembro de 2018 resultou da deterioração do crédito para outros fins e de um abrandamento do segmento do consumo, tendo o seu crescimento sido menos robusto para 10,8% (12% em outubro de 2018). Quanto ao crédito à habitação, este manteve-se estável pelo 2.º mês consecutivo.

Em novembro de 2018, as taxas de juro das operações do crédito diminuíram ligeiramente para as empresas; enquanto mantiveram inalteradas para os particulares, devido à estabilização dos juros para o crédito à habitação para 1,11%, desde julho de 2018. Porém, a taxa de juro do crédito ao consumo e outros fins subiu para 7% (+ 2 p.b. face ao mês precedente).

Figura 2.22. Taxas de Juro de Empréstimos
(em %)



Fonte: Banco de Portugal.

Quadro 2.7. Indicadores Monetários e Financeiros

Indicador	Unidade	Fonte	2018	2018											
				abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez			
Yield OT 10 anos PT*	%	IGCP	1,7	1,7	1,9	1,8	1,7	1,9	1,9	1,9	1,9	1,8	1,7		
Yield OT 10 – Spread Portugal face a Alemanha*	p.b.	"	148	110	156	148	130	154	141	149	151	148	148		
PSI 20*	VC	CMVM	-12,2	2,0	-0,8	1,1	1,7	-3,5	-1,2	-6,1	-2,3	-3,7			
Empréstimos a particulares: - para habitação	va**	BP	:	-1,4	-1,3	-1,1	-1,0	-0,9	-0,8	-0,8	-0,8	:			
- para consumo	va**	"	:	10,6	11,2	11,3	11,2	11,4	11,1	12,0	10,8	:			
Empréstimos a empresas	va**	"	:	-1,2	-1,0	-0,6	-0,6	-0,7	-0,3	-0,8	-0,3	:			
Taxa de Juro de empréstimos p/ habitação*	%	"	:	1,13	1,13	1,14	1,11	1,11	1,11	1,11	1,11	:			
Taxa de Juro de empréstimos p/ empresas*	%	"	:	2,57	2,54	2,53	2,54	2,52	2,51	2,49	2,48	:			

* Fim de período; ** Variação anual. Nota: As taxas de variação anual são calculadas com base na relação entre saldos de empréstimos bancários em fim de mês, ajustados de operações de titularização, e transações mensais, as quais são calculadas a partir de saldos corrigidos de reclassificações, de abatimentos ao activo e de reavaliações cambiais e de preço.

Finanças Públicas

No final do ano de 2018, a execução orçamental das Administrações Públicas registou um saldo global negativo de 2.083 milhões de euros, correspondente a uma melhoria de 475 milhões de euros relativamente ao saldo registado no ano anterior¹. Este resultado assentou principalmente na receita efetiva, cujo crescimento de 5,2% superou o aumento da despesa efetiva de 4,5%². No mesmo período, o saldo primário atingiu um excedente de 6.344,2 milhões de euros, valor que corresponde a um aumento de 604 milhões de euros face ao período homólogo (observou-se a um aumento de 1,6% nos encargos com juros). O referido crescimento da receita efetiva foi marcado pelo aumento de 4,9% registado na Receita Fiscal, acompanhado por um acréscimo de 6,2% nas Contribuições para a Segurança Social. No que toca à despesa efetiva destacam-se os aumentos na Aquisição de Bens e Serviços (8,5%), em Transferências Correntes (4,3% - influenciadas pelo aumento de 4,0% das prestações sociais) e em Despesas com o Pessoal (2,1%). Os gastos em Investimento aumentaram 3,6% ao longo do ano.

Por sectores, a Administração Central apresentou um saldo negativo de 4.487 milhões de euros, enquanto a Administração Regional e Local apresentou um saldo excedentário em 434 milhões de euros (contributos de -32 e 466 milhões de euros, respectivamente). A Segurança Social obteve um saldo de 1.970 milhões de euros.

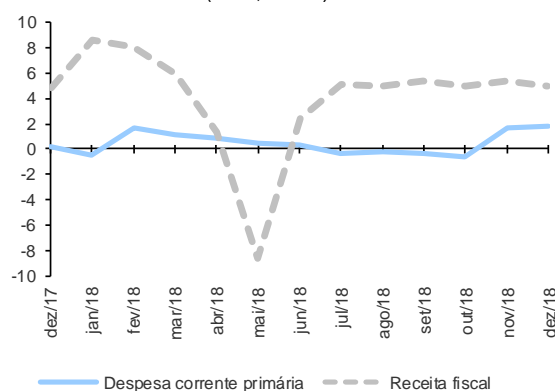
Estado

O subsector Estado registou, no final do mês de 2018, um saldo global negativo de 3.583 milhões de euros, valor que representa uma melhoria de 1.203 milhões de euros relativamente ao ano anterior. O saldo primário apresenta um excedente de 3.563 milhões de euros, correspondente a um aumento de 1.226 milhões de euros face a 2017.

Para a mencionada evolução da receita efetiva foi determinante o aumento registado na receita fiscal (4,9%), com crescimentos de 7,7% e 2,8% em impostos diretos (decorrente sobretudo da evolução no IRS e no IRC) e indiretos (onde à exceção do imposto sobre o Tabaco e do ISP, todos apresentaram um incremento), respectivamente.

O aumento da despesa efetiva teve como fator preponderante o aumento registado na rubrica *Transferências Correntes* (1,0%), nomeadamente para a Administração Central (2,5%) e para a União Europeia (15,2%). Ademais, verificaram-se aumentos de 78,4% em *Outras Despesas Correntes* (relacionadas com a assunção de passivos da Parública, SGPS, S.A.) e 26,2% em *Transferências de Capital* para a Administração Central.

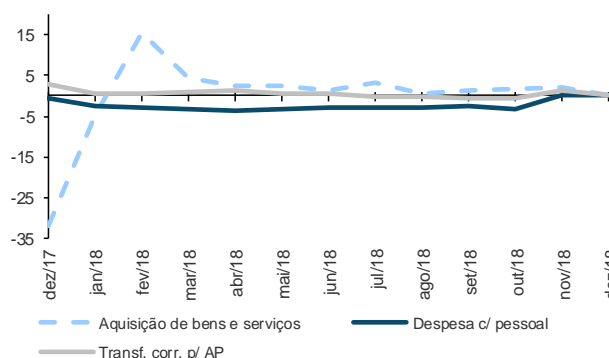
Figura 2.23. Execução Orçamental do Estado
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

A melhoria do saldo global decorreu da combinação de um acréscimo de 5,0% da receita efetiva com um aumento de 2,1% da despesa efetiva.

Figura 2.24. Despesa do Estado – principais componentes (VHA, em %)



Fonte: DGO.

Quadro 2.8. Execução Orçamental do Estado

	2017		2018		2018			
	jan a dez		jan a dez		set	out	nov	dez
	10 ⁶ euros		grau de execução (%)		VHA (%)			
Receita Efetiva	45 617	47 886	99,6	102,1	5,5	5,3	5,6	5,0
Receita corrente	45 533	47 821	99,8	102,2	5,5	5,4	5,7	5,0
Impostos diretos	18 335	19 746	100,8	108,1	6,8	6,5	6,3	7,7
Impostos indiretos	23 877	24 554	102,6	98,8	4,3	4,0	4,7	2,8
Despesa Efetiva	50 403	51 469	96,2	98,1	0,3	0,0	2,0	2,1
Despesa corrente primária	41 549	42 321	99,6	102,2	6,8	4,0	2,0	1,9
Despesa corrente	48 673	49 467	97,0	98,5	-0,1	-0,4	1,4	1,6
Despesa com pessoal	9 324	9 343	104,8	102,0	-2,5	-3,2	0,3	0,2
Aquisição bens e serviços	1 068	1 069	51,0	68,9	1,3	1,8	2,0	0,1
Subsídios	96	97	95,3	78,7	14,6	-18,2	14,2	1,3
Juros	7 123	7 146	94,4	98,3	1,9	0,9	-0,1	0,3
Transferências corr. p/ AP	28 168	28 183	100,7	100,5	-0,7	-0,8	1,2	0,1
Saldo Global	-4 786	-3 583	-	-	-	-	-	-
Saldo Primário	2 337	3 563	-	-	-	-	-	-

Fonte: DGO.

¹ Exceto se for referido o contrário, os valores indicados foram apurados numa base de caixa.

² Exceto se for referido o contrário, as variações em percentagem referem-se ao período homólogo do ano anterior.

Serviços e Fundos Autónomos, (SFA) incluindo as Empresas Públicas Reclassificadas (EPR)

No final de 2018, a execução orçamental dos SFA (incluindo o SNS e as EPR) revelou, um saldo global negativo de 903 milhões de euros. Este saldo representa uma deterioração de 756 milhões de euros relativamente ao ano anterior, resultado de um crescimento da despesa de 6,3% superior ao aumento de 3,9% observado na receita efetiva.

O aumento da receita efetiva está essencialmente associado aos aumentos de 11,3% em Taxas, multas e outras penalidades, e de receitas provenientes das transferências da Administração Central (2,4% e 26,4% em transferências correntes e de capital, respectivamente).

Quanto à despesa efetiva, a sua evolução foi principalmente impactada pelo aumento de 13,0% na Aquisição de Bens e Serviços. A este efeito acresce o aumento de 3,8% em Despesas com pessoal, assim como os crescimentos de 3,2% em outras transferências correntes e de 10,7% em despesas de capital.

As EPR contribuíram para o saldo global dos SFA com um défice de 2.064 milhões de euros. Este valor compara com o saldo negativo de 1.151 milhões de euros registados 2017.

Serviço Nacional de Saúde (SNS)

A execução orçamental do SNS (ótica dos compromissos) registou, no final de 2018, um saldo global negativo de 679 milhões de euros, valor que compara com o défice de 290 milhões de euros, apurado no ano anterior.

A receita efetiva do SNS registou um aumento de 0,9%, associado, fundamentalmente, a um crescimento de 1,4% da rubrica Transferências Correntes. Quanto à despesa efetiva mostra um crescimento de 4,9%, decorrente dos aumentos de 5,3% das Despesas com o Pessoal e de 4,2% dos gastos com Fornecimento e Serviços Externos.

Adicionalmente, é de referir que as transferências do OE aumentaram 13,3% (+1.145 milhões de euros) associadas ao aumento de capital de entidade do SNS.¹

Caixa Geral de Aposentações (CGA)

No período em análise, a execução orçamental da CGA traduziu-se num saldo global positivo de 101 milhões de euros, uma melhoria de 25 milhões de euros face a 2017. O total da receita efetiva da CGA atingiu os 10 mil milhões de euros. Este aumento homólogo de 2,1% tem subjacente o aumento de 0,8% em *Quotas e Contribuições* e a variação de 3,9% da *Comparticipação do OE*. Por sua vez, a despesa efetiva mostra um aumento de 1,8%, decorrente do aumento de 1,7% do montante total de *Pensões e abonos*.

Quadro 2.9. Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos

	Serviços e Fundos Autónomos				dos quais: Empresas Públicas Reclassificadas			
	2017		2018		2017		2018	
	jan a dez				jan a dez			
	10 ⁶ euros		Grau de execução (%)	VHA (%)	10 ⁶ euros		Grau de execução (%)	VHA (%)
Receita Efetiva	30 412	31586	97,1	3,9	9 318	9 624	97,2	3,3
Contribuições p/ Seg. Social, CGA e ADSE	3 982	4 018	103,4	0,9	-	-	-	-
Transferências correntes das Adm. Públicas	17 693	18 137	97,5	2,5	956	910	93,5	-4,8
Despesa Efetiva	30 559	32 489	100,5	6,3	10 469	11689	104,5	11,6
Despesa com pessoal	6 929	7 195	100,8	3,8	3 844	4 048	103,0	5,3
Aquisição de bens e serviços	7 589	8 578	109,0	13,0	3 242	4 141	122,9	27,7
Transferências correntes	11404	11844	101,9	3,9	77	90	114,5	16,7
Saldo Global	- 147	- 904	-	-	-1 151	-2 064	-	-

Fonte: DGO.

Quadro 2.10. Execução Financeira do SNS e Orçamental da CGA

	Serviço Nacional de Saúde				Caixa Geral de Aposentações				
	2017		2018		2017		2018		
	jan a dez				jan a dez				
	10 ⁶ euros		VHA (%)	Grau de execução (%)	10 ⁶ euros		VHA (%)	Grau de execução (%)	
Receita Efetiva	9 311	9 392	0,9	97,2	Receita Efetiva	9 799	10 000	2,1	100,9
Receita fiscal	118	121	2,3	109,5	Contribuições p/ a CGA	3 975	4 010	0,9	103,3
Outra receita corrente	9 160	9 248	1,0	97,9	Quotas e contribuições	3 872	3 904	0,8	103,4
Receita de capital	33	23	-30,4	21,2	Transferências correntes do OE	4 993	5 225	4,6	100,0
Despesa Efetiva	9 600	10 070	4,9	101,7	Comparticipação do OE	4 729	4 914	3,9	99,9
Despesa com pessoal	3 844	4 048	5,3	100,6	Compensação por pagamento de pensões	264	310	17,4	99,8
Aquisição de bens e serviços	5 550	5 786	4,2	103,0	Despesa Efetiva	9 723	9 899	1,8	99,4
Despesa de capital	126	128	1,7	85,0	Pensões	9 530	9 694	1,7	99,6
Saldo Global	- 290	- 679	-	-	Saldo Global	76	101	-	-

Fontes: Administração Central do Sistema de Saúde e DGO.

¹ Esta contabilização não é revelada na execução financeira, mas sim na conta de património.

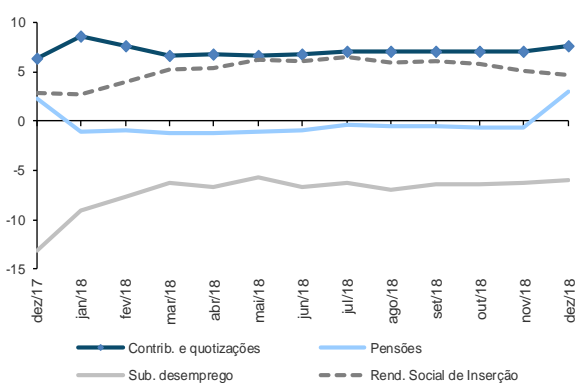
Segurança Social

No final de 2018, a execução orçamental do subsector da Segurança Social apresentou um saldo de 1.970 milhões de euros, valor que representa uma deterioração de 116 milhões de euros em relação a 2017.

Para esta evolução contribuiu o crescimento de 2,1% da receita efetiva, inferior ao aumento concomitante de 2,8% registado na despesa efetiva.

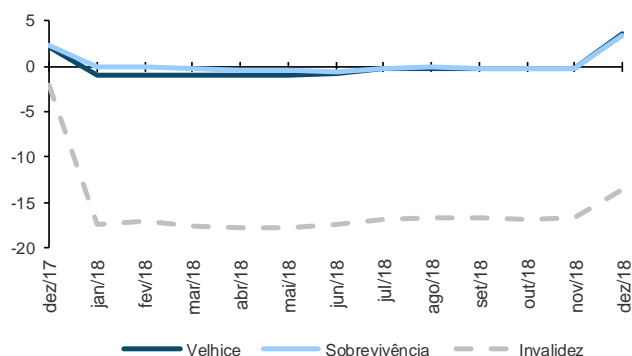
Relativamente à receita, o crescimento das *Contribuições e quotizações* (7,6%) mais do que compensou o fim da *Contribuição extraordinária para o sistema previdencial da SS* e a redução de 21,7% das *Transferências dos Fundos Europeus*. O aumento da despesa efetiva decorre sobretudo do aumento das prestações sociais (4,0%), sendo que as *Pensões* aumentaram 3,0% ao contrário da despesa com *Prestações de Desemprego* que caiu 6,0%. Adicionalmente, a despesa com *Ações de Formação Profissional* caiu 30%.

Figura 2.25. Execução Orçamental da Seg. Social
(VHA, em %)



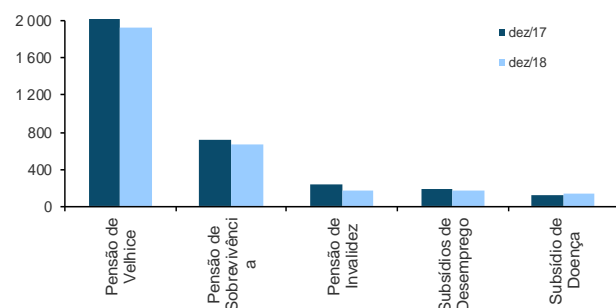
Fonte: DGO.

Figura 2.26. Despesa em Pensões da Seg. Social
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

Figura 2.27. Número de Pensões e Subsídios Atribuídos
(milhares, em final do mês)



Fonte: MTSS.

Quadro 2.11. Execução Orçamental da Segurança Social

	Segurança Social			
	2017	2018		
		jan a dez		
	10 ⁶ euros	VHA		Grau de execução (%)
Receita Efetiva	26.693	27.267	2,1	97,1
Contribuições e quotizações	15.714	16.906	7,6	102,4
Transferências correntes da Administração Central *	8.951	8.509	-4,9	99,8
Despesa Efetiva	24.607	25.298	2,8	93,1
Pensões	16.011	16.498	3,0	98,8
Pensões de velhice do reg. subst. bancário	474	466	-1,6	99,1
Subsídio de desemprego e apoio ao emprego	1.312	1.234	-6,0	91,3
Prestações e ação social	4.273	4.729	10,7	96,7
Saldo Global	2.086	1.970	-	-

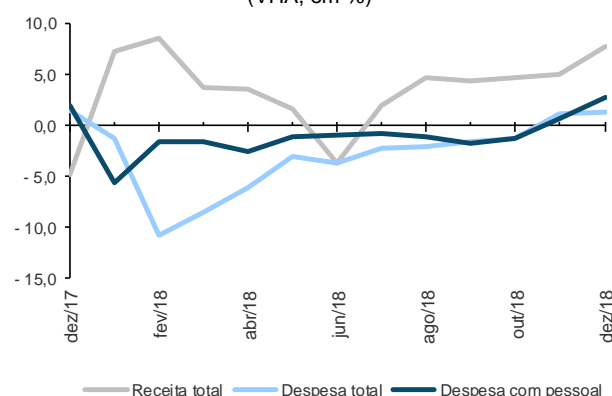
Fonte: DGO.

Administração Regional

A execução orçamental do subsector da Administração Regional registou, no final de 2018, um saldo global negativo de 32 milhões de euros (12 milhões referentes à Região Autónoma da Madeira e 20 milhões aos Açores), valor que compara com o défice de 185 milhões de euros apurado no ano de 2017.

Esta melhoria resulta da conjugação de um crescimento de 7,8% na receita efetiva e um aumento de 1,4% na despesa. Com efeito, o aumento de 8,9% da *Receita Fiscal* mais do que compensou o crescimento da *Despesa com Pessoal* (2,8%) e de *Transferências de Capital* (30,4%). Destaca-se ainda a redução de 9,2% em *Juros e Outros Encargos*.

Figura 2.28. Execução Orçamental da Administração Regional
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

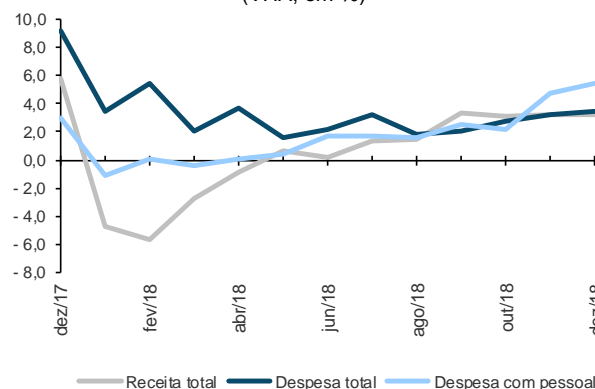
Administração Local

No final de 2018, a execução orçamental do subsector da Administração Local apresentou um saldo global positivo de 466 milhões de euros, inferior em 8 milhões de euros ao registado em 2017.

Este resultado advém do ritmo de crescimento da receita efetiva (3,2%) se apresentar insuficiente para contrapor totalmente o crescimento concomitante da despesa efetiva (3,5%). A evolução da receita efetiva reflete, entretanto, o aumento de 7,3% registado nos Impostos Locais (nomeadamente no *Imposto Municipal sobre Transmissões* que apresentou um crescimento de 17,9%) e 1,6% nas *Transferências Correntes* enquadradas na Lei das Finanças Locais¹.

Na despesa efetiva destaca-se o crescimento das *Despesas com Pessoal* (5,5%), assim como os elevados aumentos de *Outras Despesas Correntes* (42,9%), para o qual contribuíram os pagamentos extraordinários da Câmara Municipal de Lisboa na sequência de decisões judiciais. Por outro lado, observou-se a uma queda do *Investimento* (-1,6%).

Figura 2.29. Execução Orçamental da Administração Local
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

Quadro 2.12. Execução Orçamental das Administrações Local e Regional

	Administração Regional			Administração Local		
	2017	2018		2017	2018	
	jan a dez			jan a dez		
	10 ⁶ euros	VHA (%)		10 ⁶ euros	VHA (%)	
Receita Efetiva	2 450	2 641		7 747	7 994	
Impostos	1 460	1 590		3 030	3 250	
Transferências correntes	486	536		2 594	2 631	
Despesa Efetiva	2 635	2 673		7 273	7 528	
Pessoal	1 042	1 071		2 320	2 447	
Aquisição de bens e serviços	687	670		2 211	2 227	
Transferências correntes	202	207		635	682	
Investimento	168	172		1 474	1 450	
Saldo global	- 185	- 32		474	466	

Fonte: DGO.

¹ Dentro da Lei das Finanças Locais, encontram-se o Fundo de Equilíbrio Financeiro, o Fundo Social Municipal e a Participação IRS.

Dívida Pública

Dívida Pública das Administrações Públicas (ótica de Maastricht)

A dívida das Administrações Públicas (critério de Maastricht) em novembro aumentou 397 milhões de euros face ao mês anterior, fixando-se em 251.476 milhões de euros. Quando comparada com o final de 2017, a dívida das Administrações Públicas aumentou 8.672 milhões de euros (+3,6%).

Os depósitos detidos pelas AP atingiram os 26.430 milhões de euros no mês de novembro, o que representa uma diminuição de 177 milhões de euros em relação ao mês anterior e um aumento de 6.599 milhões de euros face ao final do ano anterior.

Quadro 2.13. Dívida das Administrações Públicas
(milhões de euros)

	2017 dez	2018 out	2018 nov
Administrações Públicas	242 804	251 079	251 476
<i>Por subsector:</i>			
Administração Central	247 984	256 469	257 289
Administração Regional e Local	10 348	10 266	10 261
Segurança Social	1	1	1
Consolidação entre subsectores	15 528	15 658	16 075
<i>por memória:</i>			
Depósitos da Administração Central	14 735	20 425	20 797
Depósitos das Administrações Públicas	19 831	26 607	26 430

Fonte: Banco de Portugal.

Dívida não Financeira das Administrações Públicas

A dívida não financeira das Administrações Públicas atingiu 1.717 milhões de euros em dezembro, o que representa uma diminuição de 381 milhões de euros em comparação com o mês anterior. Adicionalmente, observou-se a um aumento de 47 milhões de euros em termos anuais. A variação mensal resultou da diminuição da dívida nos diferentes subsectores, nomeadamente 175 milhões de euros na Administração Central, 151 milhões de euros na Administração Local e 55 milhões de euros na Administração Regional. Já a variação anual resultou do aumento da dívida da AC (em 180 milhões de euros), dado que a AR e a AL diminuíram (97 e 36 milhões de euros, respetivamente).

Quadro 2.14. Dívida não Financeira das AP
(milhões de euros)

	2017 dez	2018 nov	2018 dez
Administrações Públicas	1 670	2 098	1 717
<i>Por subsector:</i>			
Administração Central	373	729	553
Administração Regional	294	252	197
Administração Local	1 002	1 117	966
Segurança Social	0	0	0

Fonte: DGO.

Os pagamentos em atraso das Administrações Públicas atingiram 709 milhões de euros no final de 2018, ou seja, menos 454 milhões que no mês anterior e menos 365 milhões quando comparado com o final de 2017. A evolução dos pagamentos em atraso durante 2018 é explicada, sobretudo, pela diminuição no sector da saúde (353 milhões nos Hospitais EPE. Por subsectores, a AR e a AC (excluindo saúde) apresentaram variações positivas (em 2 e 12 milhões de euros, respetivamente), tendo a AL apresentado uma redução dos pagamentos em atraso (11 milhões de euros).

Quadro 2.15. Pagamentos em Atraso
(milhões de euros)

	2017 dez	2018 nov	2018 dez
Administrações Públicas	1 074	1 163	709
<i>Por subsector:</i>			
Administração Central (excl. saúde)	16	28	28
SNS	7	4	2
Hospitais EPE	837	903	484
Empresas Públicas Recllassificadas	12	12	12
Administração Regional	98	112	100
Administração Local	104	103	93
Segurança Social	0	0	0
Outras Entidades	1	0	0
Empresas públicas não reclassificadas	1	0	0
Adm. Públicas e outras entidades	1 075	1 163	709

Fonte: DGO.

Dívida Direta do Estado

Em dezembro, a dívida direta do Estado atingiu 245.558 milhões de euros, menos 1.805 milhões de euros que no final do mês anterior e mais 7.295 milhões de euros que no final do ano anterior. Por outro lado, a dívida após cobertura cambial fixou-se em 244.987 milhões de euros.

Em 2018, o aumento do stock de Obrigações do Tesouro (8.263 milhões de euros), de Certificados de Tesouro (1385 milhões de euros), de CEDIC e CEDIM (3.907 milhões de euros) e a emissão de OTRV, em 1.000 milhões de euros, mais do que compensou o pagamento da dívida ao FMI (5.515 milhões de euros), a redução do saldo de Bilhetes do Tesouro (1.798 milhões de euros) e de MTN (104 milhões de euros).

Quadro 2.16. Movimento da Dívida Direta do Estado
(milhões de euros)

	30/nov/18	2018 dez			31/dez/18
	Saldo	Emissões	Amortiz.	Outros	Saldo
Transacionável	153 232	2 303	2 273	- 263	152 998
da qual: Bilhetes do Tesouro	13 660	0	0	0	13 660
da qual: Obrigações Tesouro	125 295	2 303	2 273	- 230	125 095
Não Transacionável	37 800	5 533	2 402	0	40 932
da qual: Cert. Aforro e do Tesouro	28 178	367	256	0	28 289
da qual: CEDIC e CEDIM	5 444	4 920	1 813	0	8 551
Prog. de Ajustamento Económico	56 332	0	4 684	- 20	51 628
Total	247 364	7 836	9 358	-283	245 558

Fonte: IGCP.

Emissões e Amortizações de Dívida

No dia 9 de janeiro de 2019, o IGCP, E.P.E. realizou uma emissão sindicada de OT a 10 anos (maturidade em junho de 2029) no montante de 4.000 milhões de euros com uma taxa de cupão de 1,95%. A emissão realizou-se a uma taxa de colocação de 1,97% e ao preço de 99,743%.

No dia 16 janeiro, o IGCP, E.P.E. realizou dois leilões de Bilhetes do Tesouro, com as seguintes características:

- 1.250 milhões de euros com maturidade de 12 meses, a uma taxa média -0,36% e preço de 100,355%; e
- 500 milhões de euros a seis meses, a uma taxa média de -0,399% e preço de 100,198%.

Programa de Financiamento

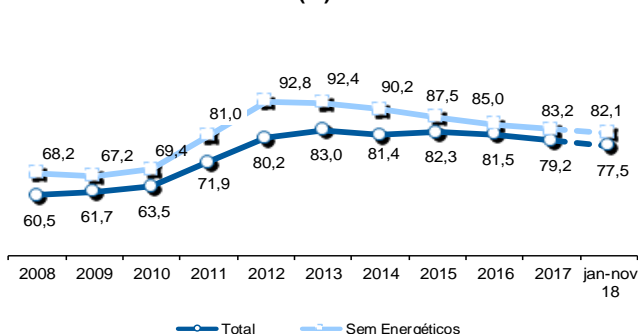
As necessidades líquidas de financiamento do Estado em 2019 deverão situar-se em 8,6 mil milhões de euros. O IGCP, E.P.E. planeia suprimir estas necessidades através de emissões sindicadas e de leilões de OT (15,4 mil milhões de euros) e do aumento líquido do saldo de BT (600 milhões de euros). Por outro lado, prevê-se um aumento de OTRV em mil milhões de euros e a diminuição do saldo dos outros produtos a retalho (mil milhões de euros).

3. Comércio Internacional [1]

Evolução global [2]

De acordo com os resultados preliminares recentemente divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística, nos primeiros onze meses de 2018, as exportações de mercadorias cresceram, em termos homólogos, 4,9% enquanto as importações aumentaram 7,9% [3]. Nesse período, o défice da balança comercial de mercadorias (fob/cif) agravou-se 19,4%. Excluindo os produtos energéticos, as exportações cresceram 5,1% e as importações 7,3% (Quadro 3.1).

Figura 3.1. Evolução da Taxa de Cobertura (fob/cif) das Importações pelas Exportações de Mercadorias (%)



Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Quadro 3.1. Evolução da Balança Comercial (valores acumulados)

Intra + Extra-UE (milhões de Euros)	janeiro a novembro			VH	
	2017	2018	VH	Últimos 3 meses	Últimos 12 meses
Exportações (fob)	50 969	53 473	4,9	-1,0	4,5
Importações (cif)	63 936	68 962	7,9	5,8	7,3
Saldo (fob-cif)	-12 967	-15 489	19,4	32,7	17,7
Cobertura (fob/cif)	79,7	77,5	-	-	-
Sem energéticos:					
Exportações (fob)	47 361	49 785	5,1	0,7	4,7
Importações (cif)	56 520	60 635	7,3	7,2	6,9
Saldo (fob-cif)	-9 159	-10 849	18,5	43,2	17,9
Cobertura (fob/cif)	83,8	82,1	-	-	-
Extra-UE (milhões de Euros)					
Exportações (fob)	13 141	12 802	-2,6	-8,0	-2,8
Importações (cif)	15 165	16 873	11,3	8,8	9,4
Saldo (fob-cif)	-2 025	-4 070	101,0	145,6	89,1
Cobertura (fob/cif)	86,6	75,9	-	-	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Nos primeiros onze meses de 2018, as exportações representaram 77,5% das importações, o que se traduziu num decréscimo de 2,2 p.p. na taxa de cobertura das importações pelas exportações, face ao período homólogo. Excluindo os produtos energéticos, as exportações passaram a representar 82,1% das importações (-1,7 p.p. que em igual período do ano transato).

Quadro 3.2. Balança Comercial: mês de novembro

janeiro a novembro	Valores em milhões de Euros		
	2017	2018	TVH
Intra+Extra UE			
Exportações (fob)	50 969	53 473	4,9
Importações (cif)	63 936	68 962	7,9
Saldo (fob-cif)	-12 967	-15 489	19,4
Cobertura (fob/cif)	79,7	77,5	-
Intra UE			
Exportações (fob)	37 828	40 671	7,5
Importações (cif)	48 771	52 089	6,8
Saldo (fob-cif)	-10 942	-11 418	4,4
Cobertura (fob/cif)	77,6	78,1	-
Extra UE			
Exportações (fob)	13 141	12 802	-2,6
Importações (cif)	15 165	16 873	11,3
Saldo (fob-cif)	-2 025	-4 070	101,0
Cobertura (fob/cif)	86,6	75,9	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Nos primeiros onze meses de 2018, o défice da balança comercial de mercadorias Intra UE agravou-se 4,4% em termos homólogos, com as exportações de mercadorias a crescerem 7,5% e as importações a aumentarem 6,8%. O défice da balança comercial de mercadorias Extra UE agravou-se 101% (Quadro 3.2).

Quadro 3.3. Evolução Mensal e Trimestral

Intra+Extra UE (milhões de Euros)	IMPORTAÇÕES (Cif)			EXPORTAÇÕES (Fob)		
	2017	2018	TVH	2017	2018	TVH
jan	5 375	5 977	11,2	4 328	4 775	10,3
fev	5 179	5 608	8,3	4 347	4 608	6,0
mar	6 202	6 270	1,1	5 229	4 948	-5,4
abr	5 444	6 132	12,6	4 115	4 845	17,7
mai	6 342	6 327	-0,2	4 863	5 175	6,4
jun	5 860	6 868	17,2	4 744	5 185	9,3
jul	5 800	6 568	13,2	4 665	5 319	14,0
ago	5 312	5 728	7,8	3 954	4 042	2,2
set	5 902	5 917	0,3	4 650	4 697	1,0
out	6 409	6 752	5,4	4 870	5 128	5,3
nov	6 114	6 817	11,5	5 204	4 750	-8,7
dez	5 553			4 060		
1º Trim	16 755	17 855	6,6	13 905	14 332	3,1
2º Trim	17 645	19 326	9,5	13 722	15 205	10,8
3º Trim	17 013	18 213	7,0	13 268	14 058	6,0
4º Trim	18 076			14 135		

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

[1] Informação mais desagregada pode ser consultada em www.gee.min-economia.pt ("Síntese Estatística do Comércio Internacional, n.º1/2019").

[2] Os dados de base do comércio internacional (Intra e Extra UE) divulgados para o mês de novembro de 2018 correspondem a uma versão preliminar. Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas (valor das transações das empresas para as quais o INE não recebeu ainda informação) assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação (valor anual das operações intracomunitárias abaixo do qual os operadores são dispensados da declaração periódica estatística Intrastat, limitando-se à entrega da declaração periódica fiscal: no caso de Portugal, 350 mil euros para as importações da UE e 250 mil para as exportações para a UE, em 2018). Por outro lado, a atual metodologia considera, para além do confronto regular entre as declarações Intrastat e do IVA, a comparação com os dados com a IES.

[3] Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Exportações de Mercadorias

Nos primeiros onze meses de 2018, as exportações de mercadorias cresceram, em termos homólogos, 4,9%. Excluindo os produtos energéticos, registou-se um crescimento de 5,1%.

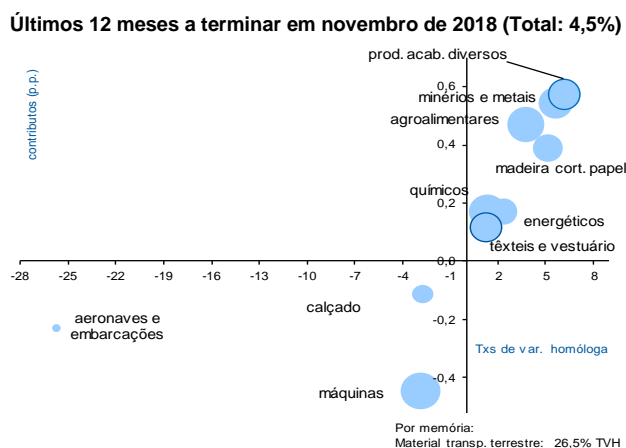
Entre janeiro e novembro de 2018, destaca-se o contributo positivo dos produtos “Material de transp. terrestre e suas partes” (2,9 p.p.), seguido do contributo dos “Minérios e metais” (0,6 p.p.) e dos “Produtos acabados diversos” (ambos com 0,6 p.p.). As “Máquinas e aparelhos e suas partes” são o grupo de produtos que maior peso tem nas exportações de mercadorias (14,3%). Seguem-se os “Material de transp. terrestre e suas partes” (13,4%), “Químicos” (12,4%) e “Agroalimentares” (12,3%).

A Figura 3.2 apresenta os contributos dos diversos grupos de produtos para o crescimento das exportações no último ano a terminar em novembro de 2018.

Nesse período, a generalidade dos grupos de produtos contribuiu positivamente para o crescimento das exportações de mercadorias (4,5%). Mais uma vez, os produtos relativos aos “Material de transp. terrestre e suas partes” foram os que mais contribuíram para este comportamento (2,9 p.p.). De destacar ainda o contributo positivo dos “Produtos acabados diversos” (0,6 p.p.) e dos “Minérios e metais” e “Agroalimentares” (ambos com 0,5 p.p.).

De referir, ainda, os contributos da “Madeira, cortiça e papel” (0,4 p.p.), “Químicos” e “Energéticos” (ambos com 0,2 p.p.) para o crescimento das exportações de mercadorias.

Figura 3.2. Contributos para o Crescimento das Exportações por Grupos de Produtos (p.p.)



Fonte: Quadro 3.4. Exportações de Mercadorias por Grupos de Produtos.

Nota:

A dimensão dos círculos representa o peso relativo de cada grupo de produtos no total das exportações no período em análise.

Quadro 3.4. Exportações * de Mercadorias por Grupos de Produtos

Grupos de Produtos	Milhões de Euros		Estrutura (%)				Tax. variação e contributos			
			Anual		jan-nov		últimos 12 meses ^[1]		jan-nov	
	2017	2018	2017	2018	2017	2018	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
	jan-nov		Anual		jan-nov		últimos 12 meses ^[1]		jan-nov	
Total das Exportações	50 969	53 473	100,0	100,0	100,0	100,0	4,5	4,5	4,9	4,9
Agro-alimentares	6 330	6 570	11,5	12,5	12,4	12,3	3,8	0,5	3,8	0,5
Energéticos	3 608	3 688	8,3	7,2	7,1	6,9	2,4	0,2	2,2	0,2
Químicos	6 461	6 608	12,5	12,6	12,7	12,4	1,4	0,2	2,3	0,3
Madeira, cortiça e papel	3 830	4 059	8,1	7,5	7,5	7,6	5,1	0,4	6,0	0,4
Têxteis, vestuário e seus acessórios	4 900	4 989	9,2	9,6	9,6	9,3	1,2	0,1	1,8	0,2
Calçado, peles e couros	2 135	2 085	4,0	4,2	4,2	3,9	-2,7	-0,1	-2,4	-0,1
Minérios e metais	4 941	5 236	11,7	9,7	9,7	9,8	5,6	0,5	6,0	0,6
Máquinas e aparelhos e suas partes	7 862	7 664	15,3	15,3	15,4	14,3	-2,9	-0,4	-2,5	-0,4
Material de transp. terrestre e suas partes	5 677	7 146	11,1	11,2	11,1	13,4	26,5	2,9	25,9	2,9
Aeronaves, embarcações e suas partes	419	333	0,5	0,8	0,8	0,6	-25,7	-0,2	-20,5	-0,2
Produtos acabados diversos	4 806	5 096	7,7	9,4	9,4	9,5	6,1	0,6	6,0	0,6
Por memória:										
Total sem energéticos	47 361	49 785	91,7	92,8	92,9	93,1	4,7	4,4	5,1	4,8

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

[1] Últimos 12 meses a terminar em novembro de 2018.

[2] $(\text{dez } 17\text{-nov } 18) / (\text{dez } 16\text{-nov } 17) \times 100 - 100$.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das exportações - análise shift-share: $(TVH) \times (\text{peso no período homólogo anterior}) \div 100$.

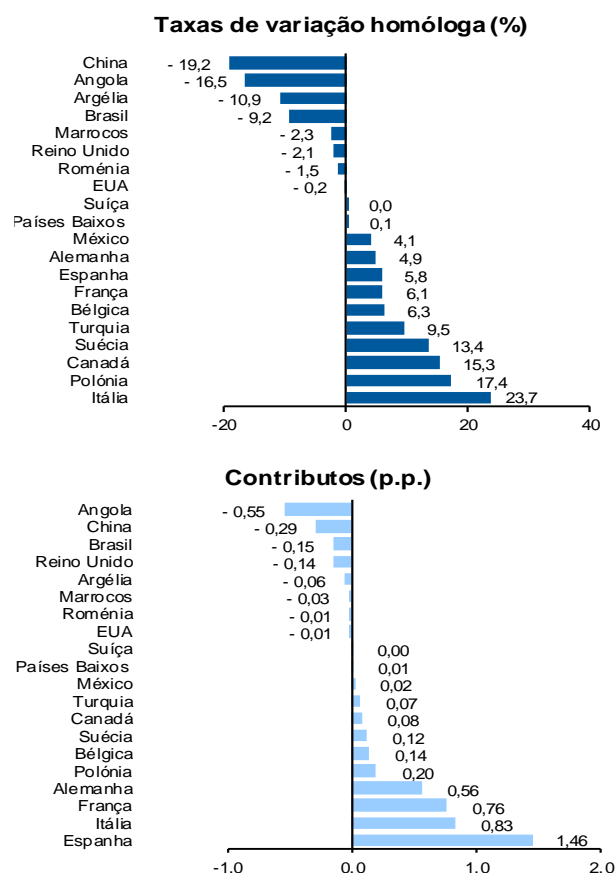
Nos primeiros onze meses de 2018, as exportações para a UE cresceram 7,5%, em termos homólogos. As exportações com destino aos países da UE-15 registaram um crescimento homólogo de 6,7% e as exportações com destino aos Países do Alargamento 22,5%. As exportações para países terceiros perderam 2,6%, em termos homólogos (Quadro 3.5).

As exportações de mercadorias para Espanha (1,5 p.p.) foram as que registaram o maior contributo Intra UE-15 para o crescimento das exportações, seguidas das exportações para Itália e a França (0,9 p.p. e +0,8 p.p., respetivamente).

No último ano a terminar em novembro de 2018, as exportações para os países Intra UE cresceram 7,1%, em termos homólogos, com as exportações para os países da UE-15 a crescerem 6,4%. As exportações para Espanha (1,46 p.p.), Itália (0,83 p.p.) e França (0,76 p.p.) foram as que mais contribuíram para o crescimento das exportações. Entre os países terceiros, destaca-se o crescimento homólogo das exportações para o Canadá (15,3%), Turquia (9,5%) e México (4,1%). No mesmo período, destaca-se o decréscimo das exportações com destino ao China (19,2%), Angola (16,5%), Argélia (10,9%) e Brasil (9,2%), ainda que com um impacto pouco expressivo na variação homóloga das exportações totais (Figura 3.3).

Figura 3.3. Taxas de Crescimento das Exportações para uma Seleção de Mercados e Contributos

Últimos 12 meses a terminar em novembro de 2018



Fonte: Quadro 3.5. Evolução das Exportações de Mercadorias com destino a uma Seleção de Mercados

Quadro 3.5. Evolução das Exportações de Mercadorias com Destino a uma Seleção de Mercados

Destino	jan-nov		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos			
			anual		jan-nov		12 meses ^[1]		jan-nov	
	2017	2018	2012	2017	2017	2018	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
TOTAL	50 969	53 473	100,0	100,0	100,0	100,0	4,5	4,5	4,9	4,9
Intra UE	37 828	40 671	71,1	74,1	74,2	76,1	7,1	5,3	7,5	5,6
dos quais:										
UE-15	35 811	38 199	67,8	70,1	70,3	71,4	6,4	4,5	6,7	4,7
Espanha	12 844	13 611	22,5	25,2	25,2	25,5	5,8	1,5	6,0	1,5
França	6 393	6 789	11,8	12,5	12,5	12,7	6,1	0,8	6,2	0,8
Alemanha	5 862	6 175	11,4	11,4	11,5	11,5	4,9	0,6	5,3	0,6
Reino Unido	3 426	3 386	5,3	6,6	6,7	6,3	-2,1	-0,1	-1,2	-0,1
Países Baixos	2 039	2 030	4,1	4,0	4,0	3,8	0,1	0,0	-0,4	0,0
Itália	1 780	2 219	3,7	3,5	3,5	4,1	23,7	0,8	24,7	0,9
Bélgica	1 171	1 229	3,1	2,3	2,3	2,3	6,3	0,1	5,0	0,1
Suécia	464	532	1,0	0,9	0,9	1,0	13,4	0,1	14,7	0,1
Roménia	362	381	0,6	0,7	0,7	0,7	-1,5	0,0	5,2	0,0
Alargamento	2 018	2 472	3,2	3,9	4,0	4,6	20,0	0,8	22,5	0,9
Polónia	586	701	0,9	1,1	1,2	1,3	17,4	0,2	19,5	0,2
Extra UE	13 141	12 802	28,9	25,9	25,8	23,9	-2,8	-0,7	-2,6	-0,7
dos quais:										
EUA	2 647	2 671	4,1	5,2	5,2	5,0	-0,2	0,0	0,9	0,0
Angola	1 666	1 412	6,6	3,2	3,3	2,6	-16,5	-0,5	-15,3	-0,5
Brasil	859	733	1,5	1,7	1,7	1,4	-9,2	-0,2	-14,7	-0,2
China	778	617	1,5	1,5	1,5	1,2	-19,2	-0,3	-20,8	-0,3
Marrocos	660	649	1,0	1,3	1,3	1,2	-2,3	0,0	-1,7	0,0
Suíça	540	538	0,9	1,1	1,1	1,0	0,0	0,0	-0,2	0,0
Turquia	350	406	0,8	0,7	0,7	0,8	9,5	0,1	11,1	0,1
Canadá	272	311	0,4	0,5	0,5	0,6	15,3	0,1	14,2	0,1
Argélia	269	252	0,9	0,5	0,5	0,5	-10,9	-0,1	-6,3	0,0
México	267	290	0,4	0,5	0,5	0,5	4,1	0,0	8,5	0,0
Por memória:										
OPEP ^[4]	2 402	2 042	9,2	4,7	4,7	3,8	-16,2	-0,8	-15,0	-0,7
PALOP	2 218	1 959	8,0	4,3	4,4	3,7	-12,7	-0,6	-11,7	-0,5
EFTA	724	709	1,1	1,4	1,4	1,3	-1,7	0,0	-2,0	0,0

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2017.

[1] Últimos 12 meses a terminar em novembro de 2018.

[2] $(\text{dez } 17\text{-nov } 18) / (\text{dez } 16\text{-nov } 17) \times 100 - 100$.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das exportações - análise shift-share: $(\text{TVH}) \times (\text{peso no período homólogo anterior}) \div 100$.

[4] Inclui Angola.

Importações de Mercadorias

De janeiro a novembro de 2018, as importações de mercadorias registaram uma variação homóloga positiva de 7,9% (Quadro 3.6).

Destaca-se o contributo positivo das importações dos grupos de produtos “Máquinas e aparelhos e suas partes” (1,7 p.p.), “Químicos” (1,5 p.p.), “Energéticos” (1,4 p.p.) e “Material de transp. terrestre e suas partes” (1,0 p.p.).

A UE-28 mantém-se como principal mercado de origem das importações portuguesas (75,5%).

Nos primeiros onze meses de 2018, as importações de mercadorias provenientes do mercado comunitário cresceram, em termos homólogos, 6,8%, com as provenientes dos países da UE-15 a crescerem 6,7% e as provenientes dos países do Alargamento 9,8%.

As importações de mercadorias provenientes de países terceiros cresceram 11,3%, em termos homólogos. A China destaca-se como o principal mercado extracomunitário de origem das importações de mercadorias (3,2% do total). Seguem-se o EUA e a Rússia (ambos com 1,8%) e o Brasil (1,4%).

Quadro 3.6. Importações de Mercadorias por Grupos de Produtos e sua Distribuição por uma Seleção de Mercados

Grupos de Produtos	10 ⁶ Euros (Cif)		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos			
	jan-nov		Anual		jan-nov		12 meses ⁽¹⁾		jan-nov	
	2017	2018	2012	2017	2017	2018	VH ⁽²⁾	contrib. p.p. ⁽³⁾	VH	contrib. p.p. ⁽³⁾
TOTAL DAS IMPORTAÇÕES	63 936	68 962	100,0	100,0	100,0	100,0	7,3	7,3	7,9	7,9
Grupos de Produtos										
Agro-alimentares	9 809	10 095	15,5	15,3	15,3	14,6	2,7	0,4	2,9	0,4
Energéticos	7 416	8 327	20,8	11,7	11,6	12,1	10,0	1,2	12,3	1,4
Químicos	10 276	11 262	16,4	16,0	16,1	16,3	9,6	1,5	9,6	1,5
Madeira, cortiça e papel	2 027	2 182	3,1	3,2	3,2	3,2	7,9	0,2	7,6	0,2
Têxteis, Vestuário e seus acessórios	3 868	4 044	5,6	6,1	6,0	5,9	4,2	0,3	4,6	0,3
Calçado, peles e couros	1 501	1 524	2,1	2,3	2,3	2,2	1,3	0,0	1,5	0,0
Minérios e metais	5 503	5 998	8,2	8,6	8,6	8,7	8,9	0,8	9,0	0,8
Máquinas e aparelhos e suas partes	10 990	12 105	14,8	17,3	17,2	17,6	8,9	1,5	10,1	1,7
Material de transp. terrestre e suas partes	7 881	8 496	7,8	12,3	12,3	12,3	7,2	0,9	7,8	1,0
Aeronaves, embarcações e suas partes	809	817	0,6	1,3	1,3	1,2	5,3	0,1	1,1	0,0
Produtos acabados diversos	3 856	4 111	5,1	6,0	6,0	6,0	6,2	0,4	6,6	0,4
Total sem energéticos	56 520	60 635	79,2	88,3	88,4	87,9	6,9	6,1	7,3	6,4
Mercados de origem										
Intra UE	48 771	52 089	71,5	76,4	76,3	75,5	6,6	5,0	6,8	5,2
dos quais:										
UE-15	46 441	49 532	68,8	72,8	72,6	71,8	6,5	4,7	6,7	4,8
Espanha	20 554	21 584	31,8	32,3	32,1	31,3	5,3	1,7	5,0	1,6
Alemanha	8 720	9 493	11,3	13,7	13,6	13,8	8,9	1,2	8,9	1,2
França	4 721	5 305	6,6	7,3	7,4	7,7	11,2	0,8	12,4	0,9
Itália	3 472	3 640	5,2	5,4	5,4	5,3	4,7	0,3	4,8	0,3
Países Baixos	3 434	3 578	4,8	5,4	5,4	5,2	4,5	0,2	4,2	0,2
Bélgica	1 769	1 988	2,5	2,8	2,8	2,9	11,2	0,3	12,4	0,3
Reino Unido	1 712	1 748	3,0	2,7	2,7	2,5	1,3	0,0	2,1	0,1
Polónia	788	809	0,7	1,2	1,2	1,2	1,5	0,0	2,7	0,0
Suécia	607	651	1,0	0,9	0,9	0,9	3,7	0,0	7,2	0,1
Alargamento	2 330	2 557	2,7	3,6	3,6	3,7	8,4	0,3	9,8	0,4
Extra UE	15 165	16 873	28,5	23,6	23,7	24,5	9,4	2,2	11,3	2,7
dos quais:										
China	1 902	2 182	2,5	3,0	3,0	3,2	13,0	0,4	14,7	0,4
Rússia	1 502	1 217	0,8	2,3	2,3	1,8	-25,8	-0,6	-19,0	-0,4
Brasil	1 171	954	2,4	1,8	1,8	1,4	-16,9	-0,3	-18,6	-0,3
EUA	900	1 219	1,7	1,4	1,4	1,8	31,7	0,5	35,4	0,5
Azerbaijão	630	679	0,9	1,0	1,0	1,0	6,4	0,1	7,8	0,1
Turquia	610	826	0,6	1,0	1,0	1,2	34,1	0,3	35,5	0,3
Índia	569	624	0,6	0,9	0,9	0,9	11,5	0,1	9,6	0,1
Arábia Saudita	549	645	1,6	0,8	0,9	0,9	5,4	0,1	17,5	0,2
Cazaquistão	470	770	1,3	0,7	0,7	1,1	72,1	0,5	63,9	0,5
Coreia do Sul	360	458	0,3	0,6	0,6	0,7	31,0	0,2	27,2	0,2
Guiné Equatorial	339	430	0,8	0,6	0,5	0,6	43,0	0,2	26,8	0,1
Colômbia	333	297	0,5	0,5	0,5	0,4	-11,6	-0,1	-11,0	-0,1
Singapura	354	51	0,0	0,5	0,6	0,1	-84,7	-0,4	-85,7	-0,5
OPEP ⁽⁴⁾	1 676	2 695	9,5	2,7	2,6	3,9	51,8	1,4	60,8	1,6
EFTA	339	417	0,9	0,5	0,5	0,6	22,2	0,1	23,1	0,1
PALOP	272	874	3,2	0,5	0,4	1,3	234,8	0,9	220,9	0,9

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Importações: somatório das importações de mercadorias provenientes da UE com as importações de Países Terceiros.

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2017.

[1] Últimos 12 meses a terminar em novembro de 2018.

[2] (dez 17-nov 18)/(dez 16-nov 17) x 100 - 100.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das importações - análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

[4] Inclui Angola.

Comércio Internacional de Bens e Serviços

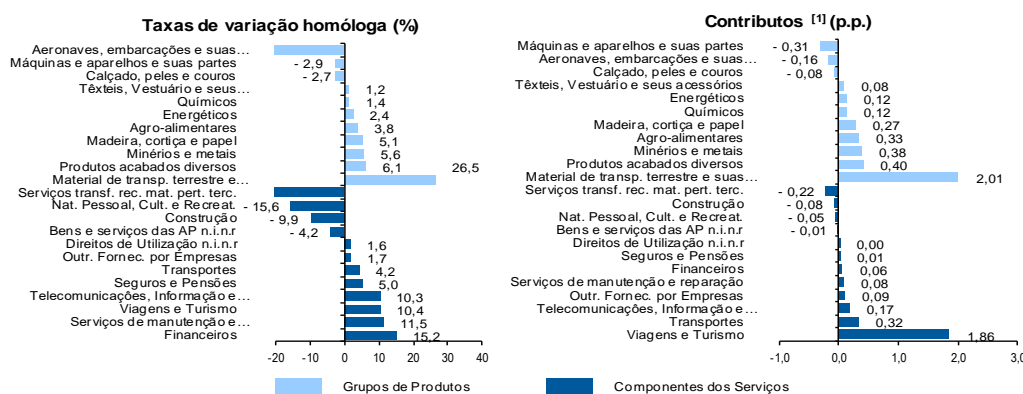
De acordo com os dados divulgados para a Balança de Pagamentos para o mês de novembro de 2018, nos primeiros onze meses de 2018, as “Exportações” (crédito) de Bens e Serviços registaram um crescimento homólogo de 5,6%. A componente dos Bens contribuiu positivamente (3,4 p.p.) para o crescimento das “exportações” totais.

Nos primeiros onze meses de 2018, a componente dos Serviços representou 36,0% do total das “Exportações” e contribuiu positivamente (2,3 p.p.) para o seu crescimento. Do lado das “Importações” (débito) o peso desta componente foi de 17,6% no total e o seu comportamento reforçou o crescimento das “Importações” totais (7,8%) em 1,0 p.p., (Quadro 3.7).

No painel esquerdo da Figura 3.4 compara-se o crescimento homólogo das diferentes categorias de Bens e de Serviços no último ano a terminar em novembro de 2018, com base em dados do INE para as “Exportações” de Bens (Grupos de Produtos) e do Banco de Portugal para as “Exportações” de Serviços. O painel direito mostra os contributos para a taxa de crescimento das “Exportações” de Bens e Serviços.

No período em análise, destacou-se o contributo positivo dos produtos “Material de transp. terrestre e suas partes” (2,01 p.p.) e dos “Produtos acabados diversos” (0,40 p.p.). Na componente dos serviços, continuam a destacar-se os contributos das rubricas de Viagens e Turismo (1,86 p.p.) e Transportes (0,32 p.p.).

Figura 3.4. Taxas de Crescimento das "Exportações" de Bens e Serviços e Contributos das Componentes Último ano a terminar em novembro de 2018



Fonte: Cálculos do GEE com base em dados do Banco de Portugal, para as Exportações de Bens e Serviços, e do INE, para o cálculo da estrutura das exportações de Bens. A distribuição do contributo das Exportações de Bens (dados da Balança de Pagamentos, Banco de Portugal) pelos grupos de produtos segue a estrutura implícita na base de dados do Comércio Internacional de Mercadorias do INE para as Exportações de Bens (somatório das Exportações de mercadorias para a UE com as Exportações para Países Terceiros).

[1] Contributos - análise shift-share: $TVH \times \text{Peso no período homólogo anterior} \div 100$. O somatório corresponde à TVH das Exportações de Bens e Serviços nos últimos 12 meses, de acordo com as estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal (5,4%).

Quadro 3.7. Comércio Internacional de Bens e Serviços (Componentes dos Serviços)

	Valores em milhões de Euros										
	jan-nov		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos				
	2017	2018	Anual		jan-nov		média anual	12 meses [1]		jan-nov	
		2012	2017	2017	2018	12-17	VH [2]	contrib. p.p. [3]	VH	contrib. p.p. [3]	
CRÉDITO (Exportações)											
Bens e Serviços	77 912	82 293	100,0	100,0	100,0	100,0	5,5	5,4	5,4	5,6	5,6
Bens	50 033	52 653	68,8	64,1	64,2	64,0	4,0	4,9	3,2	5,2	3,4
Serviços	27 879	29 640	31,2	35,9	35,8	36,0	8,6	6,3	2,2	6,3	2,3
Serv. transf. rec. mat. pert. terc.	399	224	0,6	0,5	0,5	0,3	3,3	-42,9	-0,2	-43,8	-0,2
Serv. de manutenção e reparação	535	584	0,6	0,7	0,7	0,7	8,1	115	0,1	9,3	0,1
Transportes	6 020	6 294	8,0	7,8	7,7	7,6	4,9	4,2	0,3	4,5	0,4
Viagens e Turismo	14 131	15 549	13,4	18,0	18,1	18,9	12,0	10,4	1,9	10,0	1,8
Construção	586	528	0,9	0,8	0,8	0,6	2,7	-9,9	-0,1	-9,8	-0,1
Seguros e Pensões	123	132	0,2	0,2	0,2	0,2	4,6	5,0	0,0	7,2	0,0
Financeiros	300	335	0,7	0,4	0,4	0,4	-4,4	5,2	0,1	11,4	0,0
Direitos de Utilização n.i.n.r.	121	107	0,1	0,2	0,2	0,1	27,8	16	0,0	-11,6	0,0
Telecom., Informação e Informática	1290	1433	1,5	1,7	1,7	1,7	8,8	10,3	0,2	11,1	0,2
Outr. Fornec. por Empresas	3 982	4 118	4,6	5,3	5,1	5,0	8,3	1,7	0,1	3,4	0,2
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	259	211	0,4	0,3	0,3	0,3	0,6	-15,6	-0,1	-18,8	-0,1
Bens e serviços das AP n.i.n.r.	131	125	0,3	0,2	0,2	0,2	-8,0	-4,2	0,0	-4,9	0,0
DÉBITO (Importações Fob)											
Bens e Serviços	74 270	80 078	100,0	100,0	100,0	100,0	4,7	7,2	7,2	7,8	7,8
Bens	60 880	65 959	83,5	81,9	82,0	82,4	4,3	7,6	6,3	8,3	6,8
Serviços	13 390	14 119	16,5	18,1	18,0	17,6	6,8	5,1	0,9	5,4	1,0
Serv. transf. rec. mat. pert. terc.	5	7	0,0	0,0	0,0	0,0	-12,0	-55,0	0,0	-52,0	0,0
Serv. de manutenção e reparação	401	373	0,4	0,5	0,5	0,5	14,3	-3,9	0,0	-6,9	0,0
Transportes	3 310	3 543	4,7	4,5	4,5	4,4	3,7	6,3	0,3	7,0	0,3
Viagens e Turismo	3 949	4 322	4,6	5,3	5,3	5,4	7,8	9,2	0,5	9,5	0,5
Construção	100	110	0,2	0,1	0,1	0,1	2,5	13,1	0,0	10,3	0,0
Seguros e Pensões	363	377	0,4	0,5	0,5	0,5	6,8	3,0	0,0	3,7	0,0
Financeiros	408	431	0,9	0,6	0,5	0,5	-5,9	3,7	0,0	5,6	0,0
Direitos de Utilização n.i.n.r.	706	650	0,6	0,9	1,0	0,8	14,3	-10,5	-0,1	-7,9	-0,1
Telecom., Informação e Informática	862	872	1,2	1,1	1,2	1,1	4,6	-2,5	0,0	12,0	0,0
Outr. Fornec. por Empresas	2 946	3 086	2,7	4,1	4,0	3,9	14,1	5,6	0,2	4,8	0,2
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	225	223	0,7	0,3	0,3	0,3	-12,9	2,6	0,0	3,6	0,0
Bens e serviços das AP n.i.n.r.	116	124	0,1	0,2	0,2	0,2	11,3	22,1	0,0	7,2	0,0

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal.

Notas:

Valores Fob para a Importação de bens.

[1] 12 meses até novembro de 2018.

[2] Contributos para a taxa de crescimento - Análise shift-share: $(TVH) \times (\text{peso no período homólogo anterior}) \div 100$. Medem a proporção de crescimento das Exportações/Importações atribuível a cada categoria especificada.

Artigos

Em Análise

Alterações estruturais da economia portuguesa, produto potencial e produtividade

Ana Filipa Fernandes, Mónica Simões e José Azevedo Pereira ¹

Resumo

Os últimos anos foram caracterizados por um conjunto de alterações estruturais na economia portuguesa, parte significativa devido à implementação de importantes reformas estruturais em áreas como o mercado de trabalho e produto, a inovação e I&D, o capital humano e o financiamento. Neste artigo, reúnem-se os principais resultados de um conjunto de estudos onde se avalia o impacto destas alterações e reformas no crescimento do produto potencial da economia e na produtividade. De acordo com estes, esperam-se maioritariamente efeitos positivos, com os resultados a variar entre áreas de política e no tempo.

1. Introdução

Ao longo dos últimos anos, Portugal tem vindo a implementar um conjunto alargado de reformas estruturais em áreas tão distintas e importantes como os mercados do produto e de trabalho, a educação e o sistema financeiro, entre outras². De facto, a importância e os efeitos das mesmas tem vindo a ser discutida por diversos autores e é alvo de discussões no âmbito de diversos organismos internacionais. Em resultado destas, mas também do conjunto de dinâmicas a que a economia está exposta nos dias de hoje, ocorreram, e estão em curso, uma série de alterações estruturais³ cujos ganhos futuros, apesar da sua difícil quantificação, importa explorar e discutir.

Esta análise foca-se na componente estrutural da economia. De facto, os fundamentos continuam a servir como garante contra possíveis choques externos (e internos), sendo essenciais na adaptação das economias aos novos desafios trazidos por inovação, novas formas de trabalho, crescente importância de questões de equidade, tornando as economias mais resilientes e competitivas e, portanto, justificando a continuidade da sua discussão e implementação.

Este artigo tem como objetivo explorar os efeitos observados e os efeitos esperados das reformas estruturais em termos de crescimento económico potencial e produtividade, reunindo um conjunto alargado de estudos, que utilizam diferentes canais de transmissão com recurso a metodologias variadas, com o intuito de obter uma visão alargada dos mesmos. Começamos por fazer uma análise global dos principais resultados, enquadrando-os com os desenvolvimentos recentes de alguns indicadores relevantes, posteriormente passamos à discussão dos resultados por área de reforma (mercado do produto, mercado de trabalho, inovação e Investigação e Desenvolvimento (I&D), capital humano e financiamento) e terminamos com algumas conclusões.

2. Análise global

Os últimos anos foram caracterizados por um conjunto de alterações estruturais na economia portuguesa, em grande parte devido à implementação de importantes reformas, que se refletiram numa melhoria do nível de qualificação da força de trabalho, num melhor ambiente de negócios, num mercado do produto

¹ GPEARI-Ministério das Finanças. As opiniões expressas no artigo são da responsabilidade dos autores podendo não coincidir com as da instituição. Todos os erros e omissões são da responsabilidade dos autores. Os autores gostariam de agradecer os comentários de Daniela Cruz e Rui Rodrigues.

² Em OCDE (2014), Portugal é apontado como um dos países com melhor histórico recente de capacidade de resposta às recomendações desta organização. Para uma exposição alargada das medidas implementadas ao longo do Programa de Ajustamento ver Comissão Europeia (2016a).

³ Em Gouveia e Coelho et al. (2018) são reunidos um conjunto de ensaios que se debruçam sobre diferentes alterações estruturais da economia portuguesa e/ou temas relevantes para a compreensão da recente evolução da mesma.

mais competitivo, em incentivos acrescidos à inovação e em alterações ao mercado de trabalho, entre outras¹.

O impacto das reformas e/ou alterações estruturais é, habitualmente, realizado segundo duas perspetivas: avaliação *ex-ante*, que estima efeitos futuros potenciais e é feita antes da execução das medidas, e avaliação *ex-post*, que procura medir os efeitos das reformas depois da sua implementação. Para o primeiro tipo são comumente utilizados modelos dinâmicos estocásticos de equilíbrio geral² enquanto os segundos são feitos com recurso a modelos econométricos como *error correction models* ou *differences-in-difference* com a utilização de dados micro de nível sectorial e/ou empresa³. Este artigo foca-se no impacto estimado das alterações estruturais no crescimento do produto potencial, na produtividade e no emprego.

Estudos ex-ante

Os estudos *ex-ante* analisados (Quadro 1) estimam efeitos positivos das reformas implementadas no crescimento do produto potencial, quer no curto-prazo (10 anos), quer no longo-prazo (50 anos). Destacam-se as medidas de melhoria das qualificações da população portuguesa (efeito de curto-prazo de 2,7% a 7% e de longo-prazo de 3,4% a 9%), a reforma do regime de insolvências (5,1% e 6,2%, respetivamente) e as medidas de incentivo ao emprego (entre 2,1% e 2,8% no curto-prazo e 2,6-3,5% no longo-prazo).

Quadro 1 - Impactos de reformas estruturais no PIB potencial (avaliação *ex-ante*)

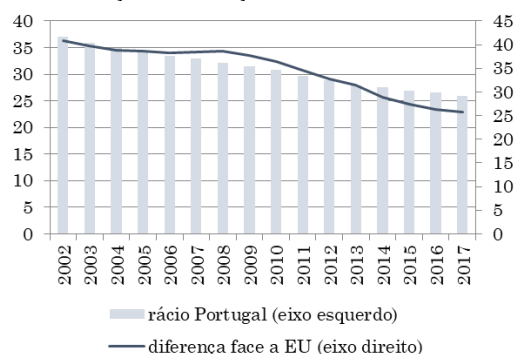
Área de política/reforma	Efeitos		Fonte
	curto-prazo	longo-prazo	
Mercado de produto			
Justiça	0,1-0,6	0,3-1,6	Aguiar et al. (2017)
Regime de insolvência	5,1	6,2	Aguiar et al. (2017)
Mercado de trabalho			
Incentivos ao emprego	2,1-2,8	2,6-3,5	Gouveia e Fernandes (2017)
Alterações ao sistema de subsídios de desemprego	0,5	0,6	Comissão Europeia (2016)
Alterações à legislação de protecção do emprego	0,9	1,0	Comissão Europeia (2016)
Inovação e I&D			
Incentivos ao emprego em I&D	0,2	0,4	Gouveia e Fernandes (2017)
Digital	-	1,0	Comissão Europeia (2014)
Capital humano			
Melhoria das qualificações (estimativa PNR)	2,7	3,4	Gouveia e Fernandes (2017)
Melhoria das qualificações (efeito arrastamento)	7,0	9,0	Gouveia e Coelho et al. (2018)
Melhoria da qualidade do ensino	0,1	0,7	Aguiar et al (2017)
Outros			
Linhas de financiamento de empresas	2,0	4,7	Gouveia e Fernandes (2017)
Administração pública	0,1	0,1	Comissão Europeia (2016)

De facto, e apesar das melhorias assinaláveis dos níveis de qualificação e da resultante convergência com os parceiros europeus, a diferença do rácio de baixa qualificações (ISCED 0-2) continua a ser elevada: 26 p.p. acima da média europeia (Gráfico 1).

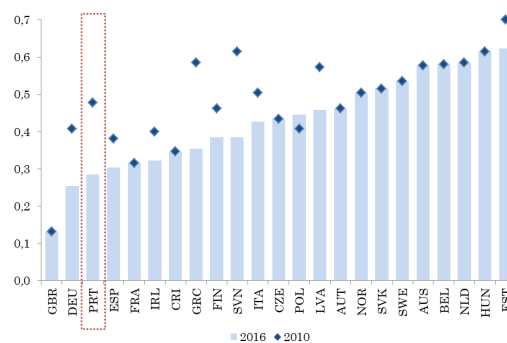
¹ Para uma visão pormenorizada das medidas tomadas a cabo no período do Programa de ajustamento ver ESAME (2014) e Comissão Europeia (2014b).

² Por exemplo, o QUEST III desenvolvido pela Comissão Europeia (Gouveia e Fernandes, 2017; Comissão Europeia, 2014a e 2016; Aguiar et al., 2017; Programa Nacional de Reformas, 2018).

³ Ver, por exemplo, Gouveia et al. (2017) e Monteiro et al. (2017).

Gráfico 1 – Rácio de população com nível baixo de qualificação e diferença face à média da UE

Fonte: Eurostat

Gráfico 2 – Indicador composto de insolvência¹

Fonte: OCDE

No mesmo sentido, nos últimos anos Portugal tem feito avanços consideráveis no que diz respeito ao regime de insolvências, sendo atualmente dos países mais bem classificados de acordo com o indicador composto da OCDE (Gráfico 2) e com uma das maiores melhorias registadas.

De acordo com Varga & in't Veld (2014) e Varga et al. (2013), as áreas de reforma onde o país tem maior potencial de melhoria face aos países na fronteira são na melhoria das qualificações baixas e no aumento da concorrência no sector de bens finais (Anexo 1)².

Estudos ex-post

No seu conjunto, os estudos *ex-post* analisados concluíram que, em geral, existe um efeito positivo na produtividade em resultado das reformas implementadas e/ou das mudanças estruturais da economia portuguesa

Quadro 2 - Impactos de reformas estruturais na produtividade e no emprego (avaliação *ex-post*)

Área de política/reforma	Impacto		Fonte
	Produtividade	Emprego	
Mercado do produto			
Desregulamentação do mercado do produto: setores de redes essenciais (setores jusante)	Positivo	-	Monteiro et al. (2017)
	Positivo (setores montante) Negativo (setores jusante)	Positivo	Coneia e Gouveia (2017)
Desregulamentação do mercado do produto	Positivo (no curto e longo-prazo)	-	Gouveia et al. (2017)
Resolução de situações insolvência, sistema financeiro, pagamento de impostos	Positivo (curto e longo-prazo)	-	Gouveia et al. (2017)
Redução barreiras à saída de empresas e reestruturação (melhoria da realocação de recursos)	Positivo	-	Gouveia e Osteinhold (2018)
	Positivo	-	Monteiro et al. (2017)
Abrir um negócio	Positivo (longo-prazo, empresas até 4 anos)	-	Gouveia et al. (2017)
Mercado de trabalho			
Desregulamentação do mercado de trabalho	Nulo	Positivo	Coneia e Gouveia (2017)
	Negativo (no curto e longo-prazo*)	-	Gouveia et al. (2017)
Inovação e I&D			
Inovação	Positivo (no curto-prazo)	-	Gouveia et al. (2017)
	Negativo (no longo-prazo**)	-	Gouveia et al. (2017)
Outros			
Saúde e educação primária, educação superior e formação	Negativo (curto-prazo)	-	Gouveia et al. (2017)
	Positivo (longo-prazo)	-	Gouveia et al. (2017)

*Efeito positivo no longo prazo para as 8% menos produtivas; **Efeito positivo no longo-prazo para as empresas com melhor desempenho (0,0%).

¹ Indicador com valores entre 0 e 1, maior para países onde as características do regime de insolvência atrasam o início e a resolução dos processos.

² Os autores estimam os efeitos de atingir respetivamente metade e a totalidade da convergência aos 3 melhores *performancers*.

Apesar de menos estudado, estima-se que o impacto no emprego tenda a ser também ele positivo. (Quadro 2)

Os resultados apontam efeitos positivos na produtividade quer no curto quer no longo-prazo para áreas de política/reforma como desregulamentação do mercado do produto, resolução de insolvências, sistema financeiro, pagamento de impostos e inovação. Enquanto para áreas de política como a saúde, a educação primária, a educação superior e formação profissional e os procedimentos para abrir um negócio, apesar dos efeitos negativos de curto-prazo, estimam-se efeitos positivos no longo-prazo na produtividade. Os estudos indicam ainda que a desregulamentação do mercado de produto, assim como a do mercado de trabalho, produz efeitos positivos no emprego. Genericamente, a redução de barreiras à saída de empresas e à reestruturação têm também um efeito positivo na produtividade.

3. Análise por área de política

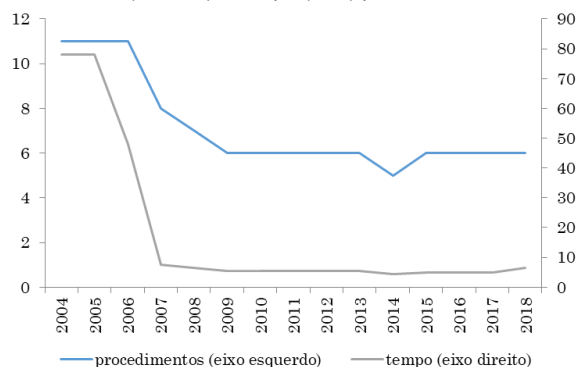
Nesta secção procura-se explorar com maior profundidade os resultados alcançados pelos vários estudos analisados divididos pelas principais áreas de política: mercado do produto (regimes de insolvência, custos de contexto, sistema judicial e concorrência nos serviços), mercado de trabalho (políticas de emprego e legislação laboral), capital humano (quantidade e qualidade), inovação e I&D (incentivos, contratação e digitalização) e financiamento.

3.1. Mercado do Produto

A melhoria das características do mercado do produto tem repercussões a vários níveis. Por exemplo, ao tornar os regimes de insolvência mais robustos através da prevenção, simplificação e redução de barreiras à reestruturação permite a saída do mercado de empresas não viáveis, evitando perdas de eficiência por recursos retidos. Por outro lado, a redução dos custos de contexto pode melhorar o ambiente de negócios, facilitar a criação de novas empresas e reduzir o tempo necessário para cumprir com burocracias, o que potencia o desempenho das empresas. Por último, melhorar a competição nos serviços de rede tem um efeito importante nos restantes sectores da economia já que estes serviços representam custos produção. O mercado do produto é uma das mais importantes áreas de reforma e onde se tem registado várias mudanças na última década em Portugal¹.

De acordo com OCDE (2018), Portugal foi um dos países que mais reformou na área dos regimes de insolvência, em especial na prevenção, simplificação e redução de barreiras à reestruturação, o que McGowan et al., 2017 argumentam permitir uma melhor alocação de capital e uma menor prevalência de empresas *zombie*. No mesmo sentido, Gouveia e Osterhold (2018) ao avaliarem o novo regime de insolvência concluem que este promoveu a saída das empresas não viáveis, ao mesmo tempo que potenciou a reestruturação das mais produtivas. De acordo com Aguiar et al. (2017), das alterações feitas ao regime de insolvência entre 2010 e 2014, estima-se um efeito no PIB potencial de 5,1% a 10 anos e de 6,2% a 50 anos.

Gráfico 3 – Procedimentos (número) e tempo (dias) para iniciar uma atividade empresarial



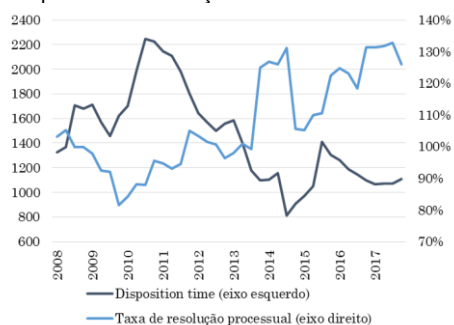
Fonte: World Bank Doing Business

¹ Ver Caixa 1 para uma breve descrição das medidas implementadas nesta área.

O número de processos e o tempo necessários para iniciar uma atividade empresarial tem vindo a diminuir ao longo dos últimos 14 anos (Gráfico 3). A Comissão Europeia (2016) estimou que as medidas de simplificação administrativa no sector público definidas no Programa Nacional de Reformas (PNR) de 2015 têm um impacto de 0,28% a 10 anos no produto potencial.¹

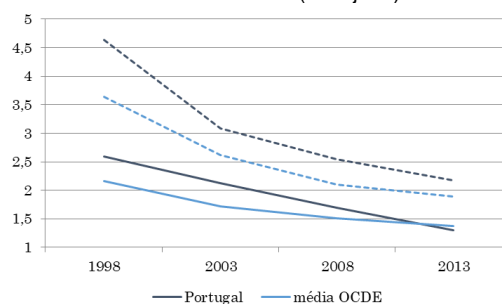
Da mesma forma, as alterações ao sistema judicial introduzidas no período do Programa de Ajustamento, ao promover a redução dos custos suportados pelas empresas, têm um impacto estimado no PIB potencial de entre 0,1 e 0,6% no curto-prazo e entre 0,3 e 1,6% no longo-prazo (Aguiar et al., 2017). No PNR de 2017, são estimados impactos de 0,04% e 0,08% (a 10 e 50 anos, respetivamente) em resultado da redução do *disposition-time*² esperada pelo aumento de eficiência do sistema judicial.

Gráfico 4 – *Disposition time* (dias) e taxa de resolução processual das ações executivas cíveis



Fonte: Estatísticas Oficiais da Justiça - DGPJ

Gráfico 5 – Indicador de regulação geral (cheio) e dos sectores de redes (tracejado)³



Fonte: OCDE

Durante o Programa de Ajustamento, foram, também, tomadas várias medidas para promover o aumento da concorrência em alguns sectores-chave dos serviços, os chamados sectores de rede: energia, transportes, telecomunicações e serviços postais (sectores a jusante). De acordo com Santos et al. (2018) e Carvalho (2018), e com base em dados de empresas portuguesas entre 2007 e 2015, a concentração de mercado (índice de Herfindahl-Hirschman) tem, de facto, uma correlação negativa com a produtividade. Monteiro, et al. (2017) estudam em detalhe o impacto na produtividade resultante da desregulação destes sectores, concluindo que estas promoveram um aumento da produtividade nos restantes sectores no curto e longo prazo. Os resultados obtidos por Correia e Gouveia (2017) confirmam o efeito positivo na produtividade destas reformas, mas apenas nos sectores que usam como matéria-prima a produção dos sectores a montante. Estas conclusões estão também em linha com as conclusões de Gouveia et al. (2017) que estimam um efeito positivo em resultado de um aumento na eficiência do mercado do produto. Relativamente ao efeito das reformas nos sectores das comunicações e transportes no produto potencial, a Comissão Europeia (2016) estima um efeito positivo de 0,32% a longo prazo. Correia e Gouveia (2017) concluíram ainda que estas reformas tiveram um efeito positivo no emprego, principalmente para os sectores a jusante.

Monteiro et al. (2017) mostram ainda que com quadro regulamentar mais flexível nos sectores a montante, as empresas menos produtivas são mais propensas a sair do mercado enquanto as que se mantêm registam ganhos de produtividade, o que potencia a eficiência da afetação de recursos e a libertação de recursos para sectores mais produtivos.

Caixa 1 – Reformas no mercado de produto

O regime de insolvências português sofreu um conjunto considerável de alterações ao longo dos últimos anos: houve uma alteração do código de insolvência e recuperação de empresas, aumentou-se o nível de especialização de tribunais e equipas, fez-se uma revisão dos mecanismos extrajudiciais de recuperação de empresas e criou-se um novo regime de conversão de créditos em capital.

¹ No estudo de avaliação do impacto do Programa Simplex+ 2016, estimou-se, para um conjunto de 13 medidas, um valor de poupança anual para as empresas na ordem dos 624 milhões de euros.

² Indicador que mede, em dias, o tempo que seria necessário para concluir todos os processos que estão pendentes no final de um determinado período, tendo por base o ritmo do trabalho realizado nesse mesmo intervalo de tempo, ou seja, o número de processos findos nesse período.

³ 1 - pouco regulado; 6 - muito regulado

Outra área que registou avanços consideráveis nos últimos tempos foi a dos denominados **custos de contexto**. As medidas mais recentes de modernização e simplificação administrativa e legislativa foram implementadas através dos programas Simplificar (2014) e Simplex+ (2016) com o objetivo de eliminar duplicações de solicitações de informação, desenvolver a digitalização dos serviços e a avaliação de impacto legislativo. Alguns exemplos de medidas são a criação do Ponto Único de Contacto, a simplificação do pedido e emissão de licenciamentos, a simplificação da prestação de informação obrigatória das empresas e o modelo de avaliação de impacto legislativo “Custa Quanto”.

O **sistema judicial** foi alvo de um conjunto importante de mudanças durante o programa de ajustamento, nomeadamente, a reorganização e modernização do sistema, o novo código de processo civil, a instituição dos Tribunais da Propriedade Intelectual e da Concorrência, Regulação e Supervisão e ainda alterações no regime jurídico das resoluções extrajudiciais de litígios.

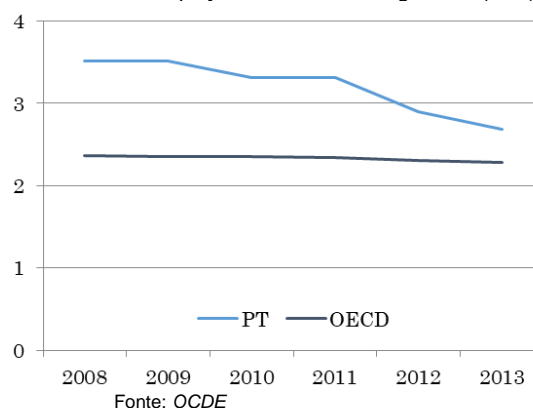
Finalmente, no que diz respeito à **concorrência** no mercado do produto, assistiu-se à implementação de reformas nas áreas da energia, transportes e comunicações. Na energia procedeu-se à liberalização progressiva dos mercados de eletricidade e gás, acompanhada da extinção gradual das tarifas reguladas, fez-se uma alteração aos estatutos da entidade reguladora (ERSE), criou-se um plano para a eliminação progressiva do défice tarifário e foi privatizada a participação do estado nas principais empresas energéticas (GALP, EDP e REN). No sector das comunicações foram implementadas alterações às condições aplicadas na mudança de operador e aos custos de término aplicados aos contratos de telecomunicações e foi privatizada a participação do estado nos CTT. No sector dos transportes houve uma reformulação da oferta e uma redução das tarifas aplicadas a mercadorias do sector ferroviário e a privatização da CP Carga; a renegociação de contratos portuários, a redução das taxas aplicadas a mercadorias e uma revisão do regime jurídico do trabalho portuário; e privatizou-se a ANA – Aeroportos de Portugal e vendeu-se parte da participação do Estado na TAP.

3.2. Mercado de Trabalho

No que diz respeito ao mercado de trabalho, a capacidade de integração de desempregados, através de políticas ativas de emprego, permite minimizar perdas de capital humano. Por outro lado, a flexibilização da legislação laboral, nomeadamente na contratação, despedimento e negociação coletiva, permite às empresas ajustarem os seus recursos humanos de forma mais célere em resposta às flutuações cíclicas da economia.

Num estudo recente, a OCDE (2017) conclui que as políticas ativas de emprego existentes no país (estágios, subsídios à contratação e programas de formação) tiveram efeitos positivos na empregabilidade dos seus beneficiários. Numa estimativa feita no âmbito do PNR de 2017, Gouveia e Fernandes (2017) concluem que o impacto esperado da continuidade destas medidas no PIB potencial seja entre 2,1% e 2,8% em 10 anos e entre 2,6% e 3,5% em 50 anos.

Gráfico 6 – Employment Protection Legislation (EPL)



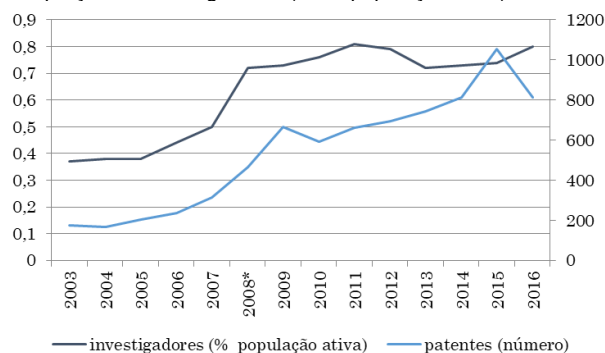
Correia e Gouveia (2017) analisam o impacto de uma redução dos custos associados a despedimentos e contratações, e concluem que uma maior flexibilização da legislação da proteção do emprego, medida pelo

indicador *Employment Protection Legislation (EPL)*¹ da OCDE (Gráfico 6), tem um impacto estimado positivo no emprego, embora a evidência aponte para efeitos negativos em termos de efeitos na produtividade². Os resultados de Comissão Europeia (2016b) apontam para um acréscimo de 0,5% e 0,9% a 10 anos e 0,6% e 1% a 20 anos no PIB potencial em resultado das reformas feitas entre 2013 e 2015 em termos de subsídio de desemprego e da legislação laboral.

3.3. Inovação e I&D

A inovação e a I&D são determinantes fundamentais do progresso tecnológico e um fator relevante para a capacidade competitiva das empresas, tendo um efeito positivo quer na produtividade, quer no crescimento potencial.

Gráfico 7 – Proporção de investigadores (% da população ativa) e número de patentes



Fonte: INE

Gouveia et al. (2017) concluem que os incentivos à inovação anteriores a 2015 têm um efeito positivo na produtividade no curto-prazo, que se prolongam no longo-prazo para as empresas mais produtivas.

Adicionalmente, e de acordo com Gouveia e Fernandes (2017), o impacto das medidas de aumento do emprego em I&D previstas no PNR de 2017³ representam um aumento do produto potencial de 0,2% a 10 anos e de 0,4% a 50 anos, maioritariamente por via de um aumento da produtividade total dos fatores. De acordo com Varga et al. (2013), o efeito no PIB potencial de uma convergência total de Portugal aos países europeus com melhores práticas de alocação de recursos humanos para I&D é de 0,2% no curto-prazo e de 5,8% no longo-prazo.

A Comissão Europeia (2014a) estima que o impacto de longo-prazo das medidas de âmbito digital implementadas até 2013 (atribuição de espectro de radiofrequências, melhoria das competências eletrónicas, do comércio eletrónico e da banda larga fixa) contribua para um aumento de 1% do produto potencial no longo-prazo.

3.4. Capital Humano

Quer o nível de qualificações, quer a qualidade da formação, influenciam a capacidade de introdução de tecnologias que promovem aumentos de produtividade e novos procedimentos e têm um peso muito significativo em termos de potencial, sendo a baixa qualificação um obstáculo à inovação e à melhoria das condições de vida (OCDE, 2015).

O potencial da força de trabalho portuguesa tem vindo a registar melhorias significativas ao longo dos últimos anos⁴, sendo uma das áreas de reformas com um potencial de ganhos económicos muito significativo.

¹ Indicador ponderado de subindicadores relativos à regulamentação de despedimentos individuais (5/7) e às disposições adicionais para despedimentos coletivos (2/7).

² Com exceção das empresas 8% menos produtivas, para as quais o efeito é positivo no longo prazo.

³ Nesta área, o PNR definia ainda o reforço do investimento em recursos humanos qualificados e a sua integração no mercado, o estímulo à cooperação entre empresas e academia, o reforço de infraestruturas e o apoio à quarta revolução industrial, incluindo ao empreendedorismo de base tecnológica.

⁴ Para uma análise mais alargada ver capítulo 1 de Gouveia e Coelho et al. (2018).

Nos últimos 15 anos, o peso dos adultos com nível de educação inferior ao secundário caiu 26 p.p. (Gráfico 1), tendo Portugal sido apontado como o segundo país com o maior aumento de nível de educação intergeracional entre os países da OCDE (OCDE, 2017).

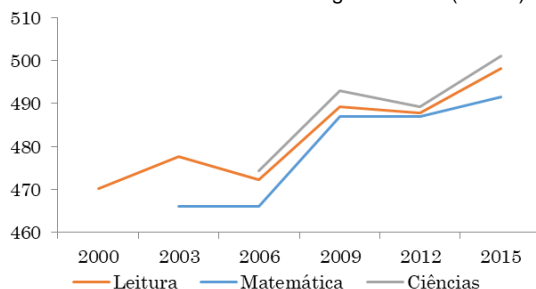
Varga et al. (2013) estimam que uma convergência para um nível de qualificação semelhante aos 3 países europeus com melhor performance nesta área significaria um aumento do PIB potencial de até 28,4% no longo prazo, enquanto Varga e in't Veld (2014) estimam que o impacto de fechar metade desse *gap* é de 12%.

Gouveia e Fernandes (2017) estimam que a melhoria nas taxas de conclusão do ensino secundário em resultados das medidas previstas no PNR de 2017 terá um efeito no produto potencial de 2,7% e de 3,4% no curto prazo e no longo prazo, respetivamente. Partindo do pressuposto que a estrutura de qualificação da população mais jovem (15-24 anos) se manterá idêntica à atual, em Gouveia e Coelho et al. (2018) estima-se que o efeito no PIB potencial resultante deste efeito de arrastamento será na ordem de 7% e de 9% a 10 e 50 anos, respetivamente. Também em Cedefop (2017) são apontados ganhos consideráveis em termos de crescimento de longo prazo do PIB *per capita* resultante da melhoria da qualificação da população, quer em termos de ensino básico (0,1 p.p.), quer em termos de ensino superior (0,23 p.p.).

Adicionalmente, Gouveia et al. (2017) estimam que as reformas nas áreas da educação e formação se reflitam em ganhos de produtividade no longo-prazo, apesar dos eventuais custos de curto-prazo.

Para além do carácter quantitativo das qualificações, também a qualidade das mesmas influencia o potencial de crescimento de uma economia.

Gráfico 8 – Resultados de Portugal no PISA (OCDE)



Fonte: OCDE

Debruçando-se sobre os efeitos de melhoria registados entre 2010 e 2012 no PISA, Aguiar et al. (2017) estimaram um efeito no PIB potencial de 0,7% a 50 anos. Seguindo Woessman (2014), e tendo em conta as melhorias registadas entre 2010 e 2015 no PISA (Gráfico 8), poder-se-ão esperar ganhos na ordem de 0,6 p.p. na taxa de crescimento de longo-prazo do PIB (Gouveia e Coelho et al., 2018).

3.5. Financiamento

Uma maior estabilidade do sistema financeiro proporciona um ambiente mais propício ao investimento (Gouveia e Coelho et al, 2018)¹. Por outro lado, o aumento da procura e o crescimento económico vêm pressionar a capacidade instalada das empresas, tornando o investimento em bens de equipamento necessário para assegurar a continuidade do mesmo². Adicionalmente, uma realocação mais eficiente do capital permitirá ganhos de produtividade e um sistema financeiro saudável permite que o financiamento à economia se efetue de forma adequada.

De facto, no seguimento da crise financeira, e apesar de já registar essa tendência anteriormente, o investimento das empresas contraiu-se consideravelmente, atingindo um mínimo de 8,9% do PIB em 2013 (Gráfico 9), num quadro de redução do crédito bancário e elevada alavancagem³. A partir daí, assistiu-se a um

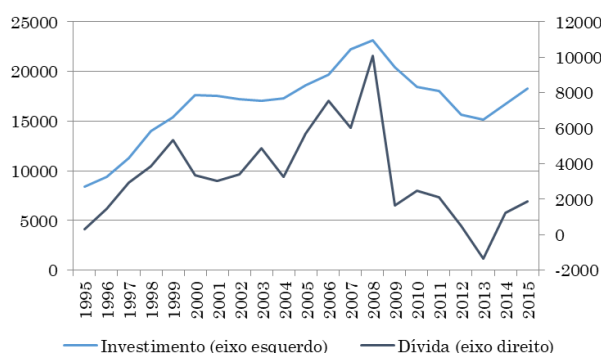
¹ Para uma discussão mais detalhada acerca da estabilização do sector financeiro ver Gouveia et al. (2018), capítulo 2.

² O total do investimento atingido na atual fase do ciclo económico mantém-se abaixo do observado em fases similares de anteriores ciclos económicos, sendo inferior ao registado em outros países da área do euro (Banco de Portugal, 2017c).

³ Várias medidas foram postas em prática para estimular o investimento e contribuir para a desalavancagem das empresas, incentivando o financiamento por capitais próprios: linhas de financiamento, maior neutralidade fiscal do financia-

processo de desalavancagem das empresas (Banco de Portugal, 2017d). Gouveia e Coelho et al. (2018) mostram que há uma inversão da tendência do crédito alocado ao sector transacionável desde 2006, sendo que a proporção de investimento direcionado aos sectores transacionáveis é superior ao dos não transacionáveis nas últimas duas décadas.

Gráfico 9 – Investimento e dívida das sociedades não financeiras (M€)



Fonte: INE e Banco de Portugal

De acordo com Prifitis e Theofilakou (2018), que efetuaram uma análise ao conjunto da União Europeia, a diminuição do sobre-endividamento tem um efeito positivo no crescimento económico no longo prazo. Martins et al. (2017) concluem que, paralelamente à desalavancagem, as empresas portuguesas aumentaram a sua rentabilidade, o que reflete também uma maior eficiência na afetação de recursos.

Em Gouveia e Fernandes (2017) estima-se que o impacto no PIB potencial em resultado de um aumento do financiamento disponível para as empresas portuguesas, tendo por base o valor das linhas de financiamento esperadas através de fundos europeus¹ no PNR de 2017, seja cerca de 1% no longo prazo por cada 10% do total previsto efetivamente investido.

4. Conclusões

Neste artigo procurou-se reunir diversas fontes e metodologias que ajudem a perceber os efeitos no crescimento do PIB potencial e na produtividade das alterações estruturais ocorridas na economia portuguesa.

Assim, pode concluir-se que a reforma do regime de insolvência, da prevenção, simplificação e redução de barreiras à reestruturação permitiu melhorar a alocação de recursos e de facto levou à saída de empresas não viáveis, tendo um efeito positivo quer na produtividade, mas também no crescimento do PIB potencial. Por outro lado, medidas de desregulamentação do sector dos serviços de rede permitiram uma maior competitividade e promoveram um aumento da produtividade nos restantes sectores, quer no curto quer no longo prazo.

Enquanto políticas ativas de emprego têm um efeito significativo no crescimento do PIB potencial, a flexibilização do mercado de trabalho tem um efeito positivo no mesmo e, em geral, um efeito negativo na produtividade.

Medidas de inovação registam efeitos positivos na produtividade e o aumento de emprego em I&D resulta num ligeiro crescimento de PIB potencial, assim como a digitalização.

A área de política/reforma com maiores ganhos de convergência face à UE é a do capital humano. De facto, só o efeito de arrastamento das qualificações nacionais leva a ganhos consideráveis no crescimento do PIB potencial, sendo que também tem efeito positivo de longo prazo na produtividade (apesar de negativo no curto-prazo). A estes, somam-se ainda o efeito da melhoria da qualidade, ainda que mais pequeno.

mento por capital próprio e simplificação administrativa na procura de meios de financiamento, entre outras. Os programas implementados de maior relevo foram o Fundo Capitalizar e os programas Start-up Portugal, Programa Semente e Indústria 4.0.

¹ No âmbito do dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI), Portugal é beneficiário de um apoio de até 25,8 mil milhões de EUR até 2020 (correspondendo aproximadamente a 2% do PIB e 77% do investimento público para o período 2014-2018). Em dezembro de 2017, o montante total de financiamento de operações aprovadas no âmbito do FEEI ascendia a 1,9 mil milhões de EUR, o deverá implicar um investimento total privado e público de 5,5 mil milhões de EUR (Comissão Europeia, 2018).

Por último, a melhoria do crédito alocado em sectores transacionáveis alicerçada à diminuição do sobre-endividamento e a uma alocação de recursos mais eficiente poderá melhorar a dinâmica de investimento, sendo que um aumento do investimento produtivo tem efeito positivo no crescimento do PIB potencial.

Veja-se ainda que existe alguma evidência de efeitos positivos no emprego em resultado de desregulamentação do sector das redes e da flexibilização do mercado de trabalho.

Note-se que ficam por explorar de forma mais pormenorizada os resultados relativamente ao sector financeiro, ao financiamento das empresas e a questões de equidade, para enumerar alguns. De facto, a definição do sistema financeiro no modelo QUEST III não permite explorar de forma mais pormenorizada as dinâmicas do investimento, sendo necessário o recurso a micro dados.

Com recurso a dados micro, Almeida e Balasundharam (2018) estimam, para um conjunto alargado de países, um impacto global positivo das reformas estruturais no produto e no emprego e encontram evidência de que as características individuais das empresas, como a dimensão, o nível de endividamento, a rentabilidade e o sector, influenciam a eficácia das mesmas.

Outras áreas poderão ser ainda alvo de atenção, por exemplo, Gouveia et al. (2017) estimam que as reformas na área da saúde se reflitam em ganhos de produtividade no longo-prazo, apesar dos eventuais custos de curto-prazo.

Finalmente, convém salientar a importância do estudo de impactos das alterações estruturais da economia portuguesa e ter em conta o facto de estes demorarem tempo a surgir efeitos, necessário que haja tempo de maturação das reformas.

5. Referências Bibliográficas

- Almeida, L. A. e Balasundharam, V. (2018). “On the Impact of Structural Reforms on Output and Employment: Evidence from a Cross-Country Firm-Level Analysis”, IMF Working Paper 18/73.
- Aguiar, A., Ribeiro, A. P. & Gil, P. (2017), “Structural Reforms in Justice and Education: A Model-Based Assessment of Macroeconomic Impacts for Portugal”, GPEARI article 03/2017.
- Banco de Portugal (2015). Boletim Económico outubro 2015, pág. 37.
- Banco de Portugal (2016). “Produtividade e reafecção do emprego em Portugal”, Boletim Económico, outubro de 2016, Caixa 5.3, pág. 63-65.
- Banco de Portugal (2017a). “A evolução recente da exposição das instituições de crédito residentes às sociedades não financeiras”. Relatório de Estabilidade Financeira – Caixa 2, junho 2017, pág. 46-51.
- Banco de Portugal (2017b). Boletim Económico, junho 2017.
- Banco de Portugal (2017c). Boletim Económico, maio de 2017.
- Banco de Portugal (2017d). Relatório de Estabilidade Financeira, dezembro de 2017.
- BIS (2018). “Structural changes in banking after the crisis”. Bank For International Settlements. Committee on Global Financial System Papers No 60, January 2018. Disponível em: <https://www.bis.org/publ/cgfs60.pdf>.
- Carvalho, P. (2018). “Competition and Firm Productivity: Evidence from Portugal”, GEE Papers Number 108.
- Cedefop (2017). “Investing in skills pays off: the economic and social cost of low-skilled adults in the EU”. Luxembourg, Publications Office of the European Union.
- Comissão Europeia (2014a). “Market Reforms at Work in Italy, Spain, Portugal and Greece”, European Economy 5, setembro 2014.
- Comissão Europeia (2014b). “The Economic Adjustment Programme for Portugal 2011-2014”, European Economy Occasional Papers 202, outubro 2014.
- Comissão Europeia (2016), “The Economic Impact of Selected Structural Reform Measures in Italy, France, Spain and Portugal”, European Economy Institutional Papers 023/2016, Luxembourg.

- Comissão Europeia (2018). "Country Report Portugal 2018. Including an In-Depth Review on the prevention and correction of macroeconomic imbalances". Commission Staff Working Document. SWD (2018) 220. Bruxels, 7.3.2018."
- Correia, H. & Fontoura Gouveia, A. (2017). "Is deregulation of product and labour markets promoting employment and productivity? A difference-in-differences approach". ADEMU Working paper series.
- ESAME (2014). "A Gestão do Programa de Ajustamento – 1000 dias, 450 medidas cumpridas".
- Gouveia, A.F., and Osterhold C. (2018), "Fear the walking dead: zombie firms, spillovers and exit barriers", OECD Productivity Working Papers, 2018-13, OECD Publishing, Paris.
- Gouveia, A. F. & Fernandes, A. F. (2017). "Structural reforms and long-term growth – a model based analysis". Artigo GPEARI 05/2017.
- Gouveia, A. F., Santos, S. & Gonçalves, I. (2017). "The impact of structural reforms on productivity: the role of the distance to the technological frontier", OECD Productivity Working Papers, 2017-08, OECD Publishing, Paris.
- Gouveia e Coelho et al. (2018). "The Portuguese economy: Short essays on structural changes", Artigo GPEARI 01/2018.
- McGowan, M. A, Andrews, D. & Millot, V. (2017), "Insolvency regimes, zombie firms and capital reallocation", OECD Economics Department Working Papers, No. 1399, OECD Publishing, Paris.
- Martins, A., Barros, G. O., & Simões, M. (2017). "Desalavancagem das empresas e a afetação de recursos na economia portuguesa". GEE/GPEARI, BMEP N.2.
- Monteiro, G., Gouveia, A. F., & Santos, S. (2017). "Product markets' deregulation: a more productive, more efficient and more resilient economy?" OECD Productivity Working Papers, 2017-09, OECD Publishing, Paris.
- OCDE (2014). "Portugal: Deepening structural reform to support growth and competitiveness", OECD Publishing, Paris.
- OCDE (2015). "OECD Skills Strategy Diagnostic Report: Portugal 2015", OECD Skills Studies, OECD Publishing, Paris.
- OCDE (2017). "Labour Market Reforms in Portugal 2011-15: a Preliminary Assessment", OECD Publishing, Paris.
- OECD (2017). "Portugal. Trade and Investment Statistical Note". International trade, foreign direct investment and global value chains.
- OECD (2018). "Economic Policy Reforms 2018: Going for Growth Interim Report", OECD Publishing, Paris.
- Osório de Barros, G.; Caires, F. & Pereira, D. (2017). "Empresas Zombies em Portugal – os sectores não transacionáveis da Construção e dos Serviços". GEE Papers, Número 88.
- Priftis, R. & Theofilakou, A. (2018). "Growth Effects of Corporate Balance Sheet Adjustments in the EU: An Econometric & Model-based Assessment". European Commission, European Economy Discussion Paper 076, March 2018.
- Roeger, W., Varga, J. & in 't Veld, J. (2008). "Structural reforms in the EU: a simulation-based analysis using the QUEST model with endogenous growth", European Economy Economic Paper 351.
- Santos, A., Cincera, M., Neto, P. e Serrano, M. M. (2018). "Competition effect on innovation and productivity - The Portuguese case", GEE Papers Number 102.
- Varga, J. & in 't Veld, J. (2014). "The potential growth impact of structural reforms in the EU. A benchmarking exercise" European Economy, Economic Paper no. 541.
- Varga, J., Roeger, W. & In 't Veld, J. (2013). "Growth Effects of Structural Reforms in Southern Europe: The case of Greece, Italy, Spain and Portugal" European Economy Economic Paper no. 511.
- Woessmann, L. (2014). "The economic case for education". EENEE analytical report No 20.

Anexo 1 – Impacto de reformas estruturais no produto potencial: efeito de *catching-up*

Área de política/Reforma	Efeitos PIB		Fonte
	curto-prazo	longo-prazo	
Mercado do Produto			
Competição no mercado - <i>markups</i> (sector dos serviços)	1,0	1,6	Varga & in't Veld (2014)
Competição no mercado - <i>markups</i> (sector bens finais)	6,0	14,3	Varga et al (2013)
Regulação do mercado - Custos início atividade	0,1	0,4	Varga & in't Veld (2014)
Regulação do mercado - barreiras à entrada (bens intermédios)	0,1	0,2	Varga et al (2013)
Mercado de trabalho			
Políticas ativas do mercado de trabalho	0,3	0,4	Varga & in't Veld (2014)
Subsídio de desemprego (taxas de substituição)	0,0	0,1	Varga & in't Veld (2014)
Inovação e I&D			
Benefícios fiscais associados ao I&D	0,0	0,8	Varga & in't Veld (2014)
Capital Humano			
Melhoria das qualificações baixas	2,8	12,0	Varga & in't Veld (2014)
	0,7	28,4	Varga et al (2013)
Melhoria das qualificações elevadas	0,2	2,5	Varga & in't Veld (2014)
	0,2	5,8	Varga et al (2013)

Notas: Impactos calculados face a um cenário base sem reformas. Varga et al (2013) estimaram o impacto de fechar o hiato relativamente à média dos 3 países da UE com melhor performance enquanto Varga & in't Veld (2014) estimaram o impacto de fechar metade do mesmo.

Sector da Cortiça em Portugal¹

Francisco Pereira² e Sílvia Santos²

1. Nota introdutória

A cortiça é proveniente da árvore do sobreiro, e estes predominam nas regiões costeiras do Mediterrâneo, em especial, na Península Ibérica. Devido às suas características, a estrutura deste tipo de florestação e da sua indústria tem vindo a desenvolver-se, sendo hoje Portugal o maior produtor e transformador desta matéria prima em produtos com elevado valor acrescentado.

A fileira da cortiça compreende atividades de extração, transformação e comercialização da mesma. No entanto, a presente análise apenas se foca nas atividades inseridas na indústria transformadora, de ora em diante designadas de indústria ou setor da cortiça.

O setor da cortiça apresenta-se hoje com uma forte componente exportadora, contribuindo para o crescimento e a competitividade da economia portuguesa. Portugal é o principal exportador do produto Cortiça e suas obras, assumindo a liderança mundial desde há largas décadas, e com grande distância dos seus principais concorrentes.

Desta forma, o presente estudo tem por objetivo a caracterização do setor da cortiça, bem como o seu peso atual na economia, através da análise do seu tecido empresarial e atual contexto no comércio internacional.

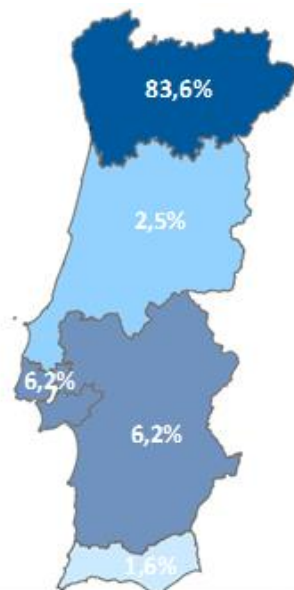
2. As Empresas do Setor

A indústria da cortiça compreende as atividades de preparação da cortiça (CAE 16293), fabricação de rolhas (CAE 16294) e fabricação de outros produtos da cortiça (CAE 16295).³

O setor da cortiça é composto essencialmente por PME (99,4%), mais especificamente, microempresas (84,8%), tendo em conta apenas o escalão de pessoas ao serviço e apresentam, em média, uma dimensão de cerca de 10 trabalhadores.

As empresas localizam-se com maior incidência na região Norte, na Área Metropolitana do Porto (cerca de 83% do total de empresas do setor).

Figura 1 – Localização das Empresas do Setor da Cortiça, por NUTS II, em 2016



Fonte: GEE a partir de dados do SCIE, INE.

¹ As opiniões expressas no documento são da responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a perspetiva do Ministério da Economia.

² Gabinete de Estratégia e Estudos.

³ Códigos de atividade ao nível da subclasse da Classificação Portuguesa das Atividades Económicas – Revisão 3.

Ao analisar a estrutura do tecido empresarial do setor da cortiça, salienta-se o peso da atividade de fabricação de rolhas, com 493 empresas, 55,5% do total do setor. Este subsetor é também o que apresenta maior n.º de pessoas ao serviço (51,6%), maior VAB (51,8%) e maior volume de negócios (53,6%).

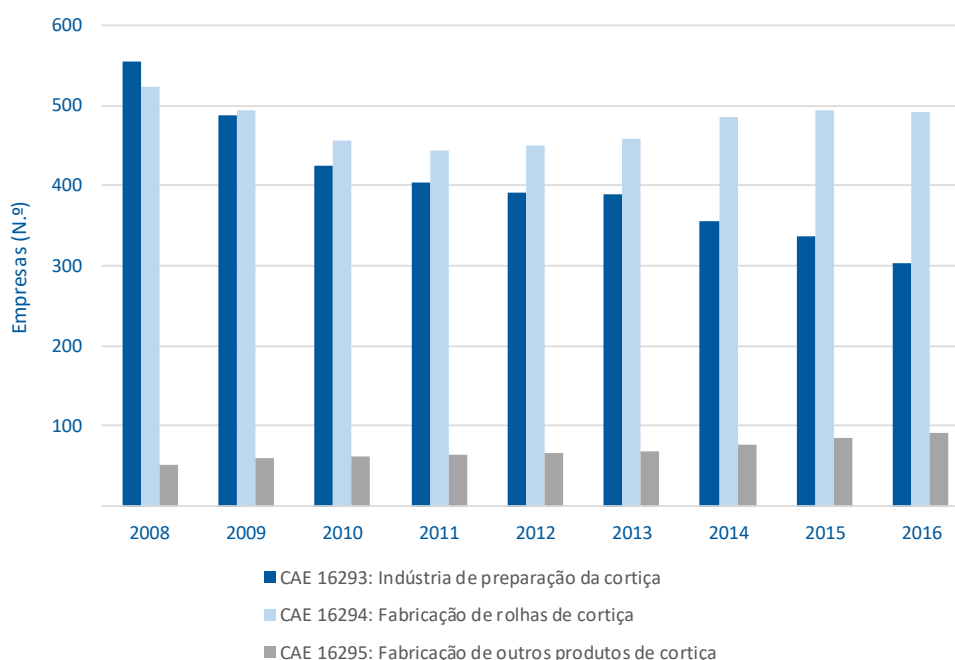
Tabela 1 - Principais variáveis económico-financeiras da Indústria da Cortiça

CAE Rev.3	Nº Empresas			Pessoal ao Serviço			Volume de Negócios (M€)			VAB (M€)		
	2008	2016	Var. (%)	2008	2016	Var. (%)	2008	2016	Var. (%)	2008	2016	Var. (%)
16293 - Indústria de preparação da cortiça	555	303	-45,41	3 381	2 277	-32,65	493	395	-19,87	63	83	32,35
16294 - Fabricação de rolhas de cortiça	523	493	-5,74	5 681	4 493	-20,91	769	785	2,09	149	176	17,93
16295 - Fabricação de outros produtos de cortiça	51	92	80,39	1 971	1 934	-1,88	217	286	32,14	58	80	38,79
Total da Indústria da Cortiça	1 129	888	-21,35	11 033	8 704	-21,11	1 479	1 466	-0,82	269	339	25,76

Fonte: GEE a partir de dados do SCIE, INE.

Referente ao total do setor em 2016 (somatório das 3 atividades da indústria da cortiça), verifica-se que o n.º de empresas decresceu face a 2008 (menos 241 empresas). Em termos comparativos face a 2008, quer o subsetor da Indústria de preparação da cortiça, quer o da Fabricação de rolhas de cortiça sofreram um elevado decréscimo no número de empresas. Apenas o da Fabricação de outros produtos de cortiça viu crescer o n.º de empresas entre 2008 e 2016.

Figura 2 - Evolução do Nº de Empresas da Indústria da Cortiça, 2008 – 2016



Fonte: GEE a partir de dados do SCIE, INE.

As empresas da indústria da cortiça representam 1,3% do total de empresas da indústria transformadora e empregam 8 704 pessoas (1,3% do total da indústria transformadora (dados de 2016)).

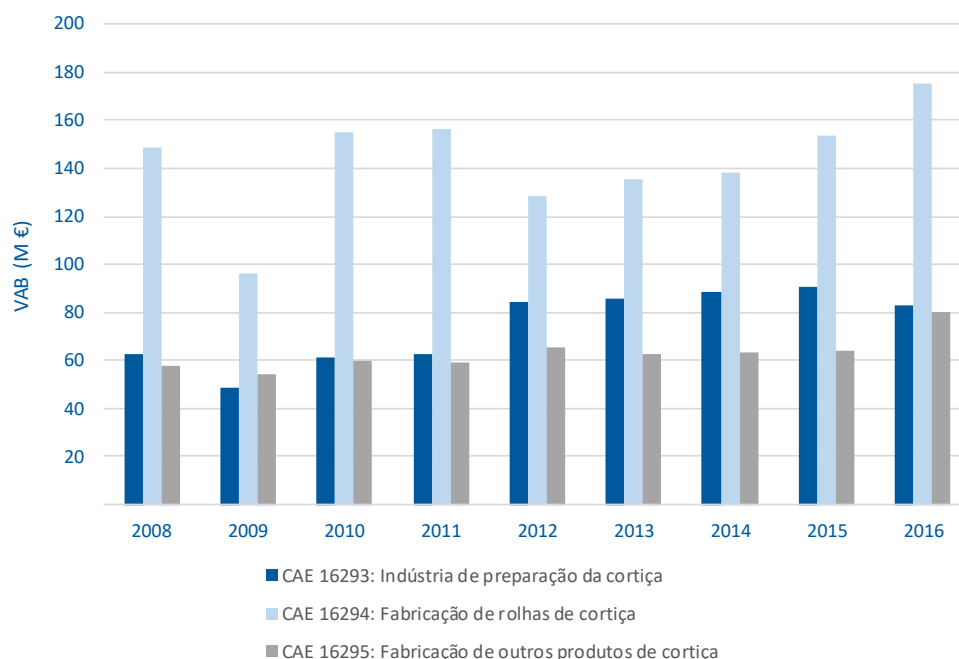
Entre 2008 e 2016, o n.º de pessoas ao serviço diminuiu 2 329 pessoas, o que corresponde a uma redução média anual de 2,6%. No entanto, entre 2015 e 2016, o emprego do setor aumentou ligeiramente (0,3%).

O volume de negócios do setor da cortiça, apesar de ter sofrido uma quebra entre 2008 e 2009 (-28,1%), tem mostrado um comportamento até 2016, regra geral, ascendente no seu todo. O subsetor da fabricação de rolhas é também o que mais contribui no volume de negócios da indústria da cortiça, revelando desde 2013 um comportamento evolutivo de sucessivos acréscimos, tendo em 2016 atingido os 785,4 milhões de euros.

O Valor Acrescentado Bruto (VAB) do setor da cortiça teve um comportamento similar às outras variáveis económico-financeiras anteriormente analisadas. Em 2009 sofreu uma quebra (-26,2% face ao ano anterior), mas desde 2010 que tem registado uma crescente melhoria, alcançando o valor de 339,9 milhões de euros em 2016 (taxa média de crescimento anual de 2,6%). Representa 1,7% do total do VAB da indústria transformadora.

É também o subsetor da fabricação de rolhas de cortiça o que mais contribui para a evolução do VAB do setor (representa mais de 50% do total do VAB do setor): depois de um período oscilatório entre 2008 e 2012, tem vindo a crescer desde então, tendo registado um valor aproximado de 176 milhões de euros em 2016.

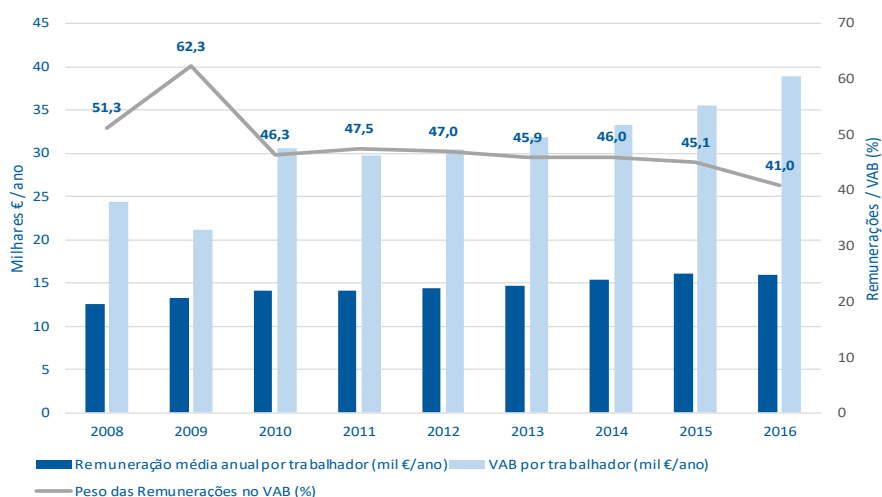
Figura 3 - Evolução do VAB da Indústria da Cortiça, 2008 – 2016



Fonte: GEE a partir de dados do SCIE, INE.

A produtividade aparente do trabalho no setor, medida pelo valor acrescentado bruto por trabalhador, tem apresentado uma tendência crescente desde 2012, sendo o valor observado em 2016 de 38,9 mil euros. O valor da remuneração média anual por trabalhador apresentou um comportamento ligeiramente crescente ao longo do período analisado, fixando-se o seu valor em 15,9 mil euros em 2016.

Figura 4 – Remuneração Média Anual por Trabalhador, VAB por Trabalhador e Peso das Remunerações no VAB, –2008 - 2016



Fonte: GEE a partir de dados do SCIE, INE.

A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) no setor da cortiça teve um forte decréscimo face a 2008 (-3,8%) não tendo ainda recuperado o seu valor (57,2 milhões de euros em 2016, face aos 59,4 milhões de euros registados inicialmente no período em análise). No entanto, o esforço de investimento do setor foi notório entre 2015 e 2016, com um crescimento da FBCF de 17,1%.

Relativamente à produção industrial, os produtos com maior peso no setor da cortiça, medido pelo valor monetário dos produtos vendidos, são as rolhas de cortiça natural (39,5% do valor total dos produtos vendidos no setor, em euros).

Tabela 2 - Produtos vendidos da Indústria da Cortiça por tipo de produto

Produtos Vendidos da Indústria da Cortiça	2017 (M€)	Estrutura (%)
Total Produtos Vendidos	1 465	100,0
Rolhas de cortiça natural	579	39,5
Outras obras de cortiça aglomerada (discos, cubos, blocos e ladrilhos)	185	12,6
Desperdícios de cortiça	181	12,4
Rolhas de cortiça aglomerada, cilíndricas, excepto para vinhos espumantes	169	11,5
Cortiça natural	150	10,2
Rolhas de cortiça aglomerada, cilíndricas, para vinhos espumantes	91	6,2
Cortiça aglomerada	58	4,0
Outras obras de cortiça natural (discos, juntas, vedantes, blocos, chapas, folhas e tiras)	51	3,5
Outros produtos, n.e.	1	0,1
Pellets e briquetes, de madeira aglomerada e prensada	0,3	0,0

Fonte: GEE a partir de dados do INE, Inquérito anual à produção industrial

A produção de cortiça tem vindo a aumentar desde 2008, tendo atingido 250 milhões de euros em 2016¹, o que corresponde a 20,5% da produção total da Silvicultura, por tipo de bens e serviços.

Segundo a APCOR², (com base nos dados da FAO³, em 2010), Portugal é o principal país produtor de cortiça, com cerca de 50% da produção mundial.

As principais utilizações da cortiça introduzida no processo produtivo são, em média, 40% na produção de rolhas, 30% em delgados, 25% em refugos e 5% bocados (dados estimados pela APCOR).

3. Comércio Internacional

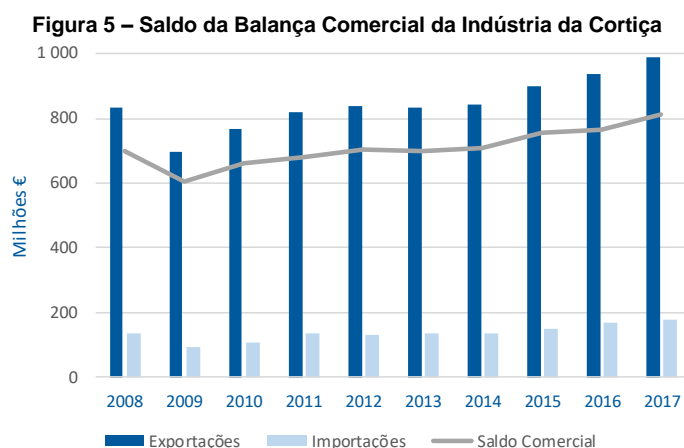
Face ao período 2008 - 2017, observa-se uma tendência crescente no valor das exportações portuguesas de cortiça desde 2014 (crescimento médio anual de 4,1% entre 2014 e 2017), atingindo no último ano o valor de 987,7 milhões de euros, precedido de outro valor histórico de 934,8 milhões de euros, em 2016. Esta tendência verifica-se igualmente no saldo da balança comercial, que apresentou um excedente de 811,9 milhões de euros em 2017 (+ 5,9% face ao ano anterior). A taxa de cobertura das importações pelas exportações tem vindo a ser amplamente positiva, apresentando um valor de 562% em 2017.

Esta evolução das exportações de cortiça deve-se à afirmação do produto rolha de cortiça no setor do vinho, o qual continua a ser o vedante de eleição, e ao fabrico de outros produtos à base de cortiça, nomeadamente para construção civil, decoração, isolamento, etc. que tem assumido maior relevância, com um aumento da sua procura a nível externo.

¹ dados provisórios de 2016, Produção da silvicultura por tipos de bens e serviços a preços correntes (Conta Económica da Silvicultura, INE)

² APCOR: Associação Portuguesa de Cortiça

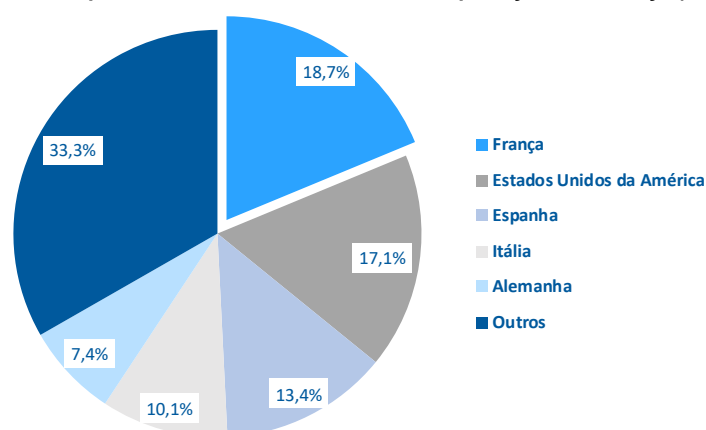
³ FAO: Food and Agriculture Organization of the United Nations



Fonte: GEE, a partir de dados de base das estatísticas de Comércio Internacional de Mercadorias do INE.

Os principais destinos das exportações portuguesas de cortiça são a França (18,7%), os EUA (17,1%), a Espanha (13,4%), a Itália (10,1%) e a Alemanha (7,4%). Estes mercados representam 66,7% do total de exportações do setor¹. Tendo em conta os 10 principais mercados de destino, em 2017, verificam-se importantes crescimentos em termos homólogos nos seguintes países: Austrália (43,5%), Espanha (18,2%) e Reino Unido (8,8%). No mesmo período verificaram-se quebras nas exportações para a China (-3,4%), Chile (-3,0%) e Alemanha (-1,8%).

Figura 6 – Top 5 dos Mercados de Destino das Exportações de Cortiça (2017)

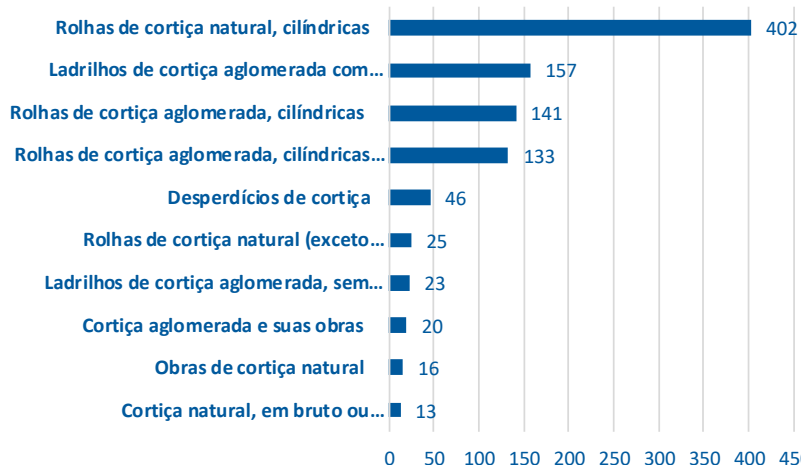


Fonte: GEE, a partir de dados de base das estatísticas de Comércio Internacional de Mercadorias do INE.

Relativamente aos produtos mais exportados, destacam-se os grupos agregados da Cortiça aglomerada (NC² 4504) e das Obras de cortiça natural (NC 4502), que representam 93,8% do total de produtos exportados do setor (48,8% e 45%, respetivamente). No entanto, e mais em específico, o produto Rolhas de Cortiça Natural cilíndricas (NC 45031010) é o principal produto exportado do setor (40,7%).

¹ Os principais mercados de destino das exportações da Indústria do Vinho em 2017 foram a França, o Reino Unido, os EUA, os Países Baixos e a Alemanha, que em conjunto, representam 34,4% do total de exportações do setor do vinho.

² NC: Nomenclatura Combinada 2018

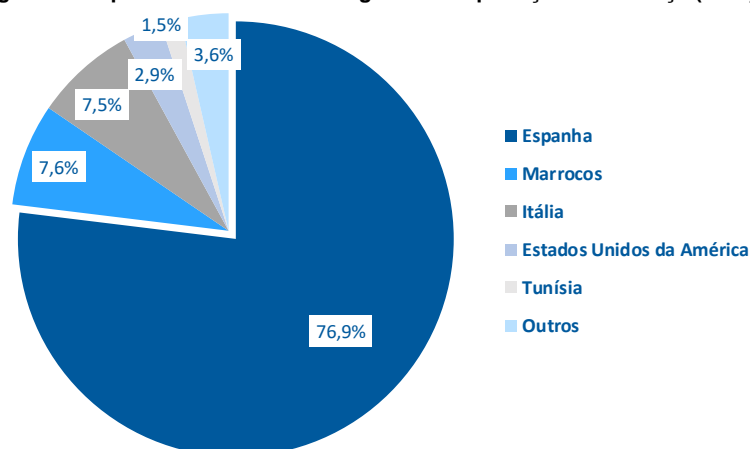
Figura 7 – Principais Produtos Exportados (M €) do Setor da Cortiça (2016)

Fonte: GEE, a partir de dados de base das estatísticas de Comércio Internacional de Mercadorias do INE.

Tendo em conta as exportações do Setor da Cortiça por NC, verifica-se que em 2017 as Rolhas de cortiça aglomerada, cilíndricas (NC 45041019) e Rolhas de cortiça natural, cilíndricas (NC 45031010) foram os produtos que mais contribuíram para o crescimento das exportações do setor (1,7 e 1,34 p.p., respetivamente).

Pela análise das importações do setor da Cortiça, com um valor registado de 176,8 milhões de euros em 2017 (+ 4,8% face ao ano anterior), observa-se que o produto mais importado é a Cortiça natural em bruto ou simplesmente preparada (NC 45011000), que representa 62,9% do total de importações do setor.

O principal mercado de origem das importações da cortiça é Espanha (76,9% do total de importações do setor). Os 5 principais mercados de origem representam 96,4% do total de importações do setor.

Figura 8 – Top 5 dos Mercados de Origem das Importações de Cortiça (2017)

Fonte: GEE, a partir de dados de base das estatísticas de Comércio Internacional de Mercadorias do INE.

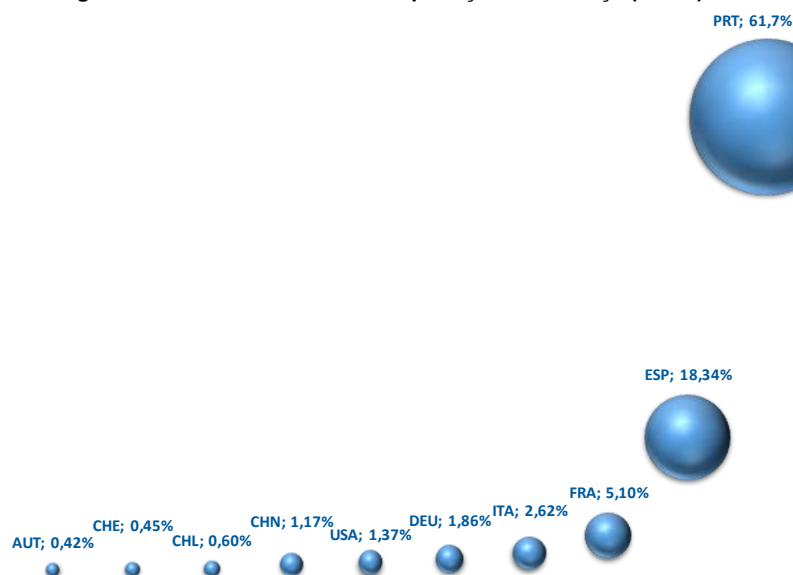
Portugal é o principal exportador de cortiça no Mundo, com uma quota de 61,7%. Seguem-se Espanha, França e Itália, com 18,3%, 5,1% e 2,6%, respetivamente. Entre 1995 e 2017, Portugal manteve a liderança nas quotas de exportações mundiais da Cortiça e suas Obras (NC 45), ainda que com ligeiro decréscimo na quota, de 2017 face a 2010 (-2,01 p.p.).

Figura 9 – Evolução das Principais Quotas Mundiais de Exportações de Produtos de Cortiça e suas Obras (NC 45)

Rank 2017	Países	Exportações (Milhões USD)			Quota nas Exportações Mundiais		
		2005	2010	2017	2005	2010	2017
1	Portugal	1033,54	1015,12	1112,99	59,19%	63,71%	61,70%
2	Espanha	315,98	246,45	330,84	18,10%	15,47%	18,34%
3	França	58,13	64,06	91,93	3,33%	4,02%	5,10%
4	Itália	54,24	55,59	47,23	3,11%	3,49%	2,62%
5	Alemanha	43,47	44,63	33,59	2,49%	2,80%	1,86%
6	EUA	51,12	37,81	24,70	2,93%	2,37%	1,37%
7	China	16,30	16,20	21,16	0,93%	1,02%	1,17%
8	Chile	2,59	8,37	10,81	0,15%	0,53%	0,60%
9	Suíça	19,79	33,28	8,17	1,13%	2,09%	0,45%
10	Áustria	15,54	11,48	7,59	0,89%	0,72%	0,42%
11	Países Baixos	8,26	12,64	6,59	0,47%	0,79%	0,37%
12	Reino Unido	6,11	6,43	6,28	0,35%	0,40%	0,35%
13	Tunísia	14,68	7,76	5,95	0,84%	0,49%	0,33%
14	Bélgica	7,38	19,12	5,74	0,42%	1,20%	0,32%
15	Polónia	3,22	4,03	5,27	0,18%	0,25%	0,29%
16	Argélia	11,58	3,11	4,65	0,66%	0,20%	0,26%
17	Canadá	6,95	4,24	3,28	0,40%	0,27%	0,18%
18	Japão	2,01	2,61	2,99	0,12%	0,16%	0,17%
19	Índia	0,95	2,04	2,58	0,05%	0,13%	0,14%
20	México	20,86	0,67	2,11	1,19%	0,04%	0,12%
21	Suécia	0,85	1,10	1,76	0,05%	0,07%	0,10%
22	Hungria	1,53	1,43	1,66	0,09%	0,09%	0,09%
23	Rep. Checa	0,89	1,47	1,46	0,05%	0,09%	0,08%
24	Ásia, outros	1,96	1,48	1,36	0,11%	0,09%	0,08%
25	Bulgária	1,86	0,43	1,33	0,11%	0,03%	0,07%
26	Austrália	5,58	2,37	1,14	0,32%	0,15%	0,06%
27	África do Sul	1,97	2,66	1,08	0,11%	0,17%	0,06%
28	Dinamarca	2,30	0,43	1,07	0,13%	0,03%	0,06%
29	Singapura	0,53	0,74	0,97	0,03%	0,05%	0,05%
30	Rússia	0,16	0,06	0,88	0,01%	0,00%	0,05%

Fonte: GEE, a partir de dados de base das estatísticas da UN Comtrade e do ITC

Figura 10 – Quotas Mundiais de Exportações de Cortiça (NC 45) em 2017

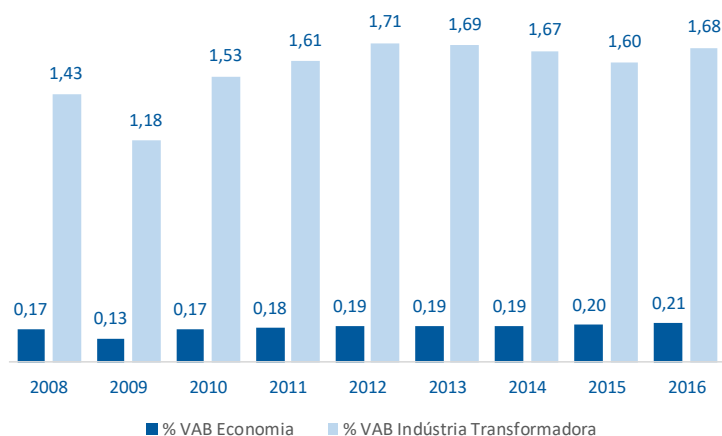


Fonte: GEE, a partir de dados de base das estatísticas da UN Comtrade e do ITC

4. Peso do Sector da Cortiça na Economia Portuguesa

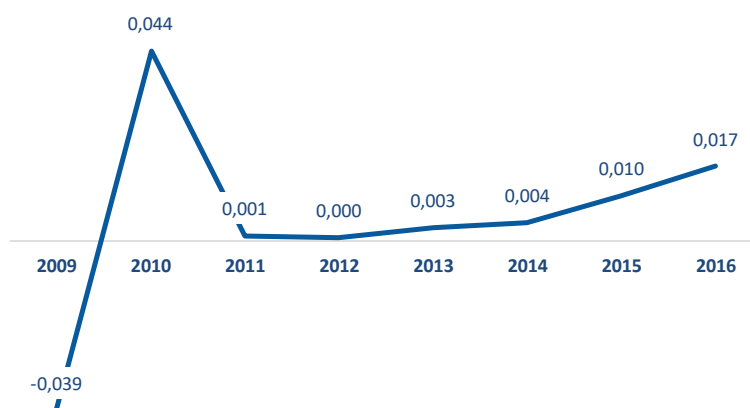
O VAB do setor da cortiça representa 1,68% do VAB da Indústria Transformadora, 0,21% do VAB de Portugal e 0,18% do PIB nacional (dados de 2016).

Desde 2008, que o peso do VAB do setor no VAB da economia tem tido um comportamento pouco oscilatório, ainda que ligeiramente crescente desde 2013. Já o peso no VAB do Total da Indústria Transformadora teve um comportamento mais variável entre 2008 e 2016, mas com crescimento de 0,08 p.p. no último ano em análise, face a 2015.

Figura 11 – Evolução do Peso do VAB do Setor da Cortiça, 2008 - 2016

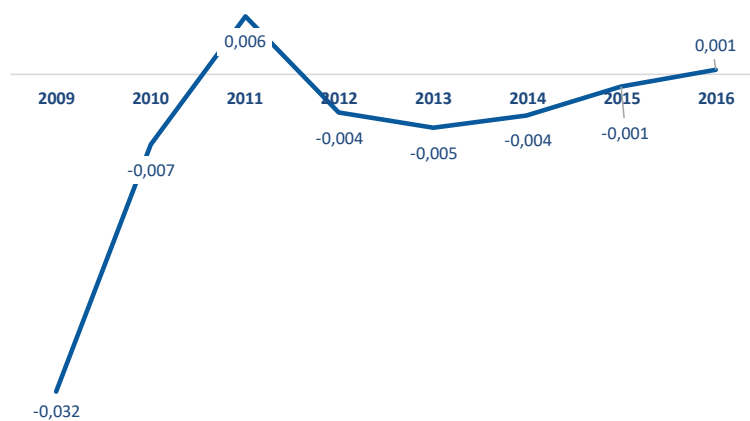
Fonte: GEE a partir de dados do SCIE e das Contas Nacionais (INE).

O contributo do VAB do setor da Cortiça no crescimento do PIB a preços de mercado, em 2009, foi de 0,04 p.p., em contraste com os 0,04 p.p. positivos, observados no ano seguinte. Desde 2012 que se regista um contributo crescente do setor na economia, avaliado pelo contributo do VAB no PIB.

Figura 12 – Evolução do Contributo do VAB do Setor da Cortiça no Crescimento do PIB¹ (p.p.), 2009 – 2016

Fonte: GEE a partir de dados do SCIE e das Contas Nacionais (INE).

Da análise do contributo do setor da cortiça no crescimento do Emprego em Portugal, (medido pela evolução do n.º de pessoal ao serviço no crescimento do n.º de indivíduos empregados na economia), verifica-se uma tendência muito similar à observada anteriormente, mas com valores negativos entre 2012 e 2015, tendo o setor registado um contributo positivo de 0,001 p.p. no crescimento do emprego nacional em 2016.

Figura 13 – Evolução do Contributo do Pessoal ao Serviço do Setor da Cortiça no Crescimento do Emprego² (p.p.), 2009 – 2016

Fonte: GEE a partir de dados do SCIE e das Contas Nacionais (INE).

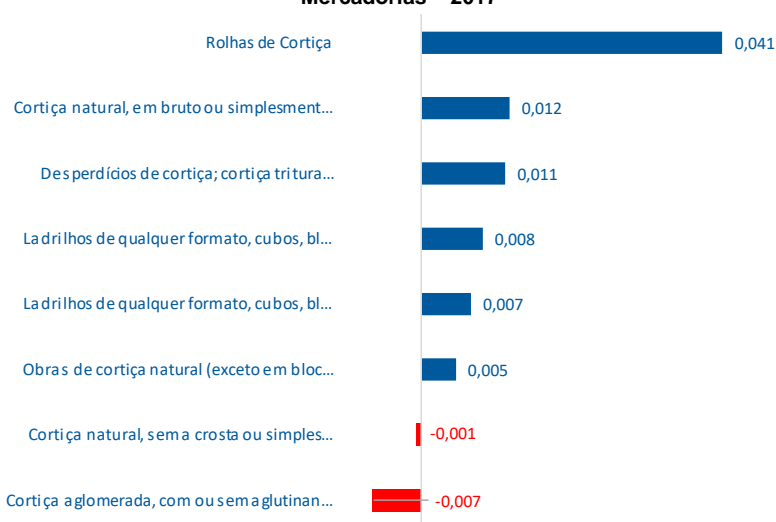
¹ PIB a preços de Mercado. Fonte: Contas Nacionais (INE).

² Medido por n.º de indivíduos. Fonte: Contas Nacionais (INE).

Em 2017, as exportações do setor da cortiça representam 1,8% do total de mercadorias exportadas na economia (-0,1 p.p., face a 2016), e 1,9% das exportações de mercadorias da Indústria Transformadora (-0,07 p.p., face a 2016). O setor assume um peso de 1,2% do total de Exportações de Bens e Serviços em Portugal.

O contributo do total de exportações do setor da cortiça no crescimento do total das exportações de mercadorias na economia foi de 0,11 p.p. em 2017 (+0,04 p.p. face ao contributo do ano anterior). Em 2017, o produto Rolhas de Cortiça¹ contribuiu 0,071 p.p. no crescimento do total de exportações de mercadorias em Portugal, destacando-se pela sua importância dos restantes produtos do setor.

Figura 14 – Contributo (p.p.) dos Produtos do Sector da Cortiça no Crescimento das Exportações Totais de Mercadorias – 2017



Fonte: GEE, a partir de dados de base das estatísticas de Comércio Internacional de Mercadorias do INE

5. Considerações Finais

O setor da cortiça tem vindo a beneficiar da crescente importância do setor do vinho a nível mundial, que incrementou a procura de rolhas de cortiça. No entanto, existem outros produtos à base de cortiça, igualmente usados na construção civil, no calçado, e noutros setores, que têm permitido que Portugal continue a ser o maior produtor, transformador e exportador de cortiça a nível mundial.

O VAB do setor da cortiça representa atualmente 0,21% do VAB nacional e 0,18% do PIB a preços correntes. Com cerca de 8.700 pessoas ao serviço, assume um peso de 0,19% no total do Emprego em Portugal e o valor das exportações do setor representam 1,8% do total de exportações de mercadorias e 1,2% do total de exportações de bens e serviços.

Pela análise efetuada é possível aferir que o contributo do setor da cortiça no crescimento da economia portuguesa é bastante positivo, quer pelo lado da produção, do emprego ou por via das exportações.

¹ O produto Rolhas de Cortiça agrega as NC 45041019, 45031010, 45031090, 45041011 e 45049020.

Comércio internacional da pesca, preparações, conservas e outros produtos do mar (janeiro a setembro de 2017 e 2018)

Walter Anatole Marques ¹

1. Nota introdutória

De acordo com a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de 10 de dezembro de 1982, os países costeiros têm direito a declarar uma zona económica exclusiva (ZEE) de espaço marítimo para além das suas águas territoriais, na qual têm prerrogativas na utilização dos recursos do leito do mar, fundos marinhos e seu subsolo, com responsabilidade na sua gestão ambiental. Portugal é detentor de uma das maiores Zonas Económicas Exclusivas (ZEE), a nível europeu e mundial, com mais de 1,7 milhões de Km², compreendendo três subáreas: Continente (287,5 mil Km²), Açores (930,7 mil Km²) e Madeira (442,2 mil Km²). Aguarda-se uma decisão das Nações Unidas sobre uma proposta de extensão da sua plataforma continental das 200 para as 350 milhas, apresentada em maio de 2009, que a ser aceite alargará a ZEE nacional para mais de 3 milhões de Km².

Apesar da enorme extensão já hoje disponível, a balança comercial da pesca, preparações, conservas e outros produtos do mar é deficitária, representando as importações um valor duplo do das exportações. No presente trabalho pretende-se analisar a evolução destas trocas comerciais com o exterior, a partir de dados de base divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística para os primeiros nove meses de 2017 (versão provisória) e 2018 (versão preliminar), com última atualização em 9 de novembro de 2018.

2. Peso do sector no comércio internacional global

De acordo com os dados disponíveis, as importações de produtos da pesca, preparações, conservas e outros produtos do mar, representaram 3,0% das importações globais no período de janeiro a setembro de 2018 (3,1% em 2017) e 1,8% das exportações (1,9% no mesmo período de 2017).



Fonte: A partir de dados de base do Instituto Nacional de Estatística, provisórios para 2017, preliminares para 2018, actualizados em 9-11-2018 - (<http://www.ine.pt>).

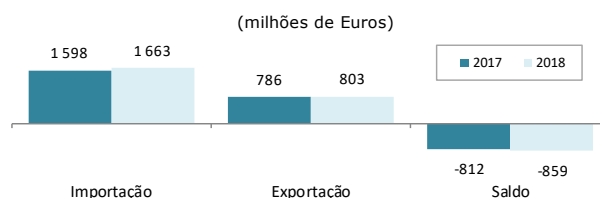
3. Balança Comercial

A balança comercial destes produtos do mar foi deficitária nos primeiros nove meses dos anos em análise, com défices de -812 milhões de Euros em 2017 e -859 milhões em 2018 e um grau de cobertura das importações pelas exportações inferior a 50%.

¹ Assessor Principal da Função Pública (AP). As opiniões aqui expressas não coincidem necessariamente com a posição do ME.

**Balança Comercial da pesca, preparações, conservas
e outros produtos do mar ^[1]
(Janeiro a Setembro de 2017 e 2018)**

	1000 Euros		TVH
	2017	2018	
Importação (Cif)	1 597 936	1 662 624	4,0
Peso no Total (%)	3,1	3,0	-
Exportação (Fob)	785 685	803 473	2,3
Peso no Total (%)	1,9	1,8	-
Saldo (Fob-Cif)	-812 251	-859 152	5,8
Cobertura (Fob/Cif) (%)	49,2	48,3	-



[1] Não inclui transações, em princípio pouco significativas, consideradas com carácter confidencial por parte de alguns operadores.

Fonte: A partir de dados de base do Instituto Nacional de Estatística, provisórios para 2017, preliminares para 2018, actualizados em 9-11-2018 - (<http://www.ine.pt>).

Entre os agregados de produtos considerados destacam-se, nas duas vertentes comerciais, o “Peixe”, os “Crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos” e as “Conservas de peixe, crustáceos e moluscos”, que representaram no seu conjunto, nos dois anos, cerca de 98% das importações e das exportações totais de produtos do mar.

**Peso relativo das principais componentes (%)
(Janeiro a Setembro de 2017 e 2018)**

	Importação		Exportação	
	2017	2018	2017	2018
Peixe	62,5	62,1	47,8	44,6
Crustáceos, moluscos, outr. invert. aquáticos	25,9	26,8	28,2	30,8
Conservas de peixe, crust. e moluscos	10,0	9,1	22,2	22,3
Peso no Total >>>	98,3	98,0	98,2	97,7

Fonte: A partir de dados de base do Instituto Nacional de Estatística, provisórios para 2017, preliminares para 2018, actualizados em 10-11-2018 - (<http://www.ine.pt>).

O único agregado, entre os sete considerados, em que a Balança Comercial foi favorável a Portugal foi o de “Conservas de peixe, crustáceos e moluscos”.

**Balança comercial das componentes
dos produtos da pesca, preparações, conservas
e outros produtos do mar
(Janeiro a Setembro de 2017 e 2018)
(milhões de Euros)**

Componentes	Janeiro a Setembro		TVH
	2017	2018	
Peixe			
Importação (Cif)	998 065	1 033 045	3,5
Exportação (Fob)	375 520	358 550	-4,5
Saldo (Fob-Cif)	-622 546	-674 495	8,3
Cobertura (Fob/Cif) (%)	37,6	34,7	-
Crustáceos, moluscos e outros invert. aquáticos			
Importação (Cif)	413 510	444 862	7,6
Exportação (Fob)	221 671	247 074	11,5
Saldo (Fob-Cif)	-191 839	-197 788	3,1
Cobertura (Fob/Cif) (%)	53,6	55,5	-
Conservas de peixe, crustáceos e moluscos			
Importação (Cif)	159 027	151 949	-4,5
Exportação (Fob)	174 419	179 097	2,7
Saldo (Fob-Cif)	15 392	27 148	76,4
Cobertura (Fob/Cif) (%)	109,7	117,9	-
Gorduras e óleos de peixe e mamíferos marinhos			
Importação (Cif)	3 707	2 211	-40,4
Exportação (Fob)	428	828	93,5
Saldo (Fob-Cif)	-3 279	-1 383	-57,8
Cobertura (Fob/Cif) (%)	11,5	37,4	-
Prod. da pesca impróprios p/ alimentação humana			
Importação (Cif)	7 153	10 542	47,4
Exportação (Fob)	4 867	8 033	65,1
Saldo (Fob-Cif)	-2 286	-2 509	9,7
Cobertura (Fob/Cif) (%)	68,0	76,2	-
Sal, águas-mãe de salinas e algas			
Importação (Cif)	16 113	19 559	21,4
Exportação (Fob)	8 749	9 878	12,9
Saldo (Fob-Cif)	-7 364	-9 681	31,5
Cobertura (Fob/Cif) (%)	54,3	50,5	-
Extractos e sucos [1]			
Importação (Cif)	360	457	26,9
Exportação (Fob)	32	13	-59,5
Saldo (Fob-Cif)	-328	-444	35,3
Cobertura (Fob/Cif) (%)	8,9	2,8	-

[1] De peixe, crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos,

Fonte: A partir de dados de base do INE, provisórios para 2017, preliminares para 2018, actualizados em 9-11-2018 (<http://www.ine.pt>).

Em Anexo apresentam-se quadros e gráficos com a balança comercial destas componentes desagregadas por produtos da NC e quantidades transacionadas.

4.Importações

As importações do conjunto destes produtos cresceram +4,0% nos primeiros nove meses de 2018, face ao mesmo período do ano anterior (+64,7 milhões de Euros), tendo os maiores aumentos incidido nas importações de “Peixe” (62,1% do total e +35,0 milhões de Euros) e de “Crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos” (26,8% no total e um acréscimo de +31,4 milhões de Euros).

**Importação de produtos da pesca, preparações, conservas
e outros produtos do mar ^[1], desagregados por NC
(Janeiro a Setembro de 2017 e 2018)**

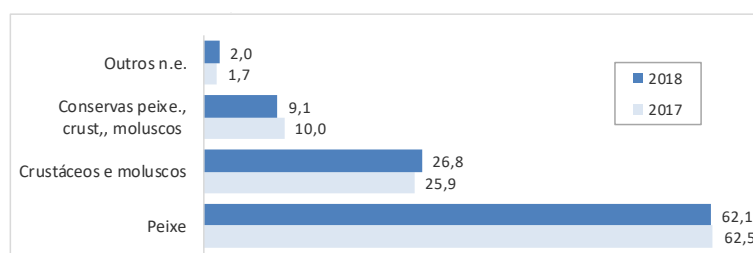
NC	Produtos do mar	1000 Euros			TVH	Estrutura (%)	
		2017 [1]	2018 [2]	Δ [2]-[1]		2017	2018
	TOTAL	1 597 936	1 662 624	64 688	4,0 ↗	100,0	100,0
	Peixe	998 065	1 033 045	34 979	3,5 ↗	62,5	62,1
0301	Peixes vivos	6 611	7 157	546	8,3 ↗	0,4	0,4
0302	Peixe fresco ou refrigerado excluindo filetes	259 730	263 004	3 275	1,3 ↗	16,3	15,8
0303	Peixe congelado excluindo filetes e conservas	367 888	374 136	6 249	1,7 ↗	23,0	22,5
0304	Filetes e outra carne de peixe	94 020	106 690	12 670	13,5 ↗	5,9	6,4
0305	Peixe seco, salgado, em salmoura ou fumado	269 817	282 057	12 241	4,5 ↗	16,9	17,0
	Crustáceos, moluscos e outros invert. aquát.	413 510	444 862	31 352	7,6 ↗	25,9	26,8
0306	Crustáceos em qq estado, excl. conservas	173 970	176 415	2 445	1,4 ↗	10,9	10,6
0307	Moluscos em qq estado, excl. conservas	238 775	267 942	29 167	12,2 ↗	14,9	16,1
0308	Invert. aquát. qq estado excl. crustác. e molusc.	765	505	-261	-34,1 ↘	0,05	0,03
	Conservas de peixe, crustáceos e moluscos	159 027	151 949	-7 078	-4,5 ↘	10,0	9,1
1604	De peixe; caviar e sucedâneos a partir de ovas	124 638	122 544	-2 094	-1,7 ↘	7,8	7,4
1605	De crustáceos, moluscos e outros invert. aquát.	34 389	29 405	-4 984	-14,5 ↘	2,2	1,8
1504	Gorduras e óleos de peixe e mamíf. aquát.	3 707	2 211	-1 496	-40,4 ↘	0,2	0,1
	Prod. da pesca impróprios p/aliment. humana	7 153	10 542	3 389	47,4 ↗	0,4	0,6
[2]	Farinhas, pós e "pellets"	2 587	4 566	1 979	76,5 ↗	0,2	0,3
[3]	Produtos denominados "solúveis"	4 566	5 976	1 410	30,9 ↗	0,3	0,4
[4]	Sal, águas-mãe de salinas e algas	16 113	19 559	3 445	21,4 ↗	1,0	1,2
1603	Extractos e sucos de carnes [5]	360	457	97	26,9 ↗	0,0	0,0

[1] Não inclui transações, em princípio pouco significativas, consideradas com carácter confidencial.

[2] NC 23012000 [3] NC 23099010 [4] NC 121221+121229+250100.

[5] De peixe, crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos.

Peso dos agregados de produtos no total destas importações (%)



Fonte: A partir de dados de base do INE, provisórios para 2017, preliminares para 2018, actualizados em 9-11-2018 (<http://www.ine.pt>).

Nestas importações assumem particular relevância as de bacalhau, nos seus diversos estados, que serão adiante objeto de uma análise mais pormenorizada.

4.1. Mercados de origem

Em termos globais, no período de janeiro a setembro de 2018 os principais fornecedores destes produtos foram a Espanha (36,6%), a Suécia (11,0%), os Países Baixos (8,7%), a China (4,6%), a Rússia (4,0%), a Dinamarca (2,9%), a Índia (2,5%), a Grécia (2,3%) e o Vietname (2,0%), conjunto de países fornecedores de cerca de 75% do total importado por Portugal neste período.

**Mercados de origem dos produtos da pesca,
preparações, conservas e outros produtos do mar
(Janeiro a Setembro de 2017 e 2018)**

Mercados de origem	Estrutura (%)		TVH
	2017	2018	
Mundo	100,0	100,0	4,5 ↗
Intra-UE (28)	70,7	67,5	-0,1 ↘
Extra-UE (28)	29,3	32,5	15,5 ↗
ES: Espanha	38,2	36,6	0,1 ↗
SE: Suécia	11,0	11,0	3,9 ↗
NL: Países Baixos	10,4	8,7	-12,2 ↘
CN: China	4,5	4,6	6,5 ↗
RU: Rússia	2,3	4,0	80,4 ↗
DK: Dinamarca	2,6	2,9	18,5 ↗
IN: Índia	2,3	2,5	10,9 ↗
GR: Grécia	2,4	2,3	1,3 ↗
VN: Vietname	1,7	2,0	23,9 ↗
DE: Alemanha	2,0	1,9	-3,9 ↘
FR: França	1,7	1,8	9,8 ↗
ZA: África do Sul	1,6	1,7	10,1 ↗
MA: Marrocos	1,2	1,4	27,4 ↗
NA: Namíbia	1,3	1,2	-2,4 ↘
MZ: Mocambique	1,5	1,1	-21,6 ↘
GB: Reino Unido	0,9	1,1	34,9 ↗
US: EUA	0,6	1,0	68,0 ↗
EC: Equador	1,0	0,9	0,0 ↘
MR: Mauritânia	1,0	0,9	-6,5 ↘
CL: Chile	0,7	0,9	21,2 ↗
IS: Islândia	0,4	0,9	112,1 ↗
SN: Senegal	0,9	0,8	-10,0 ↘
TR: Turquia	0,8	0,7	-7,9 ↘
IT: Itália	0,7	0,7	-7,8 ↘
% do Mundo:	91,8	91,5	-

*Fonte: A partir de dados de base do INE, provisórios para 2017 e
preliminares para 2018, atualizados em 9-11-2018 -
(<http://www.ine.pt>)*

5. Exportações

As Exportações cresceram +2,3% em termos homólogos (+17,8 milhões de Euros). Este aumento centrou-se em “*Crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos*”, 30,8% no total e um acréscimo de +25,4 milhões de Euros.

Os fornecimentos de “*Conservas de peixe, crustáceos e moluscos*” (22,3% do Total), registaram um aumento de 4,7 milhões de Euros. Por sua vez, as exportações de “*Peixe*” (44,6% do Total) acusaram uma quebra (-4,5%, -17,0 milhões de Euros), com principal incidência no ‘peixe fresco ou refrigerado’ e nos ‘filetes e outra carne de peixe’.

**Exportação de produtos da pesca, preparações, conservas
e outros produtos do mar ^[1], desagregados por NC
(Janeiro a Setembro de 2017 e 2018)**

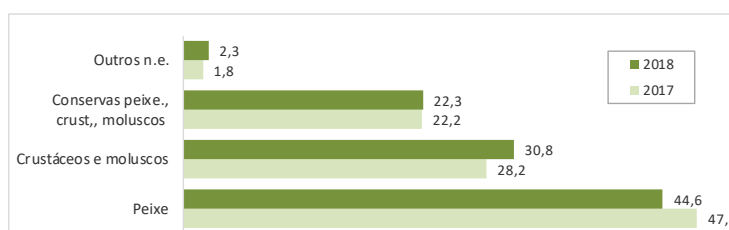
NC	Produtos do mar	1000 Euros			TVH	Estrutura (%)	
		2017 [1]	2018 [2]	Δ [2]-[1]		2017	2018
	TOTAL	785 685	803 473	17 788	2,3 ↗	100,0	100,0
	Peixe	375 520	358 550	-16 970	-4,5 ↘	47,8	44,6
0301	Peixes vivos	3 533	3 389	-144	-4,1	0,4	0,4
0302	Peixe fresco ou refrigerado excluindo filetes	111 337	95 026	-16 311	-14,7	14,2	11,8
0303	Peixe congelado excluindo filetes e conservas	153 880	165 181	11 301	7,3	19,6	20,6
0304	Filetes e outra carne de peixe	68 472	55 682	-12 790	-18,7	8,7	6,9
0305	Peixe seco, salgado, em salmoura ou fumado	38 298	39 272	973	2,5	4,9	4,9
	Crustáceos, moluscos e outros invert. aquát.	221 671	247 074	25 403	11,5 ↗	28,2	30,8
0306	Crustáceos em qq estado, excl. conservas	64 705	66 735	2 030	3,1	8,2	8,3
0307	Moluscos em qq estado, excl. conservas	154 285	177 140	22 855	14,8	19,6	22,0
0308	Invert. aquát. qq estado excl. crustác. e molusc.	2 682	3 199	517	19,3	0,3	0,4
	Conservas de peixe, crustáceos e moluscos	174 419	179 097	4 678	2,7 ↗	22,2	22,3
1604	De peixe; caviar e sucedâneos a partir de ovas	165 036	169 222	4 186	2,5	21,0	21,1
1605	De crustáceos, moluscos e outros invert. aquát.	9 383	9 876	492	5,2	1,2	1,2
1504	Gorduras e óleos de peixe e mamíf. aquát.	428	828	400	93,5 ↗	0,1	0,1
	Prod. da pesca impróprios p/aliment. humana	4 867	8 033	3 167	65,1 ↗	0,6	1,0
[2]	Farinhas, pós e "pellets"	3 931	7 880	3 949	100,5	0,5	1,0
[3]	Produtos denominados "solúveis"	936	153	-783	-83,6	0,1	0,0
[4]	Sal, águas-mãe de salinas e algas	8 749	9 878	1 129	12,9 ↗	1,1	1,2
1603	Extractos e sucos de carnes [5]	32	13	-19	-59,5 ↘	0,0	0,0

[1] Não inclui transacções, em princípio pouco significativas, consideradas com carácter confidencial.

[2] NC 23012000 [3] NC 23099010 [4] NC 121221+121229+250100.

[5] De peixe, crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos.

Peso dos agregados de produtos no total destas exportações (%)



Fonte: A partir de dados de base do INE, provisórios para 2017, preliminares para 2018, actualizados em 9-11-2018 (<http://www.ine.pt>).

5.1. Mercados de destino

Também do lado das exportações é a Espanha o principal mercado de destino, com mais de metade do total em 2018 (51,7%). Seguiram-se a Itália (13,6%), a França (9,4%) e o Brasil (6,6%), representando estes quatro países mais de 80% das exportações efetuadas no período em análise.

**Mercados de destino dos produtos da pesca,
preparações, conservas e outros produtos do mar
(Janeiro a Setembro de 2017 e 2018)**

Mercados de destino	Estrutura (%)		TVH
	2017	2018	
Mundo	100,0	100,0	1,9 ↗
Intra-UE (28)	81,3	82,1	2,9 ↗
Extra-UE (28)	18,7	17,9	-2,5 ↘
ES: Espanha	50,8	51,7	3,7 ↗
IT: Itália	12,9	13,6	7,1 ↗
FR: França	9,6	9,4	0,3 ↗
BR: Brasil	7,1	6,6	-4,9 ↘
US: EUA	3,0	3,1	4,4 ↗
GB: Reino Unido	3,8	2,2	-40,1 ↘
AO: Angola	2,0	2,0	-1,0 ↘
DE: Alemanha	0,9	1,3	43,9 ↗
CH: Suíça	1,4	1,3	-3,7 ↘
CA: Canadá	0,9	0,8	-16,4 ↘
CN: China	0,8	0,7	-3,5 ↘
BE: Bélgica	0,7	0,7	-2,9 ↘
LU: Luxemburgo	0,5	0,5	0,1 ↗
NL: Países Baixos	0,5	0,5	5,6 ↗
% do Mundo:	94,8	94,3	-

Fonte: A partir de dados de base do INE, provisórios para 2017 e preliminares para 2018, actualizados em 9-11-2018 - (<http://www.ine.pt>)

6. Importação e exportação de sardinha

São conhecidas as limitações impostas ultimamente à pesca da sardinha em zonas em que habitualmente operam os pescadores portugueses e espanhóis, face à acentuada redução do “stock” de sardinha verificada ao longo da última década, havendo mesmo um parecer científico do Conselho Internacional para a Exploração do Mar (ICES) que aconselha a sua proibição em 2019.

No primeiros nove meses de 2018 assistiu-se a uma quebra na importação de sardinha fresca, refrigerada ou congelada de -28,0% em quantidade, em termos homólogos, e a uma redução na exportação de -36,5%, sendo o grau de cobertura do valor das importações pelas exportações de 64,4% em 2017 e de 77,3% em 2018.

As principais exportações portuguesas de sardinha incidem nas tradicionais conservas (com um elevadíssimo grau de cobertura das importações pelas exportações), que registaram uma descida em quantidade de -21,4%.

Importação e exportação de sardinha fresca, refrigerada ou congelada^[1] (Janeiro a Setembro de 2017 e 2018)

NC		1000 Euros		Tons		Euros/Kg	
		2017	2018	2017	2018	2017	2018
TOTAL	Importação (Cif)	22 031	16 134	16 112	11 594	1,4	1,4
	TVH	-	-26,8	-	-28,0	-	-
	Exportação (Fob)	14 190	12 473	10 076	6 395	1,4	2,0
	TVH	-	-12,1	-	-36,5	-	-
	Saldo (Fob-Cif)	-7 841	-3 660	-	-	-	-
	Cobertrura (Fob/Cif)	64,4	77,3	-	-	-	-
3024310/30	- Fresca ou refrigerada						
	Importação (Cif)	8 027	6 412	4 180	2 915	1,9	2,2
	Exportação (Fob)	7 943	3 794	3 828	1 654	2,1	2,3
	Saldo (Fob-Cif)	-83	-2 618	-	-	-	-
	Cobertrura (Fob/Cif)	99,0	59,2	-	-	-	-
3035310/30	- Congelada						
	Importação (Cif)	14 004	9 722	11 933	8 680	1,2	1,1
	Exportação (Fob)	6 247	8 680	6 247	4 741	1,0	1,8
	Saldo (Fob-Cif)	-7 757	-1 042	-	-	-	-
	Cobertrura (Fob/Cif)	44,6	89,3	-	-	-	-

[1] Espécies "philchardus", "sardinops" e "sardinela spp"

Importação e exportação de Conservas de Sardinha (Janeiro a Setembro de 2017 e 2018)

NC		1000 Euros		Tons		Euros/Kg	
		2017	2018	2017	2018	2017	2018
TOTAL	Importação (Cif)	4 605	3 031	1 515	920	3,0	3,3
	TVH	-	-34,2	-	-39,3	-	-
	Exportação (Fob)	41 034	34 407	7 628	5 994	5,4	5,7
	TVH	-	-16,1	-	-21,4	-	-
	Saldo (Fob-Cif)	36 428	31 377	-	-	-	-
	Cobertrura (Fob/Cif)	891,0	1 135,3	-	-	-	-
16041311	- Inteira/pedaços, em azeite						
	Importação (Cif)	1 111	905	268	169	4,2	5,4
	Exportação (Fob)	20 869	19 659	3 393	2 990	6,2	6,6
	Saldo (Fob-Cif)	19 758	18 754	-	-	-	-
	Cobertrura (Fob/Cif)	1 877,8	2 171,9	-	-	-	-
16041319	- Inteira/pedaços, excl. em azeite						
	Importação (Cif)	3 494	2 126	1 247	751	2,8	2,8
	Exportação (Fob)	20 164	14 748	4 235	3 004	4,8	4,9
	Saldo (Fob-Cif)	16 670	12 623	-	-	-	-
	Cobertrura (Fob/Cif)	577,1	693,8	-	-	-	-

Fonte: A partir de dados de base do Instituto Nacional de Estatística - provisórios para 2017 e preliminares para 2018; com última actualização em 9-11-2018 (<http://www.ine.pt>).

No período de janeiro a setembro de 2018 o principal mercado de origem das importações de sardinha fresca, refrigerada ou congelada foi a Espanha (70,9%), seguida de Marrocos (20,3%), do Reino Unido (3,2%), da Croácia (2,7%), dos Países Baixos (1,7%) e da França (1,1%).

**Mercados de origem das importações de sardinha
fresca, refrigerada ou congelada
(Janeiro a Setembro de 2017 e 2018)**

Origem	1000 Euros		TVH	Estrutura (%)	
	2017	2018		2017	2018
Total	22 031	16 134	-26,8	100,0	100,0
Espanha	15 121	11 435	-24,4	68,6	70,9
Marrocos	3 245	3 271	0,8	14,7	20,3
Reino Unido	244	517	112,3	1,1	3,2
Croácia	458	429	-6,5	2,1	2,7
Países Baixos	1 229	276	-77,5	5,6	1,7
França	1 693	171	-89,9	7,7	1,1
Peso no Total >>>				99,8	99,8

Fonte: A partir de dados de base do Instituto Nacional de Estatística - provisórios para 2017 e preliminares para 2018; com última actualização em 9-11-2018 (<http://www.ine.pt>).

Os principais fornecedores de conservas de sardinha foram Marrocos (43,2% em 2018 e 64,9% em 2017) e a Espanha (respetivamente 42,3% e 34,2%). Por sua vez, o principal mercado de destino das exportações foi a França (36,2%), seguida do Reino Unido (10,3%), da Áustria (8,5%), dos EUA (6,8%), da Bélgica (6,1%), da Espanha (5,7%) e da Alemanha (5,4%).

**Mercados de destino das exportações de
conservas de sardinha
(Janeiro a Setembro de 2017 e 2018)**

Destino	1000 Euros		TVH	Estrutura (%)	
	2017	2018		2017	2018
Total	41 034	34 407	-16,1	100,0	100,0
França	16 532	12 469	-24,6	40,3	36,2
Reino Unido	5 255	3 560	-32,2	12,8	10,3
Áustria	2 086	2 926	40,3	5,1	8,5
EUA	1 831	2 344	28,0	4,5	6,8
Bélgica	2 203	2 093	-5,0	5,4	6,1
Espanha	3 818	1 945	-49,1	9,3	5,7
Alemanha	756	1 842	143,6	1,8	5,4
Itália	556	938	68,7	1,4	2,7
Países Baixos	1 107	919	-17,1	2,7	2,7
Angola	1 458	808	-44,6	3,6	2,3
Suíça	1 264	744	-41,2	3,1	2,2
Macau	757	613	-19,0	1,8	1,8
Canadá	577	610	5,8	1,4	1,8
Hong-Kong	677	528	-22,0	1,6	1,5
Israel	412	354	-14,0	1,0	1,0
África do Sul	509	321	-36,9	1,2	0,9
Peso no Total >>>				97,0	95,9

Fonte: A partir de dados de base do Instituto Nacional de Estatística - provisórios para 2017 e preliminares para 2018; com última actualização em 9-11-2018 (<http://www.ine.pt>).

7.Importação e exportação de bacalhau

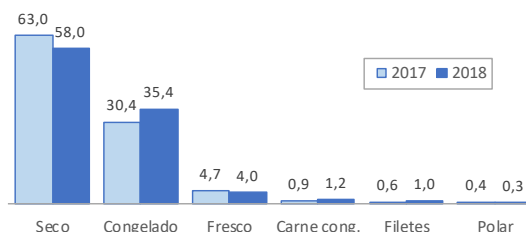
Cerca de 1/4 das importações do conjunto dos produtos da pesca, preparações, conservas e outros produtos do mar reportam-se a bacalhau, nos seus variados estados.

Entre os vários tipos de bacalhau importados destaca-se o 'Seco, salgado, em salmoura ou fumado', seguido do 'Congelado (excluindo filetes)'.

**Importação de Bacalhau
(Janeiro a Setembro de 2017 e 2018)**

Tipos de bacalhau	1000 Euros		Tons	
	2017	2018	2017	2018
TOTAL	395 351	419 031	88 617	85 044
Fresco ou refrigerado excepto filetes	14 098	14 087	3 810	2 769
Congelado (excl. filetes)	132 196	148 374	40 113	39 439
Filetes em qualquer estado	3 189	5 238	918	1 302
Seco, salgado, salmoura ou fumado	239 788	244 239	41 323	39 033
Carne de bacalhau cong. (excl. filetes)	4 491	5 591	2 123	2 178
Bacalhau-Polar em qualquer estado	1 588	1 503	330	322

Peso relativo dos tipos de bacalhau (%)



Fonte: A partir de dados de base do INE, provisórios para 2017 e preliminares para 2018, actualizados em 9-11-2018 - (<http://www.ine.pt>).

A principal origem da importação de bacalhau no período em análise foi a Suécia (37,5% do Total em 2018 e 37,7% em 2017), seguida dos Países Baixos (23,1% e 30,0%, respetivamente) e da Rússia (15,8% e 9,3%).

Sabe-se que a maior parte do bacalhau consumido em Portugal tem a sua origem na Noruega, país extra-comunitário limítrofe da Suécia, mas os dados estatísticos disponíveis apontam para um fornecimento de apenas 115 toneladas nos primeiros 9 meses de 2018 (fornecimento nulo em 2017), contra mais de 25 000 toneladas provenientes da Suécia em cada um dos anos.

Tudo indica que a prevalência da Suécia entre os principais fornecedores de Portugal contabilizados pelo INE reside no facto de ser este um país de "introdução em livre prática" na União Europeia do bacalhau norueguês destinado a Portugal, após cumpridas as formalidades aduaneiras.

**Países de origem das importações de bacalhau
(Janeiro a Setembro de 2017 e 2018)**

Origem	1000 Euros		TVH	Estrutura (%)	
	2017	2018		2017	2018
Mundo	395 351	419 031	6,0	100,0	100,0
Suécia	148 869	157 116	5,5	37,7	37,5
Países Baixos	118 446	96 780	-18,3	30,0	23,1
Rússia	36 711	66 237	80,4	9,3	15,8
Dinamarca	19 889	26 135	31,4	5,0	6,2
Espanha	27 117	24 861	-8,3	6,9	5,9
Alemanha	19 159	16 733	-12,7	4,8	4,0
China	12 768	9 852	-22,8	3,2	2,4
EUA	5 518	9 477	71,7	1,4	2,3
Reino Unido	2 165	5 245	142,3	0,5	1,3
Islândia	493	3 266	562,6	0,1	0,8
Lituânia	449	1 011	125,3	0,1	0,2

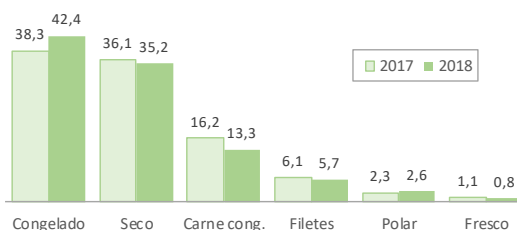
Peso no Total >>> | 99,0 | 99,4 |

Fonte: A partir de dados de base do INE, provisórios para 2017 e preliminares para 2018, actualizados em 9-11-2018 - (<http://www.ine.pt>).

Exportação de Bacalhau
(Janeiro a Setembro de 2017 e 2018)

Tipos de bacalhau	1000 Euros		Tons	
	2017	2018	2017	2018
TOTAL	85 542	84 841	14 131	14 124
Fresco ou refrigerado excepto filetes	1 023	541	165	81
Congelado (excl. filetes)	33 785	35 228	5 648	6 095
Filetes em qualquer estado	5 488	6 670	958	1 383
Seco, salgado, salmoura ou fumado	29 805	29 471	4 966	4 787
Carne de bacalhau cong. (excl. filetes)	13 263	10 743	1 832	1 284
Bacalhau-Polar em qualquer estado	2 178	2 188	562	493

Peso relativo dos tipos de bacalhau (%)



Fonte: A partir de dados de base do INE, provisórios para 2017 e preliminares para 2018, actualizados em 9-11-2018 - (<http://www.ine.pt>).

No período de janeiro a setembro de 2017 e 2018 Portugal exportou, em cada um dos anos, 14,1 mil toneladas de bacalhau, principalmente 'Congelado (excluindo filetes)' e 'Seco, salgado, em salmoura ou fumado', tendo sido os principais destinatários o Brasil, a Espanha e a França.

Países de destino das exportações de bacalhau
(Janeiro a Setembro de 2017 e 2018)

Origem	1000 Euros		TVH	Estrutura (%)	
	2017	2018		2017	2018
Mundo	85 542	84 841	-0,8	100,0	100,0
Brasil	42 322	37 446	-11,5	49,5	44,1
Espanha	11 419	13 937	22,1	13,3	16,4
França	10 508	11 893	13,2	12,3	14,0
Angola	4 188	3 808	-9,1	4,9	4,5
Itália	3 931	3 445	-12,4	4,6	4,1
China	2 686	2 987	11,2	3,1	3,5
Suíça	2 347	2 545	8,4	2,7	3,0
Luxemburgo	1 246	1 202	-3,5	1,5	1,4
Bélgica	1 231	1 198	-2,7	1,4	1,4
Reino Unido	929	1 052	13,3	1,1	1,2
EUA	1 374	1 023	-25,6	1,6	1,2
Alemanha	1 060	1 003	-5,4	1,2	1,2
Peso no Total >>>				97,3	96,1

Fonte: A partir de dados de base do INE, provisórios para 2017 e preliminares para 2018, actualizados em 9-11-2018 - (<http://www.ine.pt>).

8. Taxas de variação homóloga em valor, volume e preço das importações e exportações dos produtos do mar

Os índices de preço, do tipo *Paasche*, utilizados depois como deflatores dos índices de valor para o cálculo dos correspondentes índices de volume, foram calculados a partir de dados de base divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) para o período de janeiro a setembro de 2018, em primeira versão preliminar, sendo ainda provisória a versão dos correspondentes dados utilizados para 2017.

Para o cálculo dos índices de preço, as posições pautais a oito dígitos da Nomenclatura Combinada (NC-8), relativas às importações e exportações destes produtos, foram agregadas em sete agrupamentos.

Os índices de preço de cada agrupamento foram obtidos a partir de uma primeira amostra automática construída com base nos produtos a 8 dígitos da NC com movimento nos dois anos, dentro de um intervalo definido por métodos estatísticos.

Seguiu-se uma análise crítica, que incluiu a desagregação por mercados de origem e de destino de posições pautais com peso relativo relevante que se encontravam fora do intervalo, incluindo-se na amostra aquelas que apresentavam um comportamento coerente na proximidade do intervalo encontrado.

De acordo com os cálculos efetuados, entre os dois anos as importações cresceram em preço +2,7% e as exportações +4,5%, com as importações a aumentarem em volume +1,3% e as exportações a decrescerem -2,1%.

Nos quadros seguintes pode observar-se a evolução das importações e das exportações dos produtos do mar em valor, volume e preço, nos sete agregados de produtos considerados.

Taxas de variação homóloga em valor, volume e preço dos produtos da pesca, preparações, conservas e outros produtos do mar^[1]
(Janeiro a Setembro de 2017 e 2018)

Importação

Tipo de produtos	1000 Euros		Taxas de variação			Estrutura (%)	
	2017	2018	Valor	Vol.	Preço	2017	2018
Total	1 597 576	1 662 167	4,0	1,3	2,7	100,0	100,0
P1- Peixe fresco, refrig. ou congelado	728 249	750 987	3,1	1,2	1,9	45,6	45,2
P2- Peixe seco/salg./ salmoura/ fumado	269 817	282 057	4,5	-2,2	6,9	16,9	17,0
P3- Crustáceos (excl. conservas)	173 970	176 415	1,4	9,9	-7,7	10,9	10,6
P4- Moluscos (excl. conservas)	238 775	267 942	12,2	1,1	11,0	14,9	16,1
P5- Conservas de peixe	124 638	122 544	-1,7	-4,5	3,0	7,8	7,4
P6- Conservas de crustáceos e moluscos	34 389	29 405	-14,5	-7,2	-7,9	2,2	1,8
P7- Outros n.e.	27 738	32 816	18,3	23,8	-4,4	1,7	2,0

Exportação

Tipo de produtos	1000 Euros		Taxas de variação			Estrutura (%)	
	2017	2018	Valor	Vol.	Preço	2017	2018
Total	785 653	803 460	2,3	-2,1	4,5	100,0	100,0
P1- Peixe fresco, refrig. ou congelado	337 221	319 278	-5,3	-7,1	1,9	42,9	39,7
P2- Peixe seco/salg./ salmoura/ fumado	38 298	39 272	2,5	3,4	-0,9	4,9	4,9
P3- Crustáceos (excl. conservas)	64 705	66 735	3,1	7,1	-3,7	8,2	8,3
P4- Moluscos (excl. conservas)	154 285	177 140	14,8	-0,1	14,9	19,6	22,0
P5- Conservas de peixe	165 036	169 222	2,5	-3,2	5,9	21,0	21,1
P6- Conservas de crustáceos e moluscos	9 383	9 876	5,2	11,6	-5,7	1,2	1,2
P7- Outros n.e.	16 725	21 937	31,2	34,4	-2,4	2,1	2,7

[1] Não inclui transacções, em princípio pouco significativas, consideradas com carácter confidencial.
Fonte: A partir de dados de base do INE, provisórios para 2017 e preliminares para 2018, actualizados em 9-11-2018 (<http://www.ine.pt>).

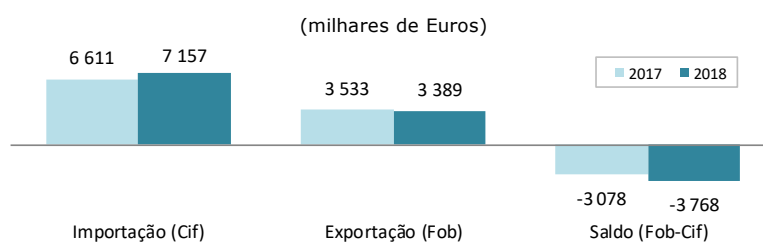
ANEXOS

Quadros e gráficos com a balança comercial das componentes desagregadas por produtos NC e quantidades transacionadas

Anexo 1 - Peixes vivos (incluindo ornamentais) Balança Comercial

(Janeiro a Setembro de 2017 e 2018)

NC 0301	1000 Euros		TVH	Toneladas	
	2017	2018		2017	2018
Importação (Cif)	6 611	7 157	8,3	416	423
Exportação (Fob)	3 533	3 389	-4,1	319	297
Saldo (Fob-Cif)	-3 078	-3 768	22,4	-97	-126
Cobertura (Fob/Cif) [%]	53,4	47,4	-	-	-

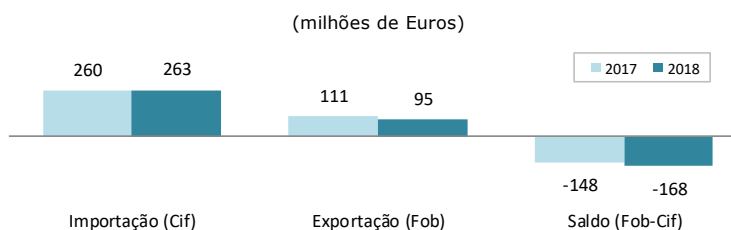


Fonte: A partir de dados de base do Instituto Nacional de Estatística (<http://www.ine.pt>).

Anexo 2 - Peixe fresco ou refrigerado, excepto filetes e outra carne de peixe Balança Comercial

(Janeiro a Setembro de 2017 e 2018)

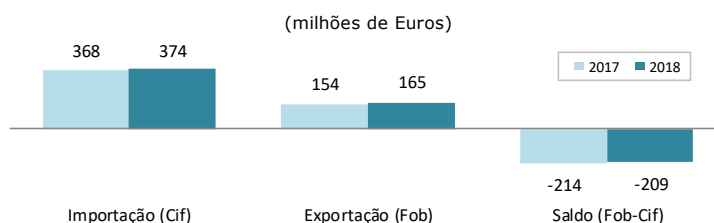
NC 0302	1000 Euros		TVH	Toneladas	
	2017	2018		2017	2018
Importação (Cif)	259 730	263 004	1,3	57 016	58 718
Exportação (Fob)	111 337	95 026	-14,7	36 589	31 640
Saldo (Fob-Cif)	-148 393	-167 978	13,2	-20 427	-27 078
Cobertura (Fob/Cif) [%]	42,9	36,1	-	-	-



Fonte: A partir de dados de base do Instituto Nacional de Estatística (<http://www.ine.pt>).

**Anexo 3 - Peixe congelado excepto filetes
e outra carne de peixe
Balança Comercial
(Janeiro a Setembro de 2017 e 2018)**

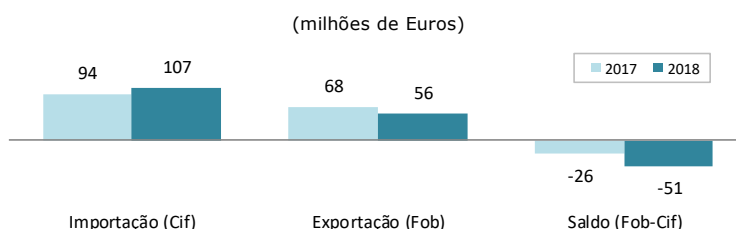
NC 0303	1000 Euros		TVH	Toneladas	
	2017	2018		2017	2018
Importação (Cif)	367 888	374 136	1,7	137 347	129 919
Exportação (Fob)	153 880	165 181	7,3	54 496	61 494
Saldo (Fob-Cif)	-214 008	-208 955	-2,4	-82 851	-68 425
Cobertura (Fob/Cif) [%]	41,8	44,1	-	-	-



Fonte: A partir de dados de base do Instituto Nacional de Estatística (<http://www.ine.pt>).

**Anexo 4 - Filetes e outra carne de peixe, mesmo picada,
frescos, refrigerados ou congelados
Balança Comercial
(Janeiro a Setembro de 2017 e 2018)**

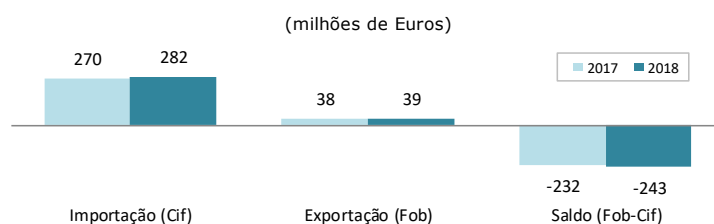
NC 0304	1000 Euros		TVH	Toneladas	
	2017	2018		2017	2018
Importação (Cif)	94 020	106 690	13,5	24 206	26 997
Exportação (Fob)	68 472	55 682	-18,7	13 258	11 081
Saldo (Fob-Cif)	-25 549	-51 008	99,7	-10 948	-15 915
Cobertura (Fob/Cif) [%]	72,8	52,2	-	-	-



Fonte: A partir de dados de base do Instituto Nacional de Estatística (<http://www.ine.pt>).

**Anexo 5 - Peixe seco, salgado, em salmoura ou fumado;
farinhas pós e "pellets" para alimentação humana
Balança Comercial
(Janeiro a Setembro de 2017 e 2018)**

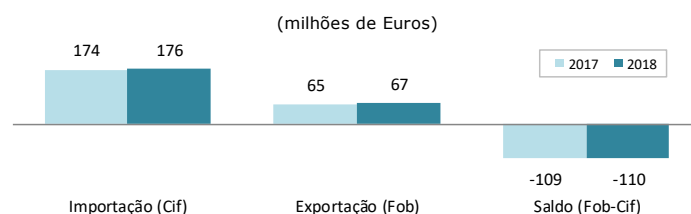
NC 0305	1000 Euros		TVH	Toneladas	
	2017	2018		2017	2018
Importação (Cif)	269 817	282 057	4,5	47 233	47 793
Exportação (Fob)	38 298	39 272	2,5	7 300	7 627
Saldo (Fob-Cif)	-231 518	-242 786	4,9	-39 933	-40 166
Cobertura (Fob/Cif) [%]	14,2	13,9	-	-	-



Fonte: A partir de dados de base do Instituto Nacional de Estatística (<http://www.ine.pt>).

Anexo 6 - Crustáceos vivos, frescos, refrigerados, congelados, secos, salgados, em salmoura ou fumados, mesmo cozidos
Balança Comercial
(Janeiro a Setembro de 2017 e 2018)

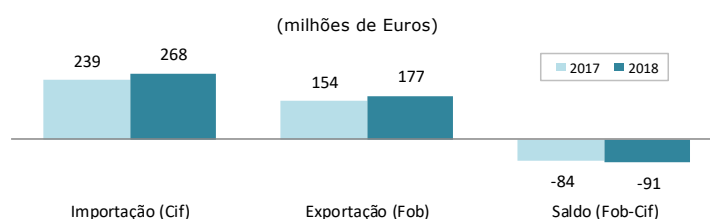
NC 0306	1000 Euros		TVH	Toneladas		
	2017	2018		2017	2018	
Importação (Cif)	173 970	176 415	1,4	↗	22 484	24 708
Exportação (Fob)	64 705	66 735	3,1	↗	6 461	7 432
Saldo (Fob-Cif)	-109 265	-109 680	0,4	-	-16 024	-17 275
Cobertura (Fob/Cif) [%]	37,2	37,8	-	↗	-	-



Fonte: A partir de dados de base do Instituto Nacional de Estatística (<http://www.ine.pt>).

Anexo 7 - Moluscos vivos, frescos, refrigerados, congelados, secos, salgados, em salmoura ou fumados, mesmo cozidos
Balança Comercial
(Janeiro a Setembro de 2017 e 2018)

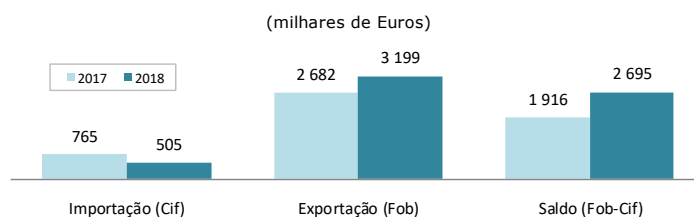
NC 0307	1000 Euros		TVH	Toneladas		
	2017	2018		2017	2018	
Importação (Cif)	238 775	267 942	12,2	↗	57 344	55 688
Exportação (Fob)	154 285	177 140	14,8	↗	33 522	31 934
Saldo (Fob-Cif)	-84 491	-90 802	7,5	-	-23 822	-23 755
Cobertura (Fob/Cif) [%]	64,6	66,1	-	↗	-	-



Fonte: A partir de dados de base do Instituto Nacional de Estatística (<http://www.ine.pt>).

Anexo 8 - Invertebrados aquáticos excepto crustáceos e moluscos, vivos, frescos, refrig., congelados, secos, salgados, em salmoura ou fumados, farinhas, pós e "pellets"
Balança Comercial
(Janeiro a Setembro de 2017 e 2018)

NC 0308	1000 Euros		TVH	Toneladas		
	2017	2018		2017	2018	
Importação (Cif)	765	505	-34,1	↘	62	40
Exportação (Fob)	2 682	3 199	19,3	↗	110	158
Saldo (Fob-Cif)	1 916	2 695	40,6	-	48	117
Cobertura (Fob/Cif) [%]	350,5	634,1	-	↗	-	-



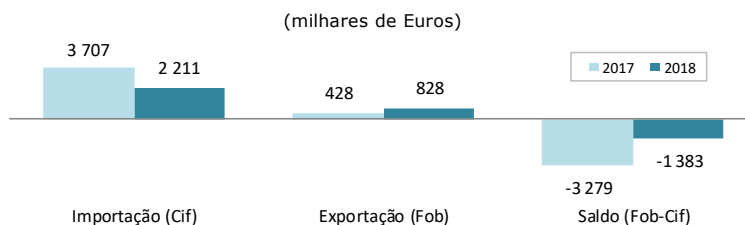
Fonte: A partir de dados de base do Instituto Nacional de Estatística (<http://www.ine.pt>).

Anexo 9 - Gorduras e óleos de peixe e de mamíferos marinhos, mesmo refinados

Balança Comercial

(Janeiro a Setembro de 2017 e 2018)

NC 1504	1000 Euros		TVH	Toneladas	
	2017	2018		2017	2018
Importação (Cif)	3 707	2 211	-40,4	649	492
Exportação (Fob)	428	828	93,5	292	296
Saldo (Fob-Cif)	-3 279	-1 383	-57,8	-357	-196
Cobertura (Fob/Cif) [%]	11,5	37,4	-	-	-



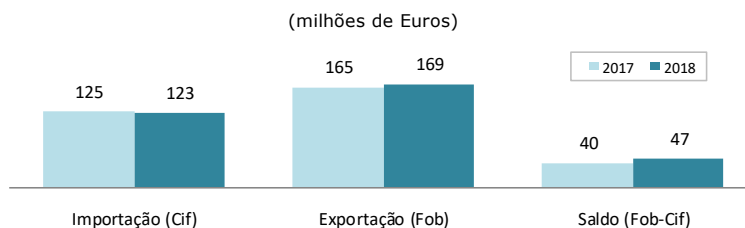
Fonte: A partir de dados de base do Instituto Nacional de Estatística (<http://www.ine.pt>).

Anexo 10 - Preparações e conservas de peixe, caviar e sucedâneos

Balança Comercial

(Janeiro a Setembro de 2017 e 2018)

NC 1604	1000 Euros		TVH	Toneladas	
	2017	2018		2017	2018
Importação (Cif)	124 638	122 544	-1,7	31 818	30 682
Exportação (Fob)	165 036	169 222	2,5	33 463	30 805
Saldo (Fob-Cif)	40 398	46 677	15,5	1 644	123
Cobertura (Fob/Cif) [%]	132,4	138,1	-	-	-



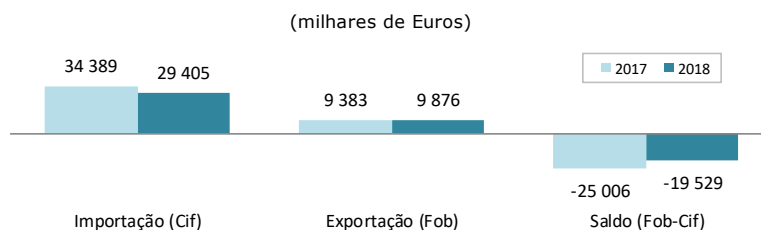
Fonte: A partir de dados de base do Instituto Nacional de Estatística (<http://www.ine.pt>).

Anexo 11 - Preparações e conservas de crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos

Balança Comercial

(Janeiro a Setembro de 2017 e 2018)

NC 1605	1000 Euros		TVH	Toneladas	
	2017	2018		2017	2018
Importação (Cif)	34 389	29 405	-14,5	12 201	11 915
Exportação (Fob)	9 383	9 876	5,2	2 851	3 375
Saldo (Fob-Cif)	-25 006	-19 529	-21,9	-9 350	-8 540
Cobertura (Fob/Cif) [%]	27,3	33,6	-	-	-



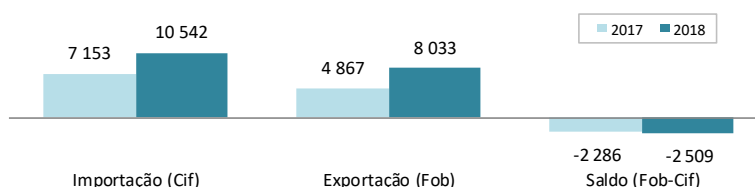
Fonte: A partir de dados de base do Instituto Nacional de Estatística (<http://www.ine.pt>).

Anexo 12 - Farinha, pós, "pellets" de peixe, crustáceos, moluscos e outros inverteb. e prod. "solúveis" impróprios p/alimentação humana
Balança Comercial

(Janeiro a Setembro de 2017 e 2018)

NC 230110/23099010	1000 Euros		TVH	Toneladas		
	2017	2018		2017	2018	
Importação (Cif)	7 153	10 542	47,4	↗	5 414	8 613
Exportação (Fob)	4 867	8 033	65,1	↗	4 814	8 206
Saldo (Fob-Cif)	-2 286	-2 509	9,7	-	-600	-408
Cobertura (Fob/Cif) [%]	68,0	76,2	-	↗	-	-

(milhares de Euros)



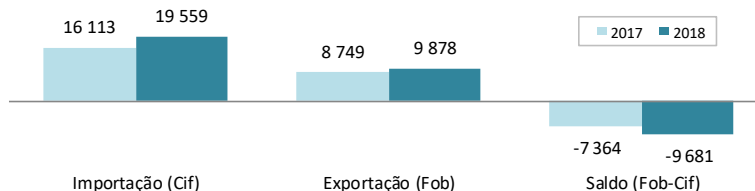
Fonte: A partir de dados de base do Instituto Nacional de Estatística (<http://www.ine.pt>).

Anexo 13 - Sal, água do mar, águas-mãe de salinas e algas
Balança Comercial

(Janeiro a Setembro de 2017 e 2018)

NC 250100 NC 121221/29	1000 Euros		TVH	Toneladas		
	2017	2018		2017	2018	
Importação (Cif)	16 113	19 559	21,4	↗	184 668	246 373
Exportação (Fob)	8 749	9 878	12,9	↗	19 399	24 571
Saldo (Fob-Cif)	-7 364	-9 681	31,5	-	-165 268	-221 802
Cobertura (Fob/Cif) [%]	54,3	50,5	-	↗	-	-

(milhares de Euros)



Fonte: A partir de dados de base do Instituto Nacional de Estatística (<http://www.ine.pt>).

Iniciativas e Medidas Legislativas

1. Iniciativas

Iniciativa	Sumário
<p>Reunião Conselho ECOFIN 22 de janeiro de 2019</p>	<p>Do debate ocorrido no Conselho ECOFIN de 22 de janeiro de 2019 destacam-se os seguintes temas:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Revisão do Sistema Europeu de Supervisão Financeira: O Conselho debateu o pacote legislativo da Revisão do Sistema Europeu de Supervisão Financeira. Com base na discussão, a Presidência decidiu avançar as negociações com o Parlamento Europeu sobre a componente relativa à prevenção do branqueamento de capitais, previamente acordada em dezembro pelo COREPER. A Presidência decidiu igualmente agendar a discussão da parte restante do pacote para o ECOFIN de fevereiro, com vista à obtenção de um acordo, por forma a também prosseguir as negociações com o Parlamento Europeu. ▪ InvestEU: O Conselho ECOFIN retomou o processo de negociação da proposta de implementação do programa InvestEU. Por um lado, foi considerada a estrutura de governação do programa, incluindo os princípios regentes do seu comité diretivo, considerando a sua composição, processo de votação e o estabelecimento do seu local. Por outro lado, foi também levado a discussão o estabelecimento da alocação de 25% da garantia da União a parceiros outros que não o Banco Europeu de Investimento. Os trabalhos continuarão de forma a finalizar as questões prioritárias ainda pendentes. ▪ Programa de trabalhos da Presidência Romena: O Conselho discutiu o programa de trabalhos na esfera económica e financeira, apresentado pela Presidência romena, a qual decorrerá entre janeiro e junho de 2019. O programa abrange as seguintes áreas: (i) propostas no âmbito do Quadro Financeiro Plurianual, em particular o InvestEU, fortalecimento da União Bancária e o desenvolvimento da União para os Mercados de Capitais, (ii) fiscalidade mais justa e eficiente e alfândegas mais eficientes e (iv) regular funcionamento do Semestre Europeu de 2019. ▪ Semestre Europeu: O Conselho adotou conclusões relativas à Análise Anual do Crescimento (Annual Growth Survey, AGS) e ao Relatório sobre o Mecanismo de Alerta (Alert Mechanism Report, AMR). O Conselho aprovou ainda um projeto de recomendação sobre a política económica da área do euro. Relativamente ao AGS, o Conselho concordou com as prioridades propostas pela Comissão Europeia, na linha das prioridades já identificadas no ano anterior, de (i) fomentar o investimento de elevada qualidade, (ii) orientar os esforços relativos às reformas estruturais para o aumento da produtividade, da inclusão e da qualidade das instituições e (iii) garantir a estabilidade macroeconómica e finanças públicas sãs. No que se refere ao AMR, o Conselho partilhou a análise feita pela Comissão, reconhecendo os progressos na correção dos desequilíbrios macroeconómicos. Em março próximo, a Comissão publicará "apreciações aprofundadas" da situação em 13 estados-membros (Alemanha, Bulgária, Chipre, Croácia, Espanha, França, Grécia, Irlanda, Itália, Países Baixos, Portugal, Roménia e Suécia). O projeto de recomendações para a política económica da área do euro - que foca questões relativas ao Mercado Interno e ambiente de negócios, investimento e política orçamental, mercado de trabalho e educação e aprofundamento da UEM - será submetido ao Conselho Europeu para endosso. ▪ Follow-up da Cimeira do Euro de dezembro 2018: A Presidência informou o Conselho relativamente à sua visão sobre a interação entre o Con-

Iniciativa	Sumário
	selho ECOFIN e o Eurogrupo, nomeadamente no que respeita aos trabalhos legislativos que acompanham a União Bancária e aos instrumentos orçamentais de convergência e competitividade para a área do euro.
Sistema de Informação da Organização do Estado (SIOE) – Políticas públicas Conselho de Ministros de 3 de janeiro de 2019	Aprovou a proposta de lei, a submeter à Assembleia da República, que reformula e amplia o Sistema de Informação da Organização do Estado (SIOE), contribuindo para uma melhoria substancial e uma mais sustentada definição das políticas públicas.
Transposição de Diretiva – Registo comercial nacional e dos outros Estados-Membros – Business Register Interconnection System (BRIS) Conselho de Ministros de 3 de janeiro de 2019	Aprovou o decreto-lei que estabelece as regras aplicáveis à comunicação eletrónica entre o registo comercial nacional e os registos de outros Estados-Membros da União Europeia, transpondo a Diretiva 2012/17/EU. O diploma facilita o intercâmbio de informação entre os registos comerciais da UE, permitindo que Portugal se associe ao <i>BRIS – Business Register Interconnection System</i> .
Contratos fiscais de incentivo ao investimento Conselho de Ministros de 3 de janeiro de 2019	Aprovou uma resolução referente aos contratos fiscais de incentivo ao investimento a celebrar entre o Estado Português e as seguintes sociedades comerciais: Volvalis - Isolamentos Minerais (investimento associado de 16 milhões de euros e criação de 65 novos postos de trabalho até 2020); Molaflex Colchões (investimento de 8,4M€ e criação de 100 novos postos de trabalho até 2021); Faurecia - Sistemas de Escape Portugal (aditamento ao contrato fiscal, que prorroga o projeto de investimento, no valor de 41,5M€, por 12 meses).
Programa Nacional de Investimentos 2030 Conselho de Ministros de 10 de janeiro de 2019	Apreciou o Programa Nacional de Investimentos 2030, tendo decidido submetê-lo à Assembleia da República.
Plano de Preparação e de Contingência para a saída do Reino Unido da União Europeia – <i>Brexit</i> Conselho de Ministros de 17 de janeiro de 2019	Aprovou o Plano de Preparação e de Contingência para a saída do Reino Unido da União Europeia. O Plano contém, por um lado, medidas de apoio aos cidadãos e por outro lado, medidas de apoio às empresas e setores económicos mais expostos ao Brexit, e a abertura de uma linha de apoio às PME, no valor, renovável, de 50 M€.
Transposição de Diretiva – Elisão fiscal - Erosão da base tributável e a transferência de lucros Conselho de Ministros de 17 de janeiro de 2019	Aprovou a proposta de lei que reforça o combate às práticas de elisão fiscal, transpondo a Diretiva (UE) 2016/1164. O diploma procede a alterações ao Código do IRC, à Lei Geral Tributária e ao Código de Procedimento e de Processo Tributário, transpondo parcialmente para o direito interno as diretivas comunitárias que são usualmente conhecidas pela designação inglesa Anti Tax Avoidance Directive - ATAD 1 e 2. Serão adotadas as soluções comuns definidas no contexto da União Europeia (UE) em coerência com as conclusões dos relatórios finais das 15 ações do projeto do G20 e da OCDE sobre a erosão da base tributável e a transferência de lucros (vulgarmente conhecido por <i>BEPS – Base Erosion and Profit Shifting</i>).
Reforço da especialização dos tribunais judiciais – Juízos em matéria comercial e de trabalho Conselho de Ministros de 24 de janeiro de 2019	Aprovou o decreto-lei que altera o mapa judiciário, reforçando a especialização dos tribunais judiciais, através da criação de novos juízos em matéria de comércio, família e menores, e trabalho, e do desdobraimento de juízos de competência genérica em juízos especializados.

Iniciativa	Sumário
<p>Mediador de recuperação de empresa</p> <p>Conselho de Ministros de 24 de janeiro de 2019</p>	<p>Aprovou o decreto-lei que determina o montante das taxas para efeitos de inscrição nas listas oficiais de mediadores e regula os termos da remuneração do mediador de recuperação de empresa.</p>

2. Seleção de Medidas Legislativas

Assunto/Diploma	Descrição
<p>Internacionalização – Exportação de bens e serviços</p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 180/2018 - Diário da República n.º 246/2018, Série I de 2018-12-21</p>	<p>Autoriza o Governo da República Portuguesa a participar no quinto aumento geral de capital do Banco Asiático de Desenvolvimento.</p>
<p>Internacionalização</p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 181/2018 - Diário da República n.º 246/2018, Série I de 2018-12-21</p>	<p>Aprova o modelo institucional e o programa de atividades para a participação de Portugal na Expo 2020 Dubai.</p>
<p>Domínio da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos – Fundos Europeus Estruturais de Investimento (FEEI)</p> <p>Portaria n.º 332/2018 - Diário da República n.º 247/2018, Série I de 2018-12-24</p>	<p>Sexta alteração do Regulamento Específico do Domínio da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos, aprovado em anexo à Portaria n.º 57-B/2015, de 27 de fevereiro.</p>
<p>Regime Unificado dos Fluxos Específicos de Resíduos – Economia circular</p> <p>Lei n.º 69/2018 - Diário da República n.º 248/2018, Série I de 2018-12-26</p>	<p>Sistema de incentivo à devolução e depósito de embalagens de bebidas em plástico, vidro, metais ferrosos e alumínio (Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 152-D/2017, de 11 de dezembro, relativo ao Regime Unificado dos Fluxos Específicos de Resíduos).</p>
<p>Contrato fiscal de investimento</p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 183/2018 - Diário da República n.º 248/2018, Série I de 2018-12-26</p>	<p>Aprova o contrato fiscal de investimento entre o Estado Português e a Navigator Pulp Figueira, S. A.</p>
<p>Retribuição mínima mensal garantida para 2019</p> <p>Decreto-Lei n.º 117/2018 - Diário da República n.º 249/2018, Série I de 2018-12-27</p>	<p>Fixa o valor da retribuição mínima mensal garantida para 2019.</p>
<p>Atividade de intermediário de crédito e da prestação de serviços de consultoria</p> <p>Decreto-Lei n.º 122/2018 - Diário da República n.º 250/2018, Série I de 2018-12-28</p>	<p>Altera o regime jurídico que estabelece os requisitos de acesso e de exercício da atividade de intermediário de crédito e da prestação de serviços de consultoria.</p>
<p>Contrato de Investimento</p> <p>Despacho n.º 12523/2018 - Diário da República n.º 250/2018, Série II de 2018-12-28</p>	<p>Aprova a minuta do Aditamento ao Contrato de Investimento e respetivos anexos, a celebrar pelo Estado Português, representado pela Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E. P. E., e a Embraer, S. A., a Embraer Portugal, S. A., e a Embraer Portugal Estruturas em Compósitos, S. A.</p>
<p>Grandes Opções do Plano para 2019 - Plano Nacional de Reformas</p> <p>Lei n.º 70/2018 - Diário da República n.º 251/2018, Série I de 2018-12-31</p>	<p>Grandes Opções do Plano para 2019.</p>
<p>Orçamento de Estado para 2019</p> <p>Lei n.º 71/2018 - Diário da República n.º 251/2018, Série I de 2018-12-31</p>	<p>Orçamento do Estado para 2019.</p>
<p>Transposição de Diretiva – Regime de gestão e utilização da infraestrutura ferroviária nacional</p> <p>Decreto-Lei n.º 124-A/2018 - Diário da República n.º 251/2018, 1º Suplemento, Série I de 2018-12-31</p>	<p>Altera o regime jurídico aplicável ao contrato de transporte ferroviário de passageiros, o regime jurídico aplicável à CP - Comboios de Portugal, E. P. E., e o regime de gestão e utilização da infraestrutura ferroviária nacional, transpondo a Diretiva (UE) 2016/2370.</p>
<p>Benefício dos veículos afetos ao transporte rodoviário de mercadorias – Taxas de portagem</p>	<p>Retifica a Portaria n.º 328-A/2018, de 19 de dezembro, das Finanças e Planeamento e Infraestruturas, que procede à alteração e alargamento do regime de modulação do valor das taxas.</p>

Assunto/Diploma	Descrição
Declaração de Retificação n.º 1/2019 - Diário da República n.º 1/2019, Série I de 2019-01-02	de portagem em benefício dos veículos das Classes 2, 3 e 4 afetados ao transporte rodoviário de mercadorias por conta de outrem ou público, instituído pela Portaria n.º 41/2012, de 10 de fevereiro, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 244 (1.º suplemento), de 19 de dezembro de 2018.
Contrato de investimento – Regime Contratual de Investimento – Internacionalização Despacho n.º 4/2019 - Diário da República n.º 1/2019, Série II de 2019-01-02	Aprova a revogação por mútuo acordo do Contrato de Investimento celebrado entre a AICEP - Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E. P. E., a Celtejo - Empresa de Celulose do Tejo, S. A., a Altri SGPS, S. A., e a Celulose Beira Industrial (CELBI), S. A.
Programas de captação de investimento – Contrato fiscal de investimento Resolução do Conselho de Ministros n.º 1/2019 - Diário da República n.º 5/2019, Série I de 2019-01-08	Aprova os contratos fiscais de investimento a celebrar entre o Estado Português e as sociedades Volcalis - Isolamentos Mineiros, S. A., e Molaflex Colchões, S. A., bem como o aditamento ao contrato fiscal de investimento com a sociedade Faurécia - Sistemas de Escape Portugal, Lda.
Competitividade e Internacionalização Resolução do Conselho de Ministros n.º 3/2019 - Diário da República n.º 6/2019, Série I de 2019-01-09	Autoriza a Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E. P. E., a realizar a despesa relativa à conceção e construção do Pavilhão de Portugal na Expo 2020 Dubai.
Execução do Orçamento de Estado – Emissão de dívida pública Resolução do Conselho de Ministros n.º 8-A/2019 - Diário da República n.º 8/2019, 1º Suplemento, Série I de 2019-01-11	Autoriza a emissão de dívida pública, em execução do Orçamento do Estado para 2019.
Programa Nacional para a Coesão Territorial - Empreendedorismo Decreto-Lei n.º 9/2019 - Diário da República n.º 13/2019, Série I de 2019-01-18	Cria o estatuto de «Jovem Empresário Rural» e define o respetivo procedimento de reconhecimento.
Ecossistema espacial empresarial - Estratégia Portugal Espaço 2030 Decreto-Lei n.º 16/2019 - Diário da República n.º 15/2019, Série I de 2019-01-22	Estabelece o regime de acesso e exercício de atividades espaciais.
Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas - Grandes opções do plano para 2018 Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 675/2018 - Diário da República n.º 16/2019, Série I de 2019-01-23	Declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, da norma do n.º 4 do artigo 17.º-G do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 53/2004, de 18 de março, quando interpretada no sentido de o parecer do administrador judicial provisório que conclua pela situação de insolvência equivaler, por força do disposto no artigo 28.º - ainda que com as necessárias adaptações, à apresentação à insolvência por parte do devedor, quando este discorde da sua situação de insolvência.
Informação Empresarial Simplificada - Declaração Anual de Informação Contabilística e Fiscal Portaria n.º 31/2019 - Diário da República n.º 17/2019, Série I de 2019-01-24	Aprova os termos a que deve obedecer o envio da Informação Empresarial Simplificada/Declaração Anual de Informação Contabilística e Fiscal (IES/DA).
Informação Empresarial Simplificada Portaria n.º 32/2019 - Diário da República n.º 17/2019, Série I de 2019-01-24	Aprova o modelo de impresso relativo ao Anexo R do modelo declarativo da IES.
Sociedades de investimento e gestão imobiliária - Real Estate Investment Trusts Decreto-Lei n.º 19/2019 - Diário da República n.º 19/2019, Série I de 2019-01-28	Aprova o regime das sociedades de investimento e gestão imobiliária.

Lista de Acrónimos

Lista de Acrónimos

Siglas	Descrição	Siglas	Descrição
ACAP	Associação do Comércio Automóvel de Portugal	IUC	Imposto Único de Circulação
ADSE	Direção-geral de Proteção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública	IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
AL	Administração Local	MC	<i>Ministry of Commerce of China</i>
AR	Administração Regional	Michigan	Universidade de Michigan
BCE	Banco Central Europeu	NBSC	<i>National Bureau of Statistics of China</i>
BEA	<i>Bureau of Economic Analysis</i>	OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
BGFRS	<i>Board of Governors of the Federal Reserve System</i>	OE	Orçamento do Estado
BLS	<i>Bureau of Labour Statistic</i>	ONS	Instituto Nacional de Estatística do Reino Unido
BP	Banco de Portugal	OT	Obrigações do Tesouro
BT	Bilhetes do Tesouro	PIB	Produto Interno Bruto
BVL	Bolsa de Valores de Lisboa e Porto	SDDS	<i>Special Data Dissemination Standard</i>
CE	Comissão Europeia	SFA	Serviços e Fundos Autónomos
CEDIC	Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo	SNS	Serviço Nacional de Saúde
CGA	Caixa Geral de Aposentações	SS	Segurança Social
CMMM	Comissão do Mercado de Valores Mobiliários	UE	União Europeia
COGJ	<i>Cabinet Office Government of Japan</i>	VAB	Valor Acrescentado Bruto
DGEG	Direção-geral de Energia e Geologia	Yahoo	<i>Finance Yahoo</i>
DGO	Direção-geral do Orçamento		
DGTF	Direção-geral do Tesouro e Finanças		
EPA	<i>Economic Planning Agency</i>		
Eurostat	Instituto de Estatística da UE		
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo		
FMI	Fundo Monetário Internacional		
FSO	Instituto Nacional de Estatística da Alemanha		
GEE	Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia e do Emprego		
GPEARI	Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais do Ministério das Finanças		
IEFP	Instituto de Emprego e Formação Profissional		
IGCP	Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública		
IGFSS	Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social		
IHPC	Índice Harmonizado de Preços no Consumidor		
INE	Instituto Nacional de Estatística		
INSEE	Instituto Nacional de Estatística da França		
IPC	Índice de Preços no Consumidor		
IRC	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas		
IRS	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares		
IS	Imposto do Selo		
ISM	<i>Institute for Supply Management</i>		
ISP	Imposto sobre os Produtos Petrolíferos e Energéticos		
ISTAT	Instituto Nacional de Estatística da Itália		
ISV	Imposto sobre Veículos		

Siglas	Unidades
%	Porcentagem
p.p.	Pontos percentuais
p.b.	Pontos base
EUR/USD	Dólar americano por euros
EUR/GBP	Libra esterlina por euros
MM3	Médias móveis de três termos
SRE	Saldo de respostas extremas
VA	Valores acumulados
VC	Variação em cadeia
VCS	Valor corrigido de sazonalidade
VE	Valor efetivo
VH	Variação homóloga
VHA	Variação homóloga acumulada
VITA	Variação intertabelas anualizada. Refere-se a Instrumentos de Regulamentação Coletiva de Trabalho publicados desde o início do ano até ao mês em referência e com início de eficácia no respetivo ano

Notas Gerais

Unidade – unidade/medida em que a série se encontra expressa.

: representa valor não disponível.

- não se aplica.